

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DO **MAIS** CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro
no Contexto da Estratégia do QREN
no Período 2007-2008

mais
CENTRO

Fevereiro 2011

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DO MAIS CENTRO –
PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO
NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DO QREN NO PERÍODO 2007-2008

RELATÓRIO FINAL
VOLUME DE ANEXOS

Coordenação

Sérgio Barroso

Equipa Técnica

Heitor Gomes

Sandra Primitivo

João Telha

Dalila Farinha

André Barbado

Fevereiro.11

Siglas e Acrónimos

AAC	Apoio a Acções Colectivas
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AC	Administração Central
AdI	Agência de Inovação
ADL	Associação de Desenvolvimento Local
AG	Autoridade de Gestão
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AIBT	Acções Integradas de Base Territorial
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIDA	Associação Industrial do Distrito de Aveiro
AL	Administração Local
AMA	Augusto Mateus & Associados
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AIRO	Associação Industrial da Região do Oeste
ATVTF	Agenda Temática Valorização do Território e dos Factores de Competitividade
AVL	Acções de Valorização do Litoral
AVQA	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
BAT	Best Available Techniques
CA	Comissão de Acompanhamento
CAE	Classificação das Actividades Económicas
CAE	Comissão de Aconselhamento Estratégico
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCP	Código dos Contratos Públicos
CD	Comissão Directiva
CE	Comissão Europeia
CEC	Conselho Empresarial do Centro
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CI	Controlo Interno
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMRDL	Comunidade Intermunicipal da Região de Dão-Lafões
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CODR	Centro de Observação das Dinâmicas Regionais
COMPETE	Programa Operacional Factores de Competitividade
CPA	Código de Procedimento Administrativo
CSV	Como Separate Values
CTC	Comissão Técnica de Coordenação
CUA	Ciclo Urbano da Água
DEE	Documento de Enquadramento Estratégico
DGAE	Direcção-Geral das Actividades Económicas
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional
EA	Equipa de Avaliação
EAT	Estrutura de Apoio Técnico
EEC	Estratégias de Eficiência Colectiva
ESFL	Entidades Sem Fins Lucrativos
ETC	Equivalente-Tempo Completo
EVALSED	Evaluating Socio-Economic Development
FACI	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEP	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
FSE	Fundo Social Europeu
GA	Grupo de Acompanhamento
GAT	Gabinetes de Apoio Técnico
GAT	Grupos de Articulação Temática
GEE	Gases com Efeitos de Estufa
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.
IGF	Inspecção-Geral de Finanças
IGFSE	Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IPP	Integrated Pollution Prevention and Control
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
IST	Instituto Superior Técnico
ITP	Instituto do Turismo de Portugal
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOT	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação

MEID	Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
MODCOM	Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS	Ministério da Saúde
MTD	Melhores Técnicas Disponíveis
MTSS	Ministério do Trabalho e da Segurança Social
NERCAB	Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
NERGA	Associação Empresarial da Região de Guarda
NERLEI	Associação Empresarial da Região de Leiria
NERSANT	Associação Empresarial da Região de Santarém
MEID	Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
NUTS	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OG	Objectivos Gerais
OGR	Optimização da Gestão de Resíduos
OI	Organismos Intermédios
OI-CIM	Organismos Intermédios Comunidades Intermunicipais
OI-SI	Organismos Intermédios Sistemas de Incentivos
O QREN	Observatório do QREN
ORE	Objectivos dos Regulamentos Específicos
PA	Plano de Avaliação
PCI	Promoção e Capacitação Institucional
PDM	Plano Director Municipal
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos e Urbanos
PGA	Plano Global de Avaliação
PRGRNT	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional
POE	Programa Operacional da Economia
POFC	Programa Operacional Factores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POR	Programa Operacional Regional
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PRU	Parcerias para a Regeneração Urbana
PTD	Programa Territorial de Desenvolvimento
QA	Questão de Avaliação
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QIPME	Qualificação e Internacionalização de PME
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RE	Regulamentos Específicos
RG	Regulamento Geral
RNT	Riscos Naturais e Tecnológicos
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
RUCI	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
SAAAL	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAPCTIEBT	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SFC	Structural Funds Common System
SGOQREN	Sistema de Gestão por Objectivos do QREN
SI	Sistema de Incentivos
SI	Sistema de Informação
SIAC	Sistema de Apoio a Acções Colectivas
SIEP	Sistema de Informação da Entidade Pagadora
SIGA AC	Sistema de Gestão e Auditoria da Autoridade de Certificação
SI I&DT	Sistema de Incentivos à Inovação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas
SIQIPME	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas
SNC	Sistema Nacional de Controlo
SNS	Sistema Nacional de Saúde
ST	Secretariado Técnico
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAAG	Unidade de Apoio à Autoridade de Gestão
UE	União Europeia
UL	Universidade de Lisboa
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UO	Unidade Orgânica
UP	Universidade do Porto
UTL	Universidade Técnica de Lisboa

Conteúdo

ANEXO I. INFORMAÇÃO DE REFERÊNCIA DE SUPORTE TÉCNICO À AVALIAÇÃO	5
ANEXO II. INQUÉRITO AOS PROMOTORES	9
ANEXO III. INFORMAÇÃO SOLICITADA AO MAIS CENTRO (SISTEMA DE INFORMAÇÃO)	14
ANEXO IV. INTERACÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS DOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS E OS OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO MAIS CENTRO	16
ANEXO V. GRAU DE COBERTURA DAS TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO PELOS INDICADORES DE EIXO (INDICADORES DE REALIZAÇÃO), POR EIXOS PRIORITÁRIOS E REGULAMENTOS ESPECÍFICOS	22
ANEXO VI. RESUMO DOS MONTANTES FEDER COLOCADOS A CONCURSO E APROVADOS E DO INVESTIMENTO TOTAL CANDIDATADO, POR EIXO, REGULAMENTO ESPECÍFICO E TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO, A 2009.12.31	29
ANEXO VII. CONTRIBUTO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO ASSOCIADOS AOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS OBJECTIVOS (GERAIS E ESPECÍFICOS) E INDICADORES DE RESULTADO DOS CORRESPONDENTES EIXOS PRIORITÁRIOS	31
ANEXO VIII. NATUREZA (OBJECTIVA/SUBJECTIVA) DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO ASSOCIADOS AOS VÁRIOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS	45
ANEXO IX. ALTERAÇÕES REGISTADAS NOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E NAS PONDERAÇÕES QUE LHE SÃO ATRIBUÍDAS	55
ANEXO X. FICHAS DE SÍNTESE DA ANÁLISE ESTATÍSTICA APLICADA AOS RE SAMA E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR	56
ANEXO XI. COMPETÊNCIAS DELEGADAS PELA AG NOS OI	63
ANEXO XII. VALIDAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO QREN RELATIVAS AO PO REGIONAL DO CENTRO	65
ANEXO XIII. SINOPSE SESSÃO FOCUS GROUP COM AS CIM	68

ANEXO I. INFORMAÇÃO DE REFERÊNCIA DE SUPORTE TÉCNICO À AVALIAÇÃO

Documentos e Informação

- Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global, assinada entre 10 e 12 de Março de 2010 entre a AG e as CIM
- Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e/ou pelo Fundo de Coesão – QREN 2007-2013 – Relatório Ambiental
- Avaliação *Ex-ante* do PO Centro
- Avisos de Abertura de Concurso lançados até 2009.12.31 (226) e respectivos anexos
- *Check-list* de Verificação de Procedimentos de Contratação Pública (anterior a Julho 2008)
- *Check-list* de Verificação de Procedimentos de Contratação Pública
- *Check-list* de Verificação no Local da Operação
- Circular n.º 05/09, de 2009.09.16, IFDR, que pretende sistematizar os procedimentos de controlo, explicitando o funcionamento do Registo Central dos apoios de *minimis*.
- Código de Procedimento Administrativo (CPA)
- Comunicação da Comissão Europeia: Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica" (2009/C6/01, de 22 de Janeiro)
- Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global, assinados entre as Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais
- Contratos de Delegação de Competências de Gestão dos Sistemas de Incentivos assinados entre a Autoridade de Gestão e o IAPMEI, o ITP, a AICEP e a AdI
- Dados da Monitorização Operacional Física e Financeira
- Descrição do Sistema de Gestão e de Controlo Mais Centro, de 19 de Março de 2010
- Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do POVT
- Documento Enquadrador – Elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho Passivos Ambientais, criado através do Despacho n.º 28176/2007, de 14 de Dezembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Economia e da Inovação
- *European Integrated Pollution Prevention and Control Bureau* (European IPPC Bureau) (Optimização da Gestão de Resíduos, Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas)
- *Evaluation of Key Requirement by the Assessment Criteria*, da Comissão Europeia – Questionário
- Ficha de Verificação de Procedimentos a Preencher pela Autoridade de Gestão para cada procedimento de Contratação Pública (anterior a Julho de 2008)
- Ficha de Verificação de Procedimentos a Preencher pela Autoridade de Gestão para cada procedimento de Contratação Pública

- Ficha de Verificação de Procedimentos a Preencher pela Autoridade de Gestão e pelos Organismos Intermédios para Cada Procedimento de Contratação Pública
- Ficha de Verificação de Procedimentos a Preencher pelo Beneficiário para Cada Procedimento de Contratação Pública
- Guia de apoio à análise dos pedidos de pagamento e das *check list* mercados públicos, de 31 de Agosto de 2008 (Guias de Apoio ao Secretariado Técnico)
- Guia de Apoio à Análise dos Pedidos de Pagamento e das *Check-List* Mercados Públicos
- Guia de Preenchimento da Análise dos Pedidos de Pagamento e das *Check-list* de Mercados Públicos
- Guia de Preenchimento de Registo de Entidade e Registo de Candidatura
- Guia de Preenchimento de Registo de Pedidos de Alteração a Projecto Aprovado
- Guia de Submissão de Pedidos de Pagamento e das *Check-list* de Mercados Públicos
- Guia de Submissão Electrónica dos Pedidos de Pagamento
- Guias de Apoio ao Beneficiário (Guia de preenchimento de registo da entidade e da candidatura; Guia de submissão electrónica dos pedidos de pagamento)
- Indicadores Conjunturais de Monitorização QREN – Boletins informativos trimestrais, da iniciativa e responsabilidade da Comissão Técnica de Coordenação do QREN
- Manual de Procedimentos – Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios com Subvenção Global (Versão 001 e Versão 002) e respectivos anexos
- Manual de Procedimentos do Beneficiário
- Manual de Procedimentos dos Sistemas de Gestão e Controlo - FEDER – QREN" (Versão n.º 2) e respectivos anexos;
- Manual de Procedimentos dos Sistemas de Gestão e Controlo do Mais Centro e do POVT
- Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN;
- Metodologia de verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública, lançados após a entrada em vigor do novo regime de contratação pública – 04/POFC/2008
- Orientação de Gestão n.º 1/2010, que altera o n.º 4 da Orientação de Gestão n.º 7/2008.
- Orientações de Gestão do POFC e aplicáveis aos PO Regionais nos Sistemas de Incentivos (n.º 03/POFC/2008 e n.º 04/POFC/2008)
- Orientações para a Contratualização com Subvenção global entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios Baseadas em NUTS III, deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, de 2008.03.19.
- Orientações para Contratação Pública: *Check-list* do Promotor
- Orientações para Contratação Pública: *Check-list* do Promotor (anterior a Julho de 2008)
- Orientações Técnicas para a Execução do Contrato de Delegação de Competências

- Outras publicações do Mais Centro (brochura “Mais Centro” apresentação do Programa; brochura e desdobrável “Regulamentos”; brochura “O primeiro ano do Mais Centro”; ...)
- PEAASAR 2007-2013 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
- Plano Anual de Abertura de Concursos do Mais Centro
- Plano de Avaliação do Mais Centro
- Plano de Comunicação do Mais Centro
- Plano Global de Avaliação do QREN
- Planos Territoriais de Desenvolvimento das Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais
- Procedimentos a adoptar na verificação do cumprimento das regras associadas à contratação pública, lançados antes da entrada em vigor do novo regime de contratação pública – 03/POFC/2008
- Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE
- Programa Operacional para o Potencial Humano (POPH)
- Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 – Mais Centro
- Protocolos de Cooperação Estabelecidos entre as Autoridades de Gestão de cada PO e os OI
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN
- Quadros de Pessoal do MTSS
- Regulamentos Específicos do Mais Centro
- Regulamentos Internos dos Centros de Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais
- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
- Relatório de Execução Anual do COMPETE
- Relatórios Anuais de Execução do Mais Centro (relativos a 2007, 2008 e 2009)
- Relatórios de Controlo e Auditoria
- Relatórios de Execução Anuais do POVT
- SFC – *Structural Funds Common System*, (Sistema de Informação Comum da Comissão Europeia)
- Tratado da União Europeia
- www.maiscentro.qren.pt

Legislação

- Despacho n.º 10/2009 do MAOTDR, de 24 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 99/2009 de 28 de Abril
- Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março
- Portaria n.º 184/2009, de 20 de Fevereiro
- Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de Julho
- Portarias n.º 701-A/2008, de 29 de Julho
- Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho
- Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de Abril
- Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
- Despacho Normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro
- Regulamento (CE) N.º 1422/2007 da Comissão, de 4 de Dezembro de 2007, que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho
- Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 287/2007 de 17 de Agosto
- Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril
- Regulamentos do Conselho (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho de 2006, n.º 1083/2006, de 11 de Julho de 2006 e n.º 1828/2006, de 8 de Dezembro de 2006
- Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho
- Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE, de 31 de Março de 2004, com as alterações introduzidas pela Directiva 2005/51/CE, de 7 Setembro; 2004/18/CE, de 31 de Março de 2004, com as alterações introduzidas pela Directiva 2005/51/CE, de 7 Setembro e pela Directiva 2005/75/CE, de 16 de Novembro
- Directiva 93/37/CEE, de 14 de Junho de 1993, com os ajustes introduzidos pelas Directiva 93/36/CEE, alterada pela Directiva 97/52/CE
- Directiva 93/38/CEE, de 14 de Junho de 1993, com os ajustes introduzidos pela Directiva 98/4/CE, de 16 de Fevereiro de 1998
- Directiva 92/50/CEE, de 18 de Junho de 1992, com os ajustes introduzidos pela Directiva 93/36/CEE, alterada pela Directiva 97/52/CE

ANEXO II. INQUÉRITO AOS PROMOTORES

INQUÉRITO AOS BENEFICIÁRIOS DO MAIS CENTRO

1. Introdução



Exmo(a). Sr(a).,

O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., encontra-se a realizar, para a CCDR Centro, a **"Avaliação da Operacionalização do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro no Contexto da Estratégia do QREN, no período 2007-2008"**, prevista no Plano de Avaliação dos Programas Operacionais do QREN aprovado pela Comissão Europeia.

Considerando os objectivos desta avaliação, é fundamental a participação de todos os promotores de projectos candidatados ao Mais Centro, no sentido de obter a sua apreciação crítica sobre os mecanismos e os procedimentos associados ao funcionamento do Programa.

Neste contexto, solicitamos a V. Exa. o preenchimento do inquérito on-line até ao dia 11 de Junho. O tempo estimado para responder às questões é de aproximadamente 10 minutos. Se preferir, tem a opção de gravar as suas respostas e concluir o inquérito mais tarde.

As suas respostas são estritamente confidenciais, sendo o nome da entidade apenas recolhido para controlo estatístico. Se necessitar de qualquer esclarecimento adicional, poderá contactar-nos através do e-mail itelha.cedru@netcabo.pt, ou pelo telefone 217 121 240 (a/c Dr. João Telha).

Antecipadamente gratos pela vossa colaboração, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

2. Caracterização da Entidade Promotora

1.) Nome da entidade: _____

2.) Identifique a tipologia de beneficiário em que se enquadra.

- ☐ Empresas e agrupamentos de empresas
- ☐ Associações empresariais, estruturas associativas do comércio, cooperativas, *business innovation centers*
- ☐ Municípios, associações de municípios ou comunidades intermunicipais
- ☐ Empresas municipais/Serviços e concessionárias de serviços municipais, intermunicipais ou multimunicipais
- ☐ Empresas Públicas, de capitais mistos e concessionárias de serviço público/Estado
- ☐ Outras entidades, públicas ou privadas, sem fins lucrativos
- ☐ Instituições/entidades/laboratórios/organismos, públicos e privados, de ensino superior e I&D
- ☐ Associações de desenvolvimento regional
- ☐ Administração central
- ☐ Fundações, associações e outras entidades colectivas (públicas ou privadas) sem fins lucrativos

3.) A sua instituição apresentou alguma(s) candidatura(s) ao Mais Centro que tenha(m) sido aprovada(s) até 31/12/09?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

4.) Indique o número de candidaturas que a sua entidade submeteu em cada um dos regulamentos específicos do Mais Centro e quantas foram aprovadas (até 31/12/09).

	Submetidas	Aprovadas
Eixo 1 – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	___	___
Eixo 1 – Sistema de Incentivos à Inovação	___	___
Eixo 1 – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	___	___
Eixo 1 – Sistema de Incentivos a Acções Colectivas	___	___
Eixo 1 – Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tec. e Incub. de Empresas de Base Tecnológica	___	___
Eixo 1 – Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	___	___

	Submetidas	Aprovadas
Eixo 1 – Energia	___	___
Eixo 1 – Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	___	___
Eixo 1 – Promoção Cultura Científica e Tecnológica	___	___
Eixo 1 – Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	___	___
Eixo 2 – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	___	___
Eixo 2 – Mobilidade Territorial	___	___
Eixo 2 – Parcerias para a Regeneração Urbana	___	___
Eixo 3 – Património Cultural	___	___
Eixo 3 – Equipamentos Coesão Local	___	___
Eixo 3 – Mobilidade Territorial	___	___
Eixo 3 – Saúde	___	___
Eixo 3 – Rede de Equipamentos Culturais	___	___
Eixo 3 – Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	___	___
Eixo 3 – Património Cultural	___	___
Eixo 4 – Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	___	___
Eixo 4 – Ciclo Urbano da Água vertentes em baixa modelo não verticalizado	___	___
Eixo 4 – Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	___	___
Eixo 4 – Optimização da Gestão de Resíduos	___	___
Eixo 4 – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	___	___
Eixo 4 – Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	___	___
Eixo 4 – Acções Valorização do Litoral	___	___
Eixo 4 – Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	___	___
Eixo 5 – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	___	___
Eixo 5 – Promoção e Capacitação Institucional	___	___

5.) Indique o número de candidaturas apresentadas pela sua instituição que foram aprovadas até 31/12/09, segundo a dimensão do investimento total previsto.

	Candidaturas (n.º)
Menos de 350.000€	___
Entre 350.000€ e 1.000.000€	___
Mais de 1.000.000€	___

3. Processos de Elaboração e Submissão de Candidaturas

6.) A sua instituição desistiu de candidatar ao Mais Centro algum projecto de investimento?

- () Sim
() Não
() Não sabe / Não responde

Que razão (ou razões) motivaram a desistência?

- ☐ O(s) projecto(s) não se enquadrava(m) nas tipologias do(s) aviso(s) de abertura de concurso
☐ Complexidade e morosidade do(s) processo(s) de candidatura
☐ Elevados custos na preparação da(s) candidatura(s)
☐ Falta de esclarecimentos por parte da Autoridade de Gestão/Estrutura Técnica do Programa
☐ Outra (Qual?)
☐ Não sabe / Não responde

7.) De que forma(s) tomou conhecimento da possibilidade de apresentar candidaturas ao Mais Centro?

- ☐ Através de publicações e material de divulgação ou anúncios
☐ Através de notícias em meios de comunicação social
☐ Através do site do Mais Centro (www.maiscentro.qren.pt)
☐ Através do site do QREN (www.qren.pt)
☐ Através de sessões públicas promovidas pela Autoridade de Gestão ou pela CCDR Centro
☐ Através de sessões públicas promovidas pelas Câmaras Municipais
☐ Através de sessões públicas promovidas pelas Associações Empresariais
☐ Através de contacto directo com a Autoridade de Gestão
☐ Outra (Qual?)
☐ Não sabe / Não responde

8.) Considera que os meios de divulgação do Mais Centro são adequados para que os potenciais beneficiários tomem conhecimento da possibilidade de apresentar candidaturas?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sabe / Não responde

9.) Que outras acções poderiam ser desenvolvidas para aumentar os níveis de conhecimento do Mais Centro junto dos potenciais beneficiários?

10.) Como avalia o seu grau de conhecimento do Mais Centro, antes de apresentar a(s) candidatura(s)?

- ☐ Muito bem informado
☐ Suficientemente informado
☐ Pouco informado

11.) Com que regularidade consulta o site do Mais Centro na Internet (www.maiscentro.qren.pt)?

- ☐ Semanalmente
☐ Mensalmente
☐ Ocasionalmente
☐ Nunca visitou

12.) Alguma das seguintes entidades teve um papel relevante na tomada de decisão de apresentar a(s) candidatura(s)?

- ☐ Autoridade de Gestão do Mais Centro
☐ Institutos públicos de apoio ao investimento
☐ Consultores
☐ Associações empresariais
☐ Entidades ligadas a infra-estruturas tecnológicas
☐ Nenhuma
☐ Outras (Quais?)

13.) Como avalia o Mais Centro relativamente aos seguintes aspectos:

	Muito Adequado	Adequado	Desadequado	Muito Desadequado	Não sabe
Clareza do Programa e dos regulamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do Programa à natureza e às necessidades dos promotores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do Programa às necessidades da Região Centro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação do Programa ao actual contexto económico da região	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação das condições de elegibilidade exigidas aos promotores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação das condições de elegibilidade exigidas aos projectos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxas de participação comunitária dos projectos (até 2009.12.31)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se considerou alguns aspectos desadequados ou muito desadequados, por favor justifique porquê.

14.) Como avalia a implementação do Mais Centro na fase concursal, tendo em consideração os seguintes aspectos?

	Muito adequado	Adequado	Desadequado	Muito desadequado	Não sabe
Condições exigidas de acesso aos concursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clareza dos critérios de selecção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação dos critérios de selecção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação dos prazos definidos nos avisos de abertura para apresentação de candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se considerou alguns aspectos desadequados ou muito desadequados, por favor justifique porquê.

15.) Como avalia o funcionamento do Mais Centro na fase de concurso, considerando os seguintes aspectos?

	Muito Positivo	Positivo	Negativo	Muito Negativo	Não Sabe
Disponibilidade da Estrutura Técnica do Mais Centro para prestar esclarecimentos durante o período de concurso	()	()	()	()	()
Utilidade e pertinência dos esclarecimentos prestados pela Estrutura Técnica do Mais Centro	()	()	()	()	()
Celeridade na avaliação da(s) candidatura(s)	()	()	()	()	()
Disponibilidade da Estrutura Técnica do Mais Centro para prestar informações sobre o estado da(s) candidatura(s)	()	()	()	()	()

16.) Alguma candidatura que apresentou foi rejeitada?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ A aguardar resposta
☐ Não sabe / Não responde

Concorda com a justificação apresentada pela Autoridade de Gestão?

- ☐ Sim
☐ Parcialmente (Porquê?)
☐ Não sabe / Não responde
☐ Não (Porquê?)

17.) Como avalia os formulários electrónicos, tendo em consideração os seguintes aspectos:

	Muito Positivo	Positivo	Negativo	Muito Negativo	Não sabe
Facilidade de preenchimento	()	()	()	()	()
Clareza da informação solicitada	()	()	()	()	()
Pertinência da informação pedida sobre o promotor	()	()	()	()	()
Pertinência da informação solicitada sobre o projecto	()	()	()	()	()
Pertinência dos documentos solicitados	()	()	()	()	()
Utilidade dos guias de apoio ao beneficiário	()	()	()	()	()

18.) Apresentou candidaturas no âmbito do QCA III (3º Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006)?

- ☐ Sim, ao PO Centro - Programa Operacional Regional do Centro 2000-2006
☐ Sim, ao PRIME - Programa de Incentivos à Modernização da Economia 2000-2006
☐ Sim, a outro Programa Operacional do QCA III
☐ Não
☐ Não sabe / Não responde

Comparativamente com o PO Centro 2000-2006, como avalia os seguintes aspectos do processo de candidatura do Mais Centro?

	Melhor	Igual	Pior	Não sabe
Apoio prestado pela Estrutura Técnica na organização das candidaturas	()	()	()	()
Crítérios de selectividade dos projectos	()	()	()	()
Celeridade na avaliação das candidaturas	()	()	()	()

Comparativamente com o PRIME 2000-2006, como avalia os seguintes aspectos do processo de candidatura do Mais Centro?

	Melhor	Igual	Pior	Não sabe
Apoio prestado pela Estrutura Técnica na organização das candidaturas	()	()	()	()
Crítérios de selectividade dos projectos	()	()	()	()
Celeridade na avaliação das candidaturas	()	()	()	()

4. Implementação dos Projectos Aprovados

19.) Caso não tivesse obtido apoio financeiro do Mais Centro, teria concretizado o(s) projecto(s)?

- ☐ Sim, com alterações: menor dimensão financeira do(s) projecto(s)
- ☐ Sim, com alterações: Prazo mais alargado para a execução do(s) projecto(s)
- ☐ Sim, sem alterações: Com recurso apenas a financiamento próprio
- ☐ Sim, sem alterações: Com maior nível de apoio bancário
- ☐ Sim, sem alterações: Com apoio de capital de risco
- ☐ Sim, sem alterações: Com recurso a outros instrumentos de apoio nacional
- ☐ Sim, sem alterações: Adiamento da data de arranque do(s) projecto(s)
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

20.) A que meios recorreu / recorrerá para assegurar os capitais próprios de financiamento do(s) projecto(s)?

- ☐ Recursos próprios
- ☐ Capital de risco
- ☐ Empréstimos bancários
- ☐ Outros (Quais?)
- ☐ Não sabe / Não responde

21.) A implementação do(s) projecto(s) aprovado(s) foi afectada por algum dos seguintes problemas?

- ☐ Insuficiente maturação do(s) projecto(s) na fase de candidatura
- ☐ Dificuldade de mobilização de parceiros na implementação dos projectos
- ☐ Atrasos na aprovação da(s) candidatura(s)
- ☐ Entraves relacionados com a complexidade administrativa
- ☐ Entraves relacionados com a dificuldade de relacionamento com a Estrutura Técnica do Mais Centro
- ☐ Falta de capacidade financeira para implementar o(s) projecto(s)
- ☐ Demora nos pagamentos das participações comunitárias
- ☐ Outros

22.) No âmbito da implementação dos projectos aprovados, já apresentou algum pedido de pagamento ao Mais Centro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe / Não responde

Avalie os procedimentos de pedido de pagamento, tendo em consideração os seguintes aspectos:

	Muito positivo	Positivo	Negativo	Muito negativo	Não sabe
Clareza da informação solicitada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertinência da inform. solicitada nos formulários de pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade de organização dos pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tempo dispendido a organizar os pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Celeridade na apresentação dos pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acessibilidade na obtenção de informação sobre os processos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Celeridade nos reembolsos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertinência em matéria de documentação a apresentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Facilidade de organização documental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

OBRIGADO!

As suas respostas foram entregues. A Autoridade de Gestão do Mais Centro e o CEDRU agradecem a sua colaboração!

ANEXO III. INFORMAÇÃO SOLICITADA AO MAIS CENTRO (SISTEMA DE INFORMAÇÃO)

Informação Solicitada ao SI Mais Centro Relativamente aos Montantes e Características dos Beneficiários

1. MONTANTES E CARACTERÍSTICAS DOS BENEFICIÁRIOS		
Eixo		
Área de Intervenção		
Candidatura/Operação	Código Operação	
	Designação	
	Tipo de candidatura	
	Data da candidatura	
	Estado da candidatura (IFDR)	
	Data a que se reporta o estado da candidatura	
Concurso	Código de Tipologia de Operação	
	Cod_aviso concurso/convite	
	Código Plano de Acção/Programa Estratégico/Estratégia Eficiência Colectiva	
	Identificação do Plano de Acção/Programa Estratégico/Estratégia Eficiência Colectiva	
	Data de aprovação do Plano de Acção/Programa Estratégico/Estratégia Eficiência Colectiva	
Identificação do Beneficiário	Designação	
	NIF	
	CAE	
	Tipologia da entidade (IFDR)	
	NUTS III	
	Concelho	
	Telefone	
	Responsável da candidatura	
	E-mail do responsável	
	Empresa de consultoria envolvida na elaboração da candidatura	
	Natureza da empresa (existente/nova) (só Sistemas de Incentivos)	
	Nº de trabalhadores (só Sistemas de Incentivos)	
Montantes Candidatados	Investimento total candidatado	
	Investimento elegível proposto	
	Comparticipação solicitada (Fundo Comunitário)	
	Despesa pública proposta	
	Financiamento privado proposto	
Montantes Aprovados	Investimento/Custo Total	
	Investimento/Custo Total Elegível	
	Despesa Pública	
	Fundo Comunitário	
	Financiamento Privado	
	Tipologia FSE	Fundo Comunitário
		Contrapartida Nacional Pública
		Financiamento Privado
Despesa Validada	Investimento/ Custo Total Elegível	
	Despesa Pública	
	Fundo Comunitário	
	Financiamento Privado	
	Adiantamentos Certificáveis	Fundo
		Contrapartida Nacional
	Tipologia FSE	Fundo Comunitário
		Contrapartida Nacional Pública
		Financiamento Privado
Montante Fundo Pago ao Beneficiário	Total	
	Adiantamentos não Certificáveis	
	Pagamentos por Reembolso	

Informação Solicitada ao SI Mais Centro Relativamente às Características dos Projectos

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO		
Eixo		
Área de Intervenção		
Candidatura/Operação	Código Operação	
	Designação Operação/candidatura	
	Tipo de candidatura	
	Código de Tipologia de Operação	

2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO		
Localização [TAB 4]	NUT II	
	NUT III	
	Concelho	
	UTQREN	
Categorização	Código Tema Prioritário	
	Código Forma de Financiamento	
	Código Tipo de Território	
	Código Actividade Económica	
	CAE do projecto	
	Tipo de operação (IFDR)	
Caracterização do Projecto	(Apenas para Sistema de incentivos)	Tipologia de Investimento1
		Tipologia de Investimento2
		Tipologia de Investimento3
	(Apenas para os projectos não enquadrados nos SI)	Natureza do Investimento 1
		Natureza do Investimento 2
		Natureza do Investimento 3
Efeitos sobre o Emprego	N.º postos de trabalho qualificado antes do projecto	
	N.º postos de trabalho qualificado após-projecto (previsto)	
	N.º postos de trabalho não qualificado antes do projecto	
	N.º postos de trabalho não qualificado após-projecto (previsto)	
Data da 1ª. Deliberação da AG = Data de Decisão de Aprovação		
Data de Contrato		
Datas Previstas	Início	
	Conclusão	
Datas Efectivas	Início	
	Conclusão	

Informação Solicitada ao SI Mais Centro Relativamente a Critérios de Selecção

3. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO	
Campos	Cod_operação
	Eixo
	Área de intervenção
	Código IFDR Tipologia Operação
	Cod_tema prioritário
	Cod_aviso de concurso
	Data publicação aviso de concurso
	Ponderação do critério
	Pontuação obtida por critério
	Pontuação total (mérito global)
	Majoração atribuída (em pontos percentuais)
	Situação da candidatura (aprovada/reprovada/desistida/...)
	Projecto sujeito a reanálise (S/N)

Informação Solicitada ao SI Mais Centro Relativamente aos Indicadores de Acompanhamento

4. INDICADORES	
Campos	Código da operação
	Eixo
	Área de intervenção
	Código IFDR Tipologia Operação
	Tipologia de Operação
	Código tema prioritário
	Tema prioritário
	Código aviso de concurso
	Situação da candidatura
	Valor previsto em sede de candidatura por indicador (código, designação e unidade do indicador)
	Informação sobre o valor realizado até 2009.12.31 por indicador (código, designação e unidade do indicador)

ANEXO IV. INTERACÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS DOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS E OS OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO MAIS CENTRO

Tabela de Codificação dos Objectivos Gerais e Específicos dos Eixos Prioritários do Mais Centro

Eixo	Objectivos Gerais dos Eixos Prioritários		Objectivos Específicos dos Eixos Prioritários	
1	OG 1	Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo as lógicas de eficiência colectiva	OE 1 A	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento
			OE 1 B	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas, estimulando o investimento em actividades orientadas para a exportação e em sectores intensivos em conhecimento e de alta e média tecnologia
			OE 1 C	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis
			OE 1 D	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC
			OE 1 E	Desenvolver <i>clusters</i> com elevado potencial na região (floresta, saúde e biotecnologia, indústrias do mar, <i>habitat</i>) alargando e elevando a cadeia de valor dos sectores tradicionais com vocação exportadora
			OE 1 F	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial
			OE 1 G	Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades IDT e a sua ligação às empresas
2	OG 2	Promover a competitividade das cidades através da requalificação urbana e da criação de redes e de novas actividades do terciário superior	OE 2 A	Promoção de iniciativas de requalificação e regeneração intra-urbana dirigidas a espaços distintos das cidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e o ambiente urbano
			OE 2 B	Reforço da competitividade das cidades, tendo em vista a necessidade de ganhar massa crítica, potenciar economias de aglomeração e estruturar os aglomerados populacionais no contexto dos respectivos sistemas urbanos e espaços sub-regionais
			OE 2 C	Consolidação do sistema urbano, por via do apoio à mobilidade intra e inter-urbana e a melhoria da eficiência dos transportes nos principais núcleos do sistema urbano
3	OG 3.1	Valorizar os recursos específicos do território (naturais, patrimoniais e culturais) para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local	OE 3.1 A	Dinamização dos territórios de baixa densidade
			OE 3.1 B	Consolidação das redes de aldeias com papel estruturante no território
	OG 3.2	Consolidar e qualificar os sistemas urbanos territoriais através da melhoria das acessibilidades e da oferta de serviços polivalentes de nível supra-municipal	OE 3.2 A	Assegurar, numa perspectiva de coesão, o acesso à educação (rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar), à saúde (requalificação dos serviços de urgência, dos cuidados de saúde primários, do acesso à consulta e cirurgia), à cultura (salvaguarda, valorização e animação do património cultural) e aos serviços de inclusão social, com especial atenção a grupos sociais ou etários específicos
4	OG 4	Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrografia, orla marítima, áreas de valia ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes	OE 4 A	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica
			OE 4 B	Protecção e valorização de áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)
			OE 4 C	Intervenção no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais
			OE 4 D	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos
5	OG 5	Promover a região no exterior e reduzir os custos internos de contexto, facilitando as relações dos cidadãos e das empresas com a administração pública e fomentando a cooperação territorial europeia e internacional e a captação de IDE	OE 5 A	Promoção institucional da região e cooperação territorial europeia e internacional
			OE 5 B	Facilitação da relação das empresas e dos cidadãos com a administração descentrada e local, através do recurso ao governo electrónico regional e local

Tabela de Codificação dos Objectivos dos Regulamentos Específicos do Mais Centro

Eixo	RE	Objectivos dos Regulamentos Específicos do Mais Centro	
1	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	ORE 1.1	O SI Qualificação PME tem como objectivo a promoção da competitividade das empresas através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global
	Sistema de Incentivos à Inovação	ORE 1.2	O SI Inovação tem como objectivo promover a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como pela introdução de melhorias tecnológicas, criação de unidades de produção e estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento
	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	ORE 1.3	O SI I&DT tem como objectivo intensificar o esforço nacional de I&DT e a criação de novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do SCT
	Sistema de Incentivos a Acções Colectivas	ORE 1.4	Provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e cujos resultados sejam insusceptíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas; os projectos devem visar a melhoria global da competitividade do país, de uma região, de um sector ou grupos de sectores organizados em clusters, pólos de competitividade e tecnologia ou outras redes associadas a estratégias de eficiência colectiva; complementar os Sistemas de Incentivos directamente orientados para as empresas e potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as associadas aos factores imateriais da competitividade de natureza colectiva, que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	ORE 1.5.1	Criar, promover, consolidar ou expandir infra-estruturas de acolhimento e apoio a actividades de Ciência e Tecnologia (C&T) e à valorização económica e social dessas actividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento (I&D), nomeadamente parques de C&T (também designados por pólos tecnológicos, parques tecnológicos), incubadoras de empresas de base científica e/ou tecnológica, tendo como principal objectivo a evolução estrutural da economia nacional para sectores tecnológicos
		ORE 1.5.2	Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de I&D e instituições de ensino superior, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento dos diferentes sectores institucionais, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências
		ORE 1.5.3	Promover processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e o tecido produtivo, fomentando a interacção entre agentes
		ORE 1.5.4	Promover a valorização económica e social da C&T e o empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica, estimulando a criação e o desenvolvimento de empresas de base científica e/ou tecnológica
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	ORE 1.6.1	Estender e otimizar a capacidade de afirmação das empresas e da sociedade a nível internacional através da criação, promoção ou expansão de infra-estruturas tecnológicas e de difusão de tecnologia que fomentem a capacitação e a qualidade de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e a sua interacção com o tecido produtivo, promovendo a inovação tecnológica e estimulando a criação e o crescimento de novos negócios de base tecnológica
		ORE 1.6.2	Estimular relações institucionais entre empresas, unidades de investigação e instituições de ensino superior e estabelecimentos de educação com cursos profissionais, aproximando centros de criação e difusão de conhecimento das empresas, fortalecendo sistemas regionais de inovação e desenvolvimento de competências
		ORE 1.6.3	Estimular a criação de uma rede coerente de equipamentos e infra-estruturas em instituições de investigação científica e tecnológica
		ORE 1.6.4	Estimular a criação, em estabelecimentos do ensino básico e secundário, de uma rede coerente de infra-estruturas e equipamentos tecnológicos, com vista à generalização de práticas pedagógicas inovadoras, à preparação dos alunos para a economia do conhecimento, à modernização da gestão escolar e à garantia da integridade das instalações e equipamentos educativos, no âmbito das iniciativas desenvolvidas pelo Plano Tecnológico da Educação
		ORE 1.6.5	Promover a articulação entre as redes de ensino superior e da ciência e as infra-estruturas das instituições de investigação científica e tecnológica
		ORE 1.6.6	Consolidar e desenvolver redes de equipamento científico de uso comum
		ORE 1.6.7	Racionalizar a rede nacional de infra-estruturas tecnológicas e científicas
		ORE 1.6.8	Promover a participação de empresas e outros agentes nacionais em projectos mobilizadores de natureza científica, tecnológica e educativa, estimulando um ambiente inovador para o fomento da competitividade empresarial na economia do conhecimento
		ORE 1.6.9	Fortalecer a capacidade de resposta das infra-estruturas científicas e tecnológicas, dotando-as de capacidade efectiva de resposta aos desafios do tecido económico-produtivo, nomeadamente no desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de elevado valor acrescentado
	Energia	ORE 1.7.1	A criação de um quadro energético regional inovador, pautado por critérios e práticas estruturantes de eficiência energética, de uso generalizado de energias renováveis, de conversão ou utilização descentralizada e de intensificação da penetração de vectores energéticos de menor impacto ambiental no quadro do cumprimento das metas da União Europeia para 2020
		ORE 1.7.2	A promoção de uma estratégia coerente e consistente de gestão da procura energética por parte das actividades, de estímulo às operações que se orientem para a prossecução dos objectivos últimos de eficiência energética, de valorização das energias endógenas e de redução das emissões de gases de efeito de estufa
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	ORE 1.8	Criar condições para a generalização do acesso à internet e para a produção de conteúdos on-line por forma a permitir a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento contribuindo para a competitividade e afirmação das regiões portuguesas
	Promoção Cultura Científica e Tecnológica	ORE 1.9	Promoção da cultura científica e tecnológica, a disseminação e difusão do conhecimento bem como a consolidação e alargamento de infra-estruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica
	Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	ORE 1.10	Criação, requalificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, elevando a sua qualidade e qualificação, racionalizando e dando coerência à rede regional e local deste tipo de espaços, bem como o apoio à gestão destas plataformas, nomeadamente no que respeita à oferta de serviços partilhados e, ainda, a promoção do empreendedorismo local

Eixo	RE	Objectivos dos Regulamentos Específicos do Mais Centro	
2	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	ORE 2.1.1	Apoiar a afirmação das cidades enquanto nós de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional ou internacional
		ORE 2.1.2	Promover o reforço das funções económicas superiores das cidades, através da obtenção em rede de limiares e sinergias para a qualificação das infra-estruturas tecnológicas e o desenvolvimento dos factores de atracção de actividades inovadoras e competitivas
		ORE 2.1.3	Estimular a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento, valorizando os factores de diferenciação
		ORE 2.1.4	Promover a inserção das cidades em redes internacionais e afirmar a sua imagem internacional
		ORE 2.1.5	Optimizar o potencial das infra-estruturas e equipamentos, numa perspectiva de rede
2	Mobilidade Territorial	ORE 2.2.1	Melhorar a mobilidade, as acessibilidades e os transportes regionais, sobretudo às áreas mais periféricas, aos centros urbanos e a outros locais estratégicos regionais, visando: Contribuir para a conclusão dos eixos estruturantes ao nível regional, previstos no Plano Rodoviário Nacional, designadamente Itinerários que nos planos regionais de ordenamento do território sejam considerados estratégicos ao nível regional; Requalificar e beneficiar as estradas nacionais (EN) e as estradas regionais (ER), incluindo obras de arte, visando aumentar a segurança, desencravar os espaços mais marginais e promover uma maior integração regional e nacional do nível concelhio; Melhorar a acessibilidade intra-regional, através da melhoria da conectividade entre as redes nacional, regional e municipal com importância supra-concelhia, e promoção de acessos mais rápidos e seguros aos eixos estruturantes; Melhorar a acessibilidade aos principais locais de interesse regional (portos, aeroportos, áreas de localização empresarial e logística, pólos tecnológicos, pólos turísticos, etc.)
		ORE 2.2.2	Melhorar a mobilidade urbana e o descongestionamento das cidades e das suas periferias, visando: Melhorar a acessibilidade urbana e nos territórios envolventes por eles organizados, condição para consolidar os principais sub-sistemas urbanos regionais, melhorar a qualidade de vida e a competitividade das cidades; Melhorar os serviços de transporte público urbano e interurbano, inovar na logística e nos sistemas de controlo de frequência, no cumprimento de horários e no material circulante
		ORE 2.2.3	Melhorar a conectividade interna e externa e aumentar a qualificação, ordenamento e coesão do território, visando: Reforçar a intermodalidade entre os diferentes modos de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo-portuário), promover a transferência modal e um desenvolvimento mais sustentável; Reforçar a estruturação e hierarquização do sistema urbano e a atractividade das cidades; Promover a competitividade regional e a capacidade para atrair e viabilizar a instalação de novas actividades; Redução da sinistralidade rodoviária; Redução de custos públicos por melhoria da eficiência do sistema de transportes
		ORE 2.2.4	Promover a articulação entre diferentes redes e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais
	Política de Cidade - Parcerias para a Regeneração Urbana	ORE 2.3.1	Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade
		ORE 2.3.2	Promover os factores de igualdade entre homens e mulheres
		ORE 2.3.3	Estimular a revitalização sócio-económica de espaços urbanos degradados
		ORE 2.3.4	Qualificar o ambiente urbano e os factores determinantes da qualidade de vida da população
		ORE 2.3.5	Reforçar a atractividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana
		ORE 2.3.6	Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos actores urbanos
3	Património Cultural	ORE 3.1	Melhoria das condições de salvaguarda, valorização e de animação do património cultural (imóvel, móvel, imaterial e oral) numa perspectiva de transmissão para o futuro dos bens culturais, de forma a manter a sua existência e assegurar a sua fruição com respeito pela sua identidade específica, nela considerando os valores de originalidade aliados aos da respectiva integridade patrimonial
	Equipamentos Coesão Local	ORE 3.2.1	Disponibilizar espaços desportivos de proximidade e pequena escala global para a prática físico-desportiva, facilmente acessíveis a partir dos locais de ensino, trabalho ou residência, que concorram para: (i) promover a actividade física e desportiva permanente, de modo acessível, saudável e em segurança, para todos os cidadãos; (ii) recuperar o sentido lúdico das práticas físicas e desportivas; (iii) orientar a motivação para a aventura e para a descoberta de experiências motoras
		ORE 3.2.2	Reforçar a rede de equipamentos sociais que contribuam para a inclusão de grupos sociais ou etários específicos, entre os quais relevam as crianças e jovens, os idosos, as pessoas com deficiência, os imigrantes, os ex-reclusos, os jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e os cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, os toxicodependentes e os alcoólicos
		ORE 3.2.3	Qualificar os territórios locais através de equipamentos públicos específicos
	Mobilidade Territorial	ORE 3.3.1	Melhorar a mobilidade, as acessibilidades e os transportes regionais, sobretudo às áreas mais periféricas, aos centros urbanos e a outros locais estratégicos regionais, visando: - Contribuir para a conclusão dos eixos estruturantes ao nível regional, previstos no Plano Rodoviário Nacional, designadamente Itinerários que nos planos regionais de ordenamento do território sejam considerados estratégicos ao nível regional; - Requalificar e beneficiar as estradas nacionais (EN) e as estradas regionais (ER), incluindo obras de arte, visando aumentar a segurança, desencravar os espaços mais marginais e promover uma maior integração regional e nacional do nível concelhio; - Melhorar a acessibilidade intra-regional, através da melhoria da conectividade entre as redes nacional, regional e municipal com importância supra-concelhia, e promoção de acessos mais rápidos e seguros aos eixos estruturantes; - Melhorar a acess. aos principais locais de interesse regional (portos, aeroportos, áreas de loc. empresarial e logística, pólos tecnológicos, pólos turísticos, etc.)
		ORE 3.3.2	Melhorar a mobilidade urbana e o descongestionamento das cidades e das suas periferias, visando: - Melhorar a acessibilidade urbana e nos territórios envolventes por eles organizados, condição para consolidar os principais sub-sistemas urbanos regionais, melhorar a qualidade de vida e a competitividade das cidades; - Melhorar os serviços de transporte público urbano e interurbano, inovar na logística e nos sistemas de controlo de frequência, no cumprimento de horários e no material circulante
		ORE 3.3.3	Melhorar a conectividade interna e externa e aumentar a qualificação, ordenamento e coesão do território, visando: - Reforçar a intermodalidade entre os diferentes modos de transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo-portuário), promover a transferência modal e um desenvolvimento mais sustentável; - Reforçar a estruturação e hierarquização do sistema urbano e a atractividade das cidades; - Promover a competitividade regional e a capacidade para atrair e viabilizar a instalação de novas actividades; - A redução da sinistralidade rodoviária; - Redução de custos públicos por melhoria da eficiência do sistema de transportes
		ORE 3.3.4	Promover a articulação entre diferentes redes e apoiar o desenvolvimento de modos e meios de transporte mais sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais
	Saúde	ORE 3.4	Prevenir a doença e promover uma melhoria nas condições de saúde das pessoas e garantir maior equidade, por parte dos cidadãos, no acesso aos cuidados de saúde
	Rede de Equipamentos Culturais	ORE 3.5	Contribuir para melhorar o acesso público à fruição das actividades culturais e à participação das artes do espectáculo, das artes visuais e do património móvel no processo de construção e aprofundamento da cidadania

Eixo	RE	Objectivos dos Regulamentos Específicos do Mais Centro	
3	Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	ORE 3.6	Promover a utilização de edifícios escolares dotados de elevada qualidade arquitectónica e funcional que possibilitem um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, tendo como objectivos centrais: a) construção/ampliação/requalificação de escolas básicas que integrem, preferencialmente, o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar, na perspectiva da criação de Centros Escolares; b) eliminação de todos os regimes de funcionamento duplos; c) progressiva suspensão do funcionamento das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico de reduzidas dimensões, designadamente as escolas com menos de 20 alunos; d) eliminação de todos os edifícios de construção precária, nomeadamente pavilhões pré-fabricados
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	ORE 4.1	Valorização ambiental e sócio-económica do território, proporcionando melhores condições para o uso futuro do solo, designadamente através da reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras ou de extracção de massas minerais, onde estejam em risco aquíferos, ecossistemas ou a segurança e saúde públicas e, simultaneamente, não seja viável a aplicação do princípio do poluidor pagador, o princípio da responsabilidade ou se comprove a falta de capacidade de internalização dos custos
4	Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verticalizado	ORE 4.2.1	Promover a melhoria dos níveis de atendimento, de qualidade, de integração e eficiência em sistemas em "vertente em baixa - modelo não verticalizado" de abastecimento público de água e/ou de saneamento de águas residuais, contribuindo para o cumprimento do normativo comunitário e nacional referente às águas residuais, qualidade da água e à Directiva Quadro da Água, assim como para a promoção do uso eficiente da água
		ORE 4.2.2	Contribuir para que cerca de 95% da população total de cada uma das NUTS II, Alentejo, Centro e Norte, seja abrangida por sistemas públicos de abastecimento de água e, para que cerca de 90% dessa população seja também servida por sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas sendo que, em cada sistema integrado, o nível de atendimento mínimo desejável deve ser de, pelo menos, 80% da população a abranger, em abastecimento de água e de 70% da população a abranger, em saneamento de águas residuais
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	ORE 4.3.1	Promover a conservação e valorização do património natural visando a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais, através do apoio a investimentos que valorizem o território a partir da gestão directa de espécies e habitats e: a. Com valor acrescentado à escala nacional, particularmente em termos do reforço de gestão da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, o que pressupõe mecanismos de articulação e cooperação supra regionais; b. Que introduzam e ensaiem sistemas, serviços e tecnologias inovadores; c. Que promovam a capacitação dos recursos humanos públicos e privados e que induzam emprego em actividades técnicas e económicas associadas à infra-estrutura biodiversidade
		ORE 4.3.2	Consolidar o reconhecimento do valor do património natural, nomeadamente através do apoio e promoção da visitação de espaços naturais, numa lógica de garantia do equilíbrio sócio-económico e discriminação positiva das comunidades integradas nas áreas classificadas, em particular inseridas na Rede Nacional de Áreas Protegidas
		ORE 4.3.3	Supportadas numa política de comunicação que dê visibilidade à Rede Nacional de Áreas Protegidas no seu conjunto, pretende-se a promoção de intervenções locais que permitam a consistência de um serviço de elevada qualidade e satisfação dos visitantes : um programa de intervenção coerente que integre cada uma das intervenções locais na ideia mais abrangente de valorização do património natural conseguida através da adesão das pessoas a experiências concretas de utilização do património natural, em detrimento de lógicas mais parcelares de intervenções pontuais a que falta dimensão para poder actuar e comunicar eficazmente com os utilizadores potenciais
	Optimização da Gestão de Resíduos	ORE 4.4.1	Optimizar as redes existentes de recolha selectiva multimaterial e de triagem
		ORE 4.4.2	Promover a prevenção da produção de resíduos, a correcta gestão dos resíduos perigosos presentes no fluxo urbano, reduzindo a sua quantidade e gerindo a sua perigosidade
		ORE 4.4.3	Melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos, sensibilizando-os para os novos padrões de consumo, a redução da produção, a reutilização e a reciclagem de resíduos
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	ORE 4.5.1	Estudos, inventariação e cartografia das zonas de risco relevantes, à escala adequada ao planeamento de emergência
		ORE 4.5.2	Elaboração de planos de emergência de protecção civil
		ORE 4.5.3	Acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	ORE 4.6	Desenvolvimento de uma sociedade sustentável e o cumprimento dos normativos ambientais, implicando por um lado uma monitorização permanente e, por outro, a promoção de novas actividades associadas aos valores ambientais e à sua implementação estimulando novas soluções e boas práticas ambientais
	Acções Valorização do Litoral	ORE 4.7	Valorizar o litoral, como recurso natural singular e único na sua diversidade e permitir o seu usufruto através de actividades compatíveis e adequadas à sua dinâmica e fragilidade, numa óptica de utilização e gestão sustentável (conhecimento, preservação e conservação, ordenamento e requalificação da orla costeira)
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	ORE 4.8.1	Equipamentos dos agentes de protecção civil, rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão
		ORE 4.8.2	Investimento na área das Tecnologias da Informação e do Conhecimento, destinado a apoiar e complementar a criação do sistema de informação de protecção civil nacional, onde também se incluem as componentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, de âmbito regional e sub-regional
5	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	ORE 5.1	O SAMA visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados "custos públicos de contexto" no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, e tem como objectivos: a) A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas; b) A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos; c) O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação enquanto infra-estrutura de suporte ao processo de modernização administrativa; d) A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre as três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia) como forma de geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respectivo financiamento
	Promoção e Capacitação Institucional	ORE 5.2	O domínio "Promoção e Capacitação Institucional" visa, designadamente, apoiar iniciativas inovadoras e de elevado efeito demonstrativo de promoção e capacitação das principais instituições regionais e locais, tendo em vista, designadamente, o exercício de funções fundamentais em matéria de estudo e investigação, informação, animação sócio-económica, promoção da Região e dos seus produtos e cooperação inter-institucional e inter-regional, bem como, a potenciação, ao nível regional, da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento nacionais e comunitários

Articulação Estratégica entre os Objectivos dos Regulamentos Específicos e os Objectivos Gerais do Mais Centro

Eixo	RE	Objectivos dos Regulamentos	Objectivos Gerais do Mais Centro					
			OG 1	OG 2	OG 3.1	OG 3.2	OG 4	OG 5
1	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacional. de PME	ORE 1.1	++					
	Sistema de Incentivos à Inovação	ORE 1.2	++					
	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	ORE 1.3	++					
	Sistema de Incentivos a Acções Colectivas	ORE 1.4	++					
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	ORE 1.5.1	++					
		ORE 1.5.2	++					
		ORE 1.5.3	++					
		ORE 1.5.4	++					
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	ORE 1.6.1	++					+
		ORE 1.6.2	++					
		ORE 1.6.3	++					
		ORE 1.6.4	+					
		ORE 1.6.5	+					
		ORE 1.6.6	++	+				
		ORE 1.6.7	+	+				
		ORE 1.6.8	++					
	Energia	ORE 1.6.9	++	+				
ORE 1.7.1		++				++		
	ORE 1.7.2	++				++		
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	ORE 1.8	++					++
	Promoção Cultura Científica e Tecnológica	ORE 1.9	++					
	Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	ORE 1.10	++	+	+			
2	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	ORE 2.1.1		++				+
		ORE 2.1.2	++	++				+
		ORE 2.1.3		++				
		ORE 2.1.4		++				++
		ORE 2.1.5		++		+		
	Mobilidade Territorial	ORE 2.2.1	+	++				+
		ORE 2.2.2	++	++	+			
		ORE 2.2.3	+	++	+	+		
		ORE 2.2.4	+	++	+	+		
	Política de Cidade - Parcerias para a Regeneração Urbana	ORE 2.3.1	+	+		++		
		ORE 2.3.2		+				
		ORE 2.3.3		++				
		ORE 2.3.4		++			+	
		ORE 2.3.5		++			+	
ORE 2.3.6			+					
3	Património Cultural	ORE 3.1		+	++	++		+
	Equipamentos Coesão Local	ORE 3.2.1				++		
		ORE 3.2.2				++		
		ORE 3.2.3				++		
	Mobilidade Territorial	ORE 3.3.1	+	++	+	+		+
		ORE 3.3.2	+	++	+	+		
		ORE 3.3.3	+	++	+	+		
		ORE 3.3.4	+	++	+	+		
	Saúde	ORE 3.4				++		
Rede de Equipamentos Culturais	ORE 3.5			+	++			
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	ORE 3.6				++			
4	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	ORE 4.1					++	
	Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verticalizado	ORE 4.2.1					++	
		ORE 4.2.2					++	
		ORE 4.3.1					++	
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	ORE 4.3.2			+		++	
		ORE 4.3.3					++	
		ORE 4.4.1					++	
	Optimização da Gestão de Resíduos	ORE 4.4.2					++	
		ORE 4.4.3					++	
		ORE 4.5.1					++	
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	ORE 4.5.2					++	
		ORE 4.5.3					++	
		Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	ORE 4.6					+
Acções Valorização do Litoral	ORE 4.7					++		
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	ORE 4.8.1					+		
	ORE 4.8.2					++		
5	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	ORE 5.1						++
	Promoção e Capacitação Institucional	ORE 5.2						++

++ Contribuição forte

+ Contribuição média

Eixo	RE	Objectivos RE	OG 1						
			OE 1 A	OE 1 B	OE 1 C	OE 1 D	OE 1 E	OE 1 F	OE 1 G
1	SI à Qualificação e Internacionalização de PME	ORE 1.1		++	+		+	+	
	Sistema de Incentivos à Inovação	ORE 1.2	++		+		+	+	
	SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	ORE 1.3		++	+		+	+	++
	SI a Acções Colectivas	ORE 1.4	+					++	
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	ORE 1.5.1		++		+	++	++	++
		ORE 1.5.2		++		+	++	++	++
		ORE 1.5.3		++		+			++
		ORE 1.5.4	+	++					++
	Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	ORE 1.6.1	+	++		+		++	++
		ORE 1.6.2		++		+			++
		ORE 1.6.3							++
		ORE 1.6.4				++			
		ORE 1.6.5				+			+
		ORE 1.6.6							++
		ORE 1.6.7							+
		ORE 1.6.8		++		+			++
ORE 1.6.9			++		+			++	
Energia	ORE 1.7.1			++					
	ORE 1.7.2			++					
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	ORE 1.8				++				
Promoção Cultura Científica e Tecnológica	ORE 1.9		++		+			++	
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	ORE 1.10	+	+				++		

Eixo	RE	Objectivo RE	OG 2		
			OE 2 A	OE 2 B	OE 2 C
2	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	ORE 2.1.1	+	++	+
		ORE 2.1.2		++	
		ORE 2.1.3		++	
		ORE 2.1.4		++	
		ORE 2.1.5		++	
	Mobilidade Territorial	ORE 2.2.1	++	++	++
		ORE 2.2.2	++	++	++
		ORE 2.2.3	++	++	++
		ORE 2.2.4	++	+	++
	Política de Cidade - Parcerias para a Regeneração Urbana	ORE 2.3.1	+		
		ORE 2.3.2			
		ORE 2.3.3	++	+	
		ORE 2.3.4	++		
		ORE 2.3.5	++		+
		ORE 2.3.6		+	

Eixo	RE	Objectivo RE	OG 3.1		OG 3.2
			OE 3.1 A	OE 3.1 B	OE 3.2 A
3	Património Cultural	ORE 3.1	++	++	+
	Equipamentos Coesão Local	ORE 3.2.1			++
		ORE 3.2.2			++
		ORE 3.2.3			++
	Mobilidade Territorial	ORE 3.3.1	+		++
		ORE 3.3.2	+	+	
		ORE 3.3.3	+	+	+
		ORE 3.3.4	+	+	+
	Saúde	ORE 3.4			++
	Rede de Equipamentos Culturais	ORE 3.5	+		++
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Ed. Pré-Escolar	ORE 3.6			++	

Eixo	RE	Objectivo RE	OG 4			
			OE 4 A	OE 4 B	OE 4 C	OE 4 D
4	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	ORE 4.1	+			++
	Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verticalizado	ORE 4.2.1			++	
		ORE 4.2.2			++	
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	ORE 4.3.1		++		
		ORE 4.3.2		++		
		ORE 4.3.3		++		
	Optimização da Gestão de Resíduos	ORE 4.4.1				
		ORE 4.4.2				
		ORE 4.4.3				
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais	ORE 4.5.1				++
		ORE 4.5.2				++
		ORE 4.5.3				++
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	ORE 4.6				++
	Acções Valorização do Litoral	ORE 4.7		++		
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais	ORE 4.8.1				++
		ORE 4.8.2				++

Eixo	RE	Objectivo RE	OG 5	
			OE 5 A	OE 5 B
5	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	ORE 5.1		++
	Promoção e Capacitação Institucional	ORE 5.2	++	

ANEXO V. GRAU DE COBERTURA DAS TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO PELOS INDICADORES DE EIXO (INDICADORES DE REALIZAÇÃO), POR EIXOS PRIORITÁRIOS E REGULAMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo	RE	Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável	
1	Sistemas de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	Propriedade Industrial - Formulação de pedidos de patentes, modelos de utilidade e desenhos ou modelos, nacionais, no estrangeiro pela via directa nas administrações nacionais, comunitários, europeus e internacionais.	Sim	
		Criação, Moda & Design - Criação de marcas, insígnias e colecções próprias e melhoria das capacidades de moda e design.	Sim	
		Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos - Melhoria das capacidades de desenvolvimento de produtos, processos e serviços, designadamente pela criação ou reforço das capacidades laboratoriais.	Sim	
		Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - Introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, reforço das capacidades de gestão, introdução de TIC, redesenho e melhorias de Layout, acções de Benchmarking.	Sim	
		Qualidade - Certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total.	Não	
		Ambiente - Investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS).	Não	
		Inovação - Investimentos associados à aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação bem como à certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI).	Sim	
		Diversificação e Eficiência Energética - Aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis.	Não	
		Economia Digital - Criação e ou adequação da infra-estrutura interna de suporte com vista à inserção da PME na Economia Digital e à melhoria dos modelos de negócios com base numa presença mais efectiva na economia digital, que permitam a concretização de processos de negócios desmaterializados com clientes e fornecedores através da utilização das TIC.	Não	
		Comercialização e Marketing - Reforço das capacidades de comercialização, marketing, distribuição e logística.	Sim	
		Internacionalização - Conhecimento de mercados, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospecção, e presença em mercados internacionais, com exclusão da criação de redes de comercialização no exterior, e promoção e marketing internacional.	Sim	
		Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho - Investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ.	Não	
		Igualdade de Oportunidades - Definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar, bem como a facilitação do mercado de trabalho inclusivo.	Não	
	Sistemas de Incentivos à Inovação	Produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento.	Sim	
		Adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing.	Sim	
		Expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procura internacionais dinâmicas.	Sim	
		Criação de empr. e act. nos primeiros anos de desenv., dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou de empreendedorismo jovem.	Sim	
		Investimentos de criação, modernização, racionalização ou reestruturação de empresas, quando estiverem presentes projectos enquadrados em Estratégias de Eficiência Colectiva ou investimentos de interesse estratégico para a economia nacional ou para determinadas regiões.	Sim	
	Sistemas de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	I&DT Empresas	Projectos compreendendo actividades de investigação industrial e/ou de desenvolvimento experimental, conducentes à criação de novos produtos, processos ou sistemas ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas existentes, de acordo com as seguintes modalidades:	Sim
			Projectos Individuais realizados por uma empresa.	Sim
			Projectos em Co-promoção realizados em parceria entre empresas ou entre estas e entidades do SCT.	Sim
			Projectos Mobilizadores de capacidades e competências científicas e tecnológicas, com elevado conteúdo tecnológico e de inovação.	Sim
			Vale I&DT, concedido a PME para aquisição de serviços de I&DT a entidades do SCT qualificadas para o efeito, através da atribuição de um crédito junto destes organismos.	Sim
		I&DT Colectiva	Projectos de I&DT promovidos por assoc. empresariais que resultam da iden. de problemas e necessidades de I&DT partilhados por um conjunto significativo de empresas, designadamente ao nível de um determinado sector, cluster, pólo de competitividade e tecn. ou região.	Sim
			Núcleos de I&DT promovidos por empresas PME, visando criar nas empresas de forma sustentada competências internas de I&DT e de gestão da inovação.	Sim
		Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT	Centros de I&DT promovidos por empresas que já desenvolvem de forma contínua e estruturada actividades de I&DT, visando o aumento do esforço de I&DT para além das linhas de investigação quotidianas normais da empresa.	Sim
			Projectos Demonstradores promovidos por empresas que, partindo de actividades de I&D concluídas com sucesso, visam a divulgação e demonstração a nível nacional ou internacional de novas tecnologias sob a forma de novos produtos, processos ou serviços inovadores, no sentido de evidenciar as vantagens económicas e técnicas das novas soluções.	Sim
		Valorização de I&DT		Sim

Eixo	RE		Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável
1	Sistemas de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Valorização de I&DT	Infra-estruturas físicas de Parques de Ciência e Tecnologia (PCT): Projectos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de PCT.	Não
			Infra-estruturas físicas de Incubação de Empresas de Base Tecnológica: Projectos de criação, consolidação, expansão ou requalificação de Incubadoras de empresas de base tecnológica (IEBT).	Não
			Empreendedorismo Tecnológico: Projectos estruturados de promoção de novas empresas de base tecnológica.	Sim
			Serviços Partilhados: Reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de PCT e IEBT, visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços optimizados.	Sim
	Sistemas de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE):	Infra-estruturas físicas: Projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE (edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias).	Sim
			Empreendedorismo: Projectos estruturados de promoção de novas empresas.	Sim
			Serviços Partilhados e Acções de Divulgação: Projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de AAE.	Sim
		Intervenções na rede logística de 2.º nível:	Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de da rede logística de 2º nível.	Não
	Sistemas de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Infra-estruturas Tecnológicas	Infra-estruturas físicas e equipamentos: Projectos de expansão ou requalificação de infra-estruturas tecnológicas já existentes, podendo ainda ser considerados com carácter excepcional infra-estruturas físicas a desenvolver, em particular, no quadro de novas CTI, CT, INT e CEDP.	Não
			Racionalização da Rede de Infra-estruturas Tecnológicas: Projectos de racionalização da rede nacional ou das redes regionais de Infra-estruturas Tecnológicas, com impacto significativo no aumento da eficiência na utilização de recursos e competências já existentes, promovendo a consolidação de Infra-estruturas Tecnológicas com massa crítica, combatendo a pulverização e a duplicação de entidades com objectivos sobrepostos e, ainda, promovendo a inserção das Infra-estruturas Tecnológicas em redes internacionais. Incluem-se nesta tipologia projectos de fusão e de criação de redes institucionais com Parques de Ciência e Tecnologia, Áreas de Acolhimento Empresarial e englobando ainda parceiros internacionais.	Não
		Infra-estruturas científicas:	Construção e equipamento de novas instalações.	Não
			Adaptação, renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos e respectivas infra-estruturas de instituições científicas e tecnológicas.	Não
			Remodelação ou adaptação de infra-estruturas da ciência com o objectivo de promoção das condições de segurança e da eficiência energética.	Não
		Plano Tecnológico da Educação:	Projectos de infra-estruturas de redes e equipamentos tecnológicos.	Não
			Projectos de desenvolvimento de plataformas e serviços tecnológicos para a Educação.	Não
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento		Projectos de criação e requalificação de infra-estruturas e equipamentos de divulgação e animação científica e tecnológica, nomeadamente no âmbito da rede de Centros de Ciência Viva.	Não
			Projectos de divulgação e promoção científica e tecnológica (incluindo a vertente ambiental) e produção de recursos e conteúdos para esse efeito (por via da criação de contextos adequados de colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias, escolas e outras instituições da sociedade civil).	Não
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento		Projectos de sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito.	Sim
			Projectos ao nível dos conteúdos e plataformas de massificação e dinamização da Internet em Banda Larga de Alta Velocidade nos estabelecimentos de educação e ensino, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.	Sim
			Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.	Sim
			Projectos de promoção da literacia digital, em particular os projectos baseados em relações de proximidade com grupos info-excluídos.	Sim
			Projectos de expansão da rede de espaços Internet.	Sim
			Projectos de apoio à dinamização de novos serviços de carácter comunitário.	Sim
			Projectos de criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais.	Sim
			Projectos de desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidos ao melhoramento de processos e eficiência interna.	Sim
			Projectos de criação e desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidas a cidadãos com necessidades especiais.	Sim
			Infra-estruturas de Banda Larga em áreas onde o "mercado" não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços, por questões de limiares demográficos.	Sim
	Energia	Projectos de inv. em Unidades Autónomas de Gás (UGA's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis.	Projectos de investimentos em Unidades Autónomas de Gás (UGA's) inseridas no âmbito do sistema de abastecimento de gás natural, bem como investimentos em ramais de ligação à rede eléctrica de locais de produção de electricidade, com base em fontes renováveis.	Não

Eixo	RE		Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável
1	Energia	Iniciativas-piloto inov. de prod. (através de fontes renováveis) e de útil. racional de energia, env. nom., o apoio ao desenv. de prog. de acção e proj.-piloto de:	Utilização racional de energia e da eficiência energético-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes, bem como em edifícios de habitação social existentes, através da utilização de água quente solar para produção de águas quentes sanitárias.	Sim
			Valorização do potencial energético local e regional, que visem a promoção das energias renováveis e da eficiência energética, incluindo, por exemplo, a concepção e implementação de experiências-piloto de produção de energias renováveis com carácter demonstrador.	Sim
			Estruturação e dinamização de uma rede de centros de recursos partilhados ao nível intermunicipal no domínio da análise da utilização racional de energia e, em particular, do desempenho energético de edifícios.	Sim
			Definição e dinamização de Planos de Informação e de Comunicação para a promoção e valorização sustentável e utilização racional de energia ao nível das NUTS II.	Sim
	Sistema de Incentivos a Acções Colectivas		Actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional.	Sim
			Informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas.	Sim
			Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores.	Sim
			Sensibilização para factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial.	Sim
			Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação.	Sim
			Actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva.	Sim
2	Parcerias para a Regeneração Urbana		Qualificação do espaço público e do ambiente urbano: modernização das infra-estruturas urbanas; melhoria do ambiente urbano; melhoria da acessibilidade e mobilidade; equipamentos colectivos de identidade e referência urbana; recuperação e qualificação do espaço público; melhoria da qualidade visual da paisagem urbana; promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos; criação de estruturas de gestão e manutenção do espaço público; apoio técnico aos moradores para auto-reabilitação dos edifícios e habitações; e desenvolvimento de tecnologias e processos de planeamento urbano participado.	Sim
			Desenvolvimento económico: recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas actividades económicas; apoio a iniciativas económicas das populações locais; desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de autoemprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração do potencial das TIC.	Sim
			Desenvolvimento social: qualificação e modernização dos serviços de interesse colectivo para a população ou as empresas; criação/remodelação de equipamentos e de serviços de proximidade; dinamização de actividades recreativas e desportivas; melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho; acções de conciliação da vida familiar com a vida profissional; prevenção da toxicod dependência, da delinquência e de comportamentos anti-sociais.	Sim
			Desenvolvimento cultural: recuperação e valorização do património cultural; criação e dinamização de equipamentos culturais; qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e a fruição cultural; dinamização das actividades culturais.	Sim
			Acções associadas à animação da Parceria Local e à dinamização do Programa de Acção e sua divulgação, com um limite de 10% do montante global de investimento.	Sim
			Animação da rede de cidades (fórum de cooperação, conferências, sítio web).	Sim
	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação		Lançamento de estruturas de cooperação interurbana, nomeadamente parcerias operacionais para projectos específicos, agências de desenvolvimento, centros para promoção das competências específicas das cidades, incluindo serviços de apoio aos actores económicos, culturais e sociais.	Sim
			Estabelecimento de redes entre equipamentos públicos: programação, especialização de serviços, partilha de recursos, criação de estruturas de gestão em comum.	Sim
			Desenvolvimento de comunidades de utilização avançada de tecnologias de informação e comunicação, incluindo a criação das respectivas infra-estruturas como suporte a aplicações, serviços e conteúdos inovadores que promovam novos modelos competitivos, novos modelos de aprendizagem e a inclusão na sociedade da informação e do conhecimento.	Sim
			Parcerias entre instituições de ensino superior e instituições de I&D, juntamente com outros parceiros, empresariais e institucionais, no sentido de promover a capacidade criativa e inovadora do tecido económico e social e de dinamizar a introdução da inovação nos serviços e funções urbanas.	Sim
			Organização de eventos de projecção internacional.	Sim
			Marketing urbano, incluindo comunicação e imagem do cidade/rede de cidades, participação em redes internacionais, estruturas de prospecção exterior e divulgação de oport. de investimento.	Sim
			Criação de espaços, centros comunitários e equipamentos - em particular para acolhimento de pessoas (estudantes, investigadores estrangeiros, recursos humanos qualificados e profissionais criativos) ou de novas actividades e serviços (culturais, económicos, educacionais e de inclusão) - que contribuam para a diferenciação e a internacionalização das cidades.	Sim
			Investimentos necessários à viabilização da estratégia temática de cooperação, incluindo a construção de equipamentos colectivos e a recuperação e valorização de elementos do património histórico e cultural.	Sim
			Reforço e sustentabilidade dos fluxos de pessoas e bens, incluindo as condições de acessibilidade, entre os diversos nós da rede de cidades.	Sim
			Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária.	Sim
	Mobilidade Territorial: Redes e sistemas urbanos de mobilidade:		Centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento, sobretudo os periféricos ou os integrados em operações de requalificação urbana que favoreçam a intermodalidade, a libertação de espaço público para modos de transporte mais sustentáveis ou a melhoria da acessibilidade aos transportes público.	Não
			Sistemas ferroviários ligeiros (metro).	Sim
			Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), incluindo, por exemplo, a criação de corredores próprios uni ou multimodais.	Não
			Promoção da oferta de soluções inovadoras de transporte colectivo e micrologística em meio urbano.	Não

Eixo	RE	Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável
2	Mobilidade Territorial: Redes e sistemas urbanos de mobilidade:	Intervenção que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intraurbana, designadamente, no que respeita a peões e bicicletas.	Não
		Protecção contra o ruído gerado na rede rodoviária em meio urbano e suburbano.	Não
		Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros.	Não
		Renovação de material de transporte, com vista à melhoria da eficiência energética das frotas das empresas municipais e serviços municipalizados de transporte de passageiros. 10% do montante global de investimento.	Não
3	Saúde	Unidades hospitalares - reforço da diferenciação e complementaridade de Serviços.	Não
		Unidades da rede de urgência e emergência.	Sim
		Unidades de cuidados primários e de saúde pública, incluindo unidades de saúde familiar e centros de saúde.	Sim
		Estudos estratégicos que se revele indispensável desenvolver.	Não
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar	Construção de raiz de novos Centros Escolares, integrando preferencialmente o 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar.	Sim
		Ampliação/requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, já existentes.	Sim
	Património Cultural	Conservação, restauro, valorização ou reabilitação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, classificados ou vias de classificação nos termos legais em vigor, associáveis ou não a um território envolvente específico.	Sim
		Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante.	Não
		Criação, remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afectos, bem como a instalação ou requalificação de exposições permanentes e temporárias dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus.	Não
		Realização de programas de animação do património cultural, criação de circuitos ou roteiros de património associados a redes de cooperação e organização de bens patrimoniais culturais em rede.	Não
		Valorização, sensibilização, divulgação e promoção do património cultural móvel, imóvel, imaterial e oral que contribuam para o acréscimo de públicos.	Não
		Inventariação, investigação e divulgação dos patrimónios rural, fluvio-marítimo e edificado vernacular, bem como do "saber-fazer" antigo dos artesãos, das artes tradicionais, da literatura oral, da medicina popular, nos domínios etnográfico e antropológico, e levantamento de expressões culturais tradicionais imateriais individuais e colectivas, designadamente através do seu registo videográfico e fonográfico.	Não
		Edição de publicações e outros suportes documentais e digitais com conteúdos relativos ao património cultural e actividades de inventariação e investigação científica sobre o património cultural.	Não
		Conservação, restauro e valorização do património cultural móvel classificado, em vias de classificação, ou pertencente a museus da Rede Portuguesa de Museus.	Não
		Projectos que visem a divulgação de "boas práticas" de conservação, restauro e valorização do património cultural.	Não
		Elaboração de cartas de risco e planos de segurança do património cultural imóvel classificado.	Não
		Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.	Sim
	Rede de Equipamentos Culturais	Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.	Não
		Criação, instalação e desenvolvimento de serviços de arquivos públicos.	Não
		Recuperação e valorização de teatros e cine-teatros.	Não
		Programação cultural em rede, com a participação de diferentes equipamentos culturais.	Não
		Equipamento de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital e produção de conteúdos digitais.	Não
		Estruturação e consolidação de centros de arte contemporânea.	Não
	Equipamentos para a Coesão Local	Equipamentos desportivos, de proximidade e pequena escala global, de interesse municipal e intermunicipal, designadamente equipamentos polivalentes e adaptáveis a actividades físico-desportivas não formais; equipamentos de base formativa (sem bancadas fixas para espectadores).	Não
		Equipamentos sociais, de âmbito supra-municipal, sendo prioritários a construção, qualificação e/ou equipamento de creches, lares de apoio, centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, apartamento de autonomização, centros de apoio a imigrantes, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário, centro de actividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas e cuidados continuados integrados a pessoas dependentes.	Não
		Equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços, actividades e recursos, sobretudo quando concorram para requalificar e animar o património construído ou integrem intervenções de regeneração urbana.	Não
	Mobilidade Territorial: Redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade:	Construção/beneficiação de Itinerários Complementares, definidos no Plano Regional de Ordenamento do Território como prioritários a nível regional.	Sim
		Requalificação/beneficiação de troços da rede viária nacional e regional, incluindo obras de arte.	Sim
		Construção/beneficiação de troços da rede municipal e de eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios.	Sim
		Intervenções em portos e requalificação da rede secundária de aeródromos, bem como a melhoria das acessibilidades a infra-estruturas portuárias, aeroportuárias, logísticas, corredores de tráfego comercial, a áreas de concentração industrial, empresarial ou outros pólos de interesse regional.	Não
		Promoção da mob. sustentável, de modos alternativos de transp. e de soluções inov. de transporte colectivo (ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização colectiva de transporte público individual, racionalização da oferta de transportes públicos nos espaços de baixa densidade em articulação com a rede de transportes escolares, etc.).	Não
		Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros, escolas de trânsito, etc.).	Não

Eixo	RE	Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável	
3	Mobilidade Territorial: Redes e sistemas nacionais, regionais e locais de mobilidade:	Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.	Não	
4	Ciclo Urbano da Água - "Vertente em Baixa - Modelo Não Verticalizado"	Investimento incorpóreo: estudos, projectos e assessorias (excluem-se os Planos Gerais, os Planos Directores e o próprio Documento de Enquadramento Estratégico); acções de natureza imaterial com relevância para o desenvolvimento dos sistemas, em particular acções de sensibilização ambiental, de uso eficiente da água e de promoção do serviço público que permitam identificar "outputs" concretos e individualizados.	Não	
		Investimento corpóreo de redes de abastecimento de água em "vertente em baixa - modelo não verticalizado": construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas; telegestão; restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-estruturas; acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir.	Sim	
		Investimento corpóreo de redes de drenagem de águas residuais em "vertente em baixa - modelo não verticalizado": construção, remodelação e ampliação de infra-estruturas, que estejam integradas com a vertente em alta e em que esteja assegurado um tratamento adequado, que permita o cumprimento das normas de descarga;restabelecimento de acessibilidades e de serviços afectados pela construção de infra-estruturas; acções complementares de compensação e outras medidas adicionais de integração ambiental que as autoridades ambientais competentes venham a exigir.	Sim	
		Soluções de menor escala e equipamentos que se destinem a servir aglomerados de pequena dimensão em que, no caso das redes de drenagem de águas residuais, esteja assegurado a jusante o cumprimento das normas de descarga;	Sim	
		Intervenções que assegurem a melhoria da qualidade do tratamento actual e tenham como objectivos o cumprimento da Directiva 91/271/CEE.	Não	
		Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos	Acções Materiais	Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão.
	Aquisição de veículos para operações de socorro de protecção civil.			Sim
	Aquisição de equipamentos operacionais de protecção civil, para os corpos de bombeiros e serviços de protecção civil municipal.			Sim
	Reforço da arquitectura e desenv. do sist. de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível regional e sub-regional.			Sim
	Acções imateriais		Avaliação da susceptibilidade, entendida como a probabilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso numa dada área.	Sim
			Avaliação da perigosidade, entendida como a possibilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso, num determinado período de tempo e numa dada área.	Sim
			Avaliação da vulnerabilidade, entendida como o grau de perda de um elemento ou conjunto de elementos expostos (pessoas, bens ou ambiente) a um perigo de determinada magnitude.	Sim
			Avaliação de risco, entendida como probabilidade de ocorrência de um fenómeno perigoso e respectiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais, directos ou indirectos.	Sim
			Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal.	Sim
			Estudos e criação de instrumentos de âmbito regional e municipal, destinados a suprir as lacunas existentes tanto na área da protecção civil, como na identificação de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território.	Sim
			Divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito regional e municipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população no que respeita aos riscos a que está exposta.	Sim
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental		Preparação e implementação das Agendas 21 Locais.	Não
			Requalificação ambiental e reabilitação do património natural.	Não
			Implementação e optimização de sistemas de informação ambiental.	Não
			Produção e aquisição de informação e cartografia de base e temática.	Não
		Projectos demonstrativos e acções de informação e sensibilização para uso eficiente de energia e de fontes de energia.	Não	
		Acções de informação, sensibilização e de educação ambiental.	Não	
		Estudos e relatórios técnicos sobre temas directamente ligados à avaliação, monitorização e qualificação ambiental.	Não	
		Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais e centros de aquisição e processamento de dados nos domínios do ar, ruído, solos e aquisição de equipamentos necessários ao cabal desempenho das suas funções.	Não	
		Conclusão da rede de monitorização da qualidade do ar incluindo a criação ou remodelação de estruturas fixas e das rede de comunicações.	Não	
		Acções de mitigação dos efeitos da seca (em situações de emergência).	Não	
	Acções de Valorização do Litoral	Prevenção de acidentes de poluição dos principais focos poluidores associados a complexos industriais.	Sim	
		Gestão de Recursos Hídricos - Águas Interiores.	Não	
		Estudos de caracterização e suporte à elaboração, revisão ou alteração de planos especiais de ordenamento do território.	Não	
		Estudos de dinâmica e caracterização da orla costeira.	Não	
		Acções de ordenamento e valorização integradas em planos de praia, em projectos de intervenção, em projectos de requalificação, ou em planos que resultem da concretização das unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) previstas em planos especiais.	Não	
		Infra-estruturas necessárias ao funcionamento e valorização dos espaços balneares.	Não	
		Projectos e acções visando o ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuarinas.	Não	
		Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas.	Não	
		Estudo e reabilitação de aquíferos costeiros.	Não	
		Projectos e acções visando o ordenamento de usos em zonas balneares ou mistas.	Não	
			Não	

Eixo	RE	Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável
4	Acções de Valorização do Litoral	Projectos e acções que promovam a utilização de meios alternativos ao automóvel individual no acesso às praias e que contribuam para o acesso de utentes com mobilidade reduzida.	Não
		Projectos e intervenções visando a preservação dos valores naturais das zonas costeiras e estuarinas e sua valorização, nomeadamente através de actividades de divulgação.	Não
		Projectos e acções que incidam sobre a utilização de energias alternativas nos espaços públicos da orla costeira.	Não
		Projectos e intervenções visando o usufruto da orla costeira como elementos singular da paisagem.	Não
		Estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-financiar pela presente tipologia de intervenção, bem como as actividades de gestão e acompanhamento da execução das referidas acções.	Não
		Acções e iniciativas de sensibilização para o uso adequado das zonas costeiras.	Não
		Acções de caracterização e identificação dos usos do território na orla costeira para apoio ao desenvolvimento de acções de planeamento, de gestão e obras enquadradas no POOC ou em zonas sensíveis da orla costeira.	Não
		Aquisição de equipamento, cartografia, topografia, hidrografia, fotografia aérea e detecção remota, visando o controlo, observação sistemática e estudo da evolução e dinâmica da orla costeira.	Não
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	Recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção; reintrodução de espécies particularmente ameaçadas, como factor de valorização sócio-económica local/regional;	Sim
		Conservação ex-situ de espécies particularmente ameaçadas, incluindo bancos de tecidos e germoplasma;	Sim
		Recuperação de abrigos e estruturas de reprodução;	Sim
		Controlo e erradicação de espécies não-indígenas invasoras com impacte ambiental, social, económico e sanitário;	Sim
		Desenvolvimento de planos e medidas de avaliação, gestão e prevenção do risco associado ao trânsito e comércio de espécies não-indígenas (incluindo base transfronteiriça e transnacional).	Sim
		Acções de comunicação que permitam associar as intervenções desenvolvidas à sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação.	Sim
		Introdução e ensaio de novas tecnologias e soluções inovadoras.	Sim
		Caminhos, trilhos e rotas temáticas;	Sim
		Sinalização e painéis, informativos e interpretativos;	Sim
		Observatórios;	Sim
		Infra-estruturas de informação e interpretação;	Sim
		Suportes de comunicação e divulgação;	Sim
		Centros de serviço ao visitante;	Sim
		Natur-museus;	Sim
		Centros de interpretação e informação;	Sim
		Equipamentos de suporte a actividades de relação com a natureza.	Sim
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	Acções correctivas para redução e eliminação dos focos de contaminação em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local.	Não
		Acções preventivas em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local, envolvendo a instalação de barreiras físicas impeditivas da difusão dos contaminantes.	Não
		Acções de requalificação ou regeneração de áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados e locais de deposição indevida de resíduos não urbanos ou equiparados a urbanos, considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local.	Não
		Acções de monitorização da contaminação em sítios e solos contaminados considerados de intervenção prioritária a nível regional ou local.	Não
		Estudos, planos e projectos necessários à concretização das acções de natureza física a co-financiar pelo Programa.	Não
	Optimização da Gestão de Resíduos	Intervenções que visem otimizar as redes existentes de recolha selectiva.	Não
		Acções que contribuam para otimizar as unidades de triagem existentes e aumentar a sua eficácia.	Não
		Unidades de valorização energética do biogás de aterros.	Não
		Acções de demonstração visando melhorar as práticas de gestão, impulsionar o mercado de resíduos, prom. a redução da prod. de resíduos sólidos urbanos e a sep. de resíduos na origem.	Não
		Estudos estratégicos e campanhas de sensibilização.	Não
5	SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Operações de expansão e reorganização da rede nacional de Lojas do Cidadão e Empresas.	Sim
		Operações de criação de unidades móveis associadas à rede de Lojas do Cidadão.	Sim
		Operações de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação apoiados em TIC.	Sim
		Operações de disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação dentro da Administração Pública e entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas.	Sim
		Operações de avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados, de certificação de qualidade dos serviços, e introdução e difusão de melhores práticas orientadas para os cidadãos e empresas.	Sim

Eixo	RE	Tipologia de Operações	Indicador de Realização Aplicável
5	SAMA - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	Operações de racionalização e simplificação organizacional.	Sim
		Operações de reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração, designadamente segundo uma perspectiva de integração transversal.	Sim
		Operações de promoção da inovação organizacional e de gestão na Administração Pública.	Sim
		Operações de criação de redes de relação e partilha de conhecimento na Administração Pública.	Sim
		Operações de desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte a iniciativas de modernização administrativa na Administração Pública.	Sim
		Operações de desenvolvimento dos mecanismos necessários para assegurar a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, designadamente com recurso à identificação electrónica.	Sim
		Operações de desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que assegurem a conectividade entre os serviços públicos.	Sim
		Operações de implementação das prioridades definidas a nível europeu para a área da administração electrónica.	Sim
		Operações de implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos.	Sim
		Operações de implementação de tecnologias inovadoras na Administração Pública.	Sim
	Promoção e Capacitação Institucional	Prospectiva e planeamento;	Sim
		Informação de apoio ao desenvolvimento;	Sim
		Dinamização turística;	Sim
		Desenvolvimento local;	Sim
		Promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas;	Sim
		Valorização do património, cultura e artesanato;	Sim
		Cooperação e promoção externa;	Sim
		Valorização dos recursos naturais e sensibilização ambiental;	Sim
6	Assistência Técnica	Promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.	Sim
		Estudos, projectos e acções destinadas a assegurar a concepção, preparação, gestão, acompanhamento, controlo, monitorização e avaliação dos POR;	Sim
		Estudos, projectos e acções de suporte à tomada de decisão no âmbito do desenvolvimento regional, da criação de instrumentos de apoio ao planeamento e à gestão estratégica e que visem, em geral, aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre a respectiva Região;	Não
		Estudos, projectos e acções necessários à implementação das diversas tipologias de operações, dinamização de observatórios de desenvolvimento regional, elaboração, dinamização e seguimento de agendas prioritárias, de programas de acção e de iniciativas piloto de desenvolvimento regional e dinamização de acções inovadoras de identificação e disseminação de boas práticas de âmbito regional ligadas aos objectivos e à estratégia do respectivo POR;	Não
		Criação e funcionamento de todas as estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico de cada POR;	Não
		Estudos, projectos e acções de promoção, publicidade e divulgação do POR;	Não
		Instalação e desenvolvimento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária às tarefas de gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação do POR;	Não
		Acções de cooperação, intercâmbio de experiências e benchmarking com outros Estados-Membros;	Não
		Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionadas com a acção e o papel desempenhado pelos fundos estruturais.	Não

ANEXO VI. RESUMO DOS MONTANTES FEDER COLOCADOS A CONCURSO E APROVADOS E DO INVESTIMENTO TOTAL CANDIDATADO, POR EIXO, REGULAMENTO ESPECÍFICO E TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO, A 2009.12.31

Eixo	RE	Tipologia de Operação	Fundo a Concurso	Fundo Aprovado	Investimento Total Candidatado
1	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	50000000	-	147895456,1
		PTE no domínio de infra-estruturas de redes e equipamentos tecnológicos	6250000	4969413,74	8231999
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Economia Digital - Baixo Vouga	350000	-	590034
		Economia Digital - Comurbeiras	707000	-	0
		Economia Digital - Dão-Lafões	1900000	-	1394899,45
		Plano Tecnológico da Educação	2985500	0	4326681,26
		PTE ao nível dos conteúdos e plataformas de massificação e din. da internet em banda larga de alta velocidade nos estabelecimentos de educação e ensino	20950000	11317780,13	26827611,43
	Energia	Energia	7490000	186622,85	20654152,41
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	Empreendedorismo Feminino	5000000	2514947,3	15043349,26
		Empreendedorismo Geral	8500000	7253157,11	54976045,67
		Empreendedorismo Qualificado	12000000	18546519,33	51181132,05
		Empreendedorismo Qualificado - Geral	2500000	-	605340
		Empreendedorismo Qualificado (PROVERE)	5000000	-	17078349,66
		Inovação Geral	50500000	78005176,16	343012848,1
		Inovação Produtiva - Geral	28000000	33167099,32	155788116,2
		Inovação Produtiva (PROVERE)	5000000	-	17684929,12
		MERCA - EEC Reconhecidas como ARDU	6000000	-	9379768,45
		I&DT Colectiva	2000000	-	-
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	I&DT Colectiva (EEC - Clusters Reconhecidos)	3000000	-	519105,84
		Proj. Demonstradores de I&DT	750000	0	155550
		Projectos de Capacitação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Centros de I&DT	1250000	-	0
		Projectos de Capacitação e Reforço de Competências Internas de I&DT - Núcleos de I&DT	10500000	2981596,24	16744115,55
		Projectos em Co-promoção de I&DT	19250000	5552085,78	23364805
		Projectos Individuais de I&DT	27500000	13023016,05	106179778,8
		Vale I&DT	5500000	1487829,63	2866273,74
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	Projectos Conjuntos	2000000	-	2979513,65
		Projectos Conjuntos - Outras Tipologias	6000000	1541164,57	4242630,04
		Projectos Conjuntos - Outras Tipologias (PROVERE)	3000000	-	-
		Projectos Conjuntos de Internacionalização	4500000	548959,81	4260036,34
		Projectos em Cooperação	3500000	-	0
		Projectos Individuais	6500000	6880098,88	44675968,38
		Projectos individuais e em cooperação	30500000	23687398,05	178836768,6
		Vale Inovação	6500000	2342205,59	3688670,79
		Projectos individuais e em cooperação (PROVERE)	2000000	-	572627,5
	Promoção da Cultura Científica e tecnológica	Centros de Ciência Viva	8833100	462335	17859472,13
	SIAC-Projectos Colectivos	MERCA/Projectos Colectivos	1500000	1616040,59	9845945,46
		Projectos Colectivos	4000000	-	5090328,98
	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	12592220	163798	20124752,87
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - BM	1300000	-	1480794,12
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - BV	2350000	-	7990000
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - DL	3000000	164829,48	309132,56
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - MT/PIS	200000	-	45579,26
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - OE	2367000	-	3720934
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - PIN	7000000	-	3246343,42
		Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística - PL	535000	-	1211497
	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Parques de Ciência e Tecnologia	40000000	39012930,33	131891925,5
2	Mobilidade Territorial	Intervenções que visem a promoção da segurança	870000	-	1564484,64
		Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte	1320000	199999,06	1839439,99
		Variantes a centros urbanos	8631360	6308327,37	16592952
		Variantes a centros urbanos e intervenções que visem a promoção da segurança	1500000	-	1884976,29
	Parcerias para a Regeneração Urbana 1º Aviso	Programas de acção	25000000	27558354,19	175844219,3
	Parcerias para a Regeneração Urbana 2º Aviso - "Qualificação dos Pequenos Centros com Potencial Estruturante do Território Regional"	Operações individuais - Qualificação do espaço público e do ambiente urbano das vilas e cidades sedes de concelho	10000000	11618495,07	100068538
	Parcerias para a Regeneração Urbana 3º Aviso	Programas de acção	35000000	35346724,14	173443686,6
	Parcerias para a Regeneração Urbana 4º Aviso	Programas de acção	45000000	69917789,51	165257633
	Parcerias para a Regeneração Urbana 5º Aviso - "Qualificação dos Peq. Centros com Potencial Estruturante do Território Regional"	Operações individuais - Qualificação do espaço público e do ambiente urbano das vilas e cidades sedes de concelho	20000000	20316752,73	54501008,92

Eixo	RE	Tipologia de Operação	Fundo a Concurso	Fundo Aprovado	Investimento Total Candidatado
2	Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	Programas Estratégicos	55000000	29122538,9	217278656,9
3	Equipamentos para a coesão local	Equipamentos desportivos	3873900	490000	6238283,31
		Equipamentos desportivos e equipamentos públicos específicos	20976800	6692071,79	34299131,74
		Equipamentos públicos específicos	12000000	3151811,45	16802397,08
		Equipamentos sociais e equipamentos públicos específicos	4166600	-	4779863,79
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	Unidades de emergência médica e de sangue	5500000	4983575,44	7864941
		Unidades hospitalares	65000000	41968934,69	107288182
		Unidades hospitalares e Unidades de Cuidados Primários e de Saúde Pública	50000000	-	90917913,78
	Mobilidade Territorial	Construção/beneficiação de troços da rede municipal	45148770	9323546,67	59480122,57
		Construção/beneficiação de troços da rede municipal e mobilidade sustentável	16000000	9154370,82	23463592,81
	Património Cultural	Monumentos e Museus	15000000	15409616,69	22621061,84
		Monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos e centros interpretativos	4120600	-	5742899,06
		Museus	298795	-	488169,02
		Programas de animação do património cultural	850000	-	-
	Rede de equipamentos culturais	Bibliotecas	1401000	650942,88	3839183,23
		Programação cultural em rede	3000000	1711346,66	6538107,72
		Teatros e cineteatros	1380000	-	4964360,32
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.	Centros escolares	165000000	139705455,1	399374796,1	
4	Acções de Valorização do Litoral	Operações relativas à valorização das praias, planos de praia, intervenções em dunas, etc.	6000000	2303774,87	12675253,09
		Ordenamento e requalificação da ocupação territorial das zonas costeiras, lagunares e estuárias	1525111	-	-
		Projectos e acções de reabilitação e monitorização de ecossistemas costeiros e de áreas ambientalmente degradadas	620000	-	-
		Usufruto da orla costeira	709750	-	697789,21
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores	8217645	5199053,4	13312722,99
		Operações de qualificação urbana de pequenos aglomerado para valorização de equipamentos, espaços públicos ou valores patrimoniais	2500000	-	-
		Operações ligadas à preparação e implementação das Agendas 21 Locais; Requalificação ambiental e reabilitação do património natural; Implementação e optimização de sistemas de informação ambiental; Acções de informação, sensibilização e de educação ambien	11000000	7634324,14	60676731,29
		Preparação e implementação das agendas XXI Locais	223560	137753,81	270827,73
		Protecção de zonas ambientalmente sensíveis	3500000	3499997,49	4666663,33
		Requalificação ambiental e reabilitação do património natural	1300000	1177014,09	1960308,47
		Requalificação ambiental e reabilitação do património natural e Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores	3185500	-	-
		Ciclo urbano da água	Redes de abastecimento de água "vertente em baixa"	10171150	-
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	c) Introdução e ensaio de novas tecnologias e sol. inovadoras	110340	-	-
		a) Acções de gestão directa de intervenção em habitats e espécies, b) Acções de comunicação que permitam associar as intervenções desenvolvidas à sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação; c) Introdução e ensaio de novas te	3000000	1688810,26	6148262,02
	Optimização da Gestão de Resíduos	Acções de apoio à visitação	999803	-	-
		a) acções de demonstração,...., e) estudos estratégicos e campanhas de sensibilização,....	1000000	131378,23	1642477,49
Prevenção e Gestão de Riscos Materiais e Tecnológicos-Acções Imateriais	a) Intervenções que visem optimizar as redes existentes de recolha selectiva,	2500000	-	4559106,2	
	Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal e Divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito regional e municipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população no que respeita aos ri	1500000	910943,84	3163006,4	
Prevenção e Gestão de Riscos Materiais e Tecnológicos-Acções Materiais	Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão; e Reforço da arquitetura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, a	8446098	4308802,62	8957285,48	
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	a) acções correctivas,...., b) acções preventivas,...., c) acções de requalificação,....,d) acções de monitorização,....,e) estudos, planos,....	10000000	-	10942210,81	
5	Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	Lojas do Cidadão	14083820,95	2875906,86	4372115,77
		Modernização Local Autárquica	2500000	2281265,83	23820710,85
		Modernização Local Estado	2500000	2269022,07	7184649,35
		SAMA - Comurbeiras	297700	-	446769,08
	Promoção e Capacitação Institucional	Apresentação de Candidaturas	600000	599664	999440
		Apresentação de Programas de Acção	5000000	-	9358748
		EEC	-	-	1074409035
		Provere	250000	264883,5	6015767,6
Provere - Estruturas de Gestão	5000000	-	6013365,27		

ANEXO VII. CONTRIBUTO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO ASSOCIADOS AOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS OBJECTIVOS (GERAIS E ESPECÍFICOS) E INDICADORES DE RESULTADO DOS CORRESPONDENTES EIXOS PRIORITÁRIOS

Nas matrizes que se apresentam de seguida, o contributo dos critérios de selecção para os objectivos do Mais Centro é avaliado – tendo em consideração os elementos de apreciação associados a cada critério – de acordo com a seguinte escala:

++

O critério em questão contribui de forma directa e explícita para os objectivos gerais e específicos, bem como para o alcance das metas previstas para os indicadores de resultado (contribuindo para pelo menos um indicador), dos Eixos Prioritários em que se inserem os Regulamentos Específicos

+

O critério em questão contribui, ainda que de forma menos evidente e dominante, para os objectivos gerais e específicos e/ou para o alcance das metas previstas para os indicadores de resultado dos Eixos Prioritários em que se inserem os Regulamentos Específicos

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			SI Q&I PME - Projectos Individuais ou em Cooperação						SI Q&I PME - Projectos Conjuntos - Outras Tipologias					
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SI_PME_A1	SI_PME_A2	SI_PME_A3	SI_PME_A4	SI_PME_A5	SI_PME_A6	SI_PME_B1	SI_PME_B2	SI_PME_B3	SI_PME_B4	SI_PME_B5	SI_PME_B6
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuals modelos de negócios e favorecendo a eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência												
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		+										
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia												
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inactivas orientadas para a export. e sectores intensivos em conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccional e internacionalizável												
		Orientação para mercados internacionais	++	++	++	+	++		++	+	+		+	++
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia												
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	Empresas com actividades inovadoras												
		% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior												
		Emprego criado em SI/TIC												
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)												
		N.º PME envolvidas em acções de eficiência colectiva	+						++		+	++		
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação												
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas												
	Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades I&D e a sua ligação às empresas	Investimento em I&DT das empresas												
		Investimento I&DT		+	+									
		Relevância das actividades I&DT em consórcio												

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			SI INOVAÇÃO - todas as tipologias				SI I&DT - Projectos individuais e em Co-promoção					SI I&DT - Projectos Mobilizadores			
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SI_INOV_1	SI_INOV_2	SI_INOV_3	SI_INOV_4	SI_IDT_C1	SI_IDT_C2	SI_IDT_C3	SI_IDT_C4	SI_IDT_C5	SI_IDT_E1	SI_IDT_E2	SI_IDT_E3	SI_IDT_E4
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo a lógica de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência													
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	+		+	+						+			+
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia													
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inv.activs.orientadas para a export. e sectores intensivos conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccional e internacionalizável													
		Orientação para mercados internacionais	++	++	++	++		++		+		+	+	++	+
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia													
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	Empresas com actividades inovadoras													
		% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior													
		Emprego criado em SI/TIC													
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)													
		Desenvolver clusters com elevado potencial na região (floresta, saúde e biotecnologia, indústrias do mar, habitat) alargando e elevando a cadeia de valor dos sectores tradicionais com vocação exportadora	+				+		++			+	++	+	++
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação													
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas													
		Investimento em I&DT das empresas													
		Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades I&DT e a sua ligação às empresas				+	++	++	++	+	+	++		++	++
		Relevância das actividades I&DT em consórcio													

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			SI I&DT - projectos de I&DT Colectiva			SI I&DT - projectos de I&DT Colectiva - Clusters Reconhecidos			SI I&DT - Núcleos de I&DT			
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SI_IDT_F1	SI_IDT_F2	SI_IDT_F3	SI_IDT_G1	SI_IDT_G2	SI_IDT_G3	SI_IDT_H1	SI_IDT_H2	SI_IDT_H3	SI_IDT_H4
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo a lógica de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência										
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia		+								
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia										
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inv.activs.orientadas para a export. e sectores intensivos conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccional e internacionalizável										
		Orientação para mercados internacionais	+	++	+		+			++		
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia										
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	Empresas com actividades inovadoras										
		% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior										
		Emprego criado em SI/TIC										
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)										
		Desenvolver clusters com elevado potencial na região (floresta, saúde e biotecnologia, indústrias do mar, habitat) alargando e elevando a cadeia de valor dos sectores tradicionais com vocação exportadora	++	+	++	++	++	++				++
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação										
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas										
		Investimento em I&DT das empresas										
		Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades I&DT e a sua ligação às empresas	++		++	+	+	+	+	++	+	++
		Relevância das actividades I&DT em consórcio										

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			SI I&DT - Centros de I&DT				SI I&DT - Projectos Demonstradores			
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SI_IDT_I1	SI_IDT_I2	SI_IDT_I3	SI_IDT_I4	SI_IDT_J1	SI_IDT_J2	SI_IDT_J3	SI_IDT_J4
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo as lógicas de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência								
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia								
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia								
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inv.activs.orientadas para a export. e sectores intensivos conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável								
		Orientação para mercados internacionais		++				+	++	+
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia								
		Empresas com actividades inovadoras								
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior								
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	Emprego criado em SI/TIC								
		População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)								
	Desenvolver clusters com elevado potencial na região (floresta, saúde e biotecnologia, indústrias do mar, habitat) alargando e elevando a cadeia de valor dos sectores tradicionais com vocação exportadora	N.º PME envolvidas em acções de eficiência colectiva				++				++
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação								
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas								
	Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades IDT e a sua ligação às empresas	Investimento em I&DT das empresas								
		Investimento I&DT	+	++	+	++	+	+		++
		Relevância das actividades I&DT em consórcio								

SI Q&I PME - Projectos Individuais ou em Cooperação

SI_PME_A1 - Coerência e pertinência do projecto, no quadro de uma actuação em torno dos factores dinâmicos de competitividade e, no caso dos projectos em cooperação, a avaliação das perspectivas de aprofundamento futuro da cooperação

SI_PME_A2 - Grau de Integração dos investimentos previstos no projecto, tendo em vista a melhoria da qualificação e competitividade da empresa

SI_PME_A3 - Carácter inovador das iniciativas constantes do projecto

SI_PME_A4 - Contributo do projecto para a qualificação e valorização dos recursos humanos

SI_PME_A5 - Grau de abordagem aos mercados internacionais, com o objectivo de avaliar o impacto do projecto na orientação da empresa para os mercados externos

SI_PME_A6 - Sustentabilidade do projecto medido pelo peso dos novos capitais próprios para financiamento do projecto, sobre as despesas elegíveis

SI Q&I PME - Projectos Conjuntos

SI_PME_B1 - Consistência, nível de pré-adesão das PME e grau de inovação das acções propostas no Plano Conjunto

SI_PME_B2 - Competência e experiência da equipa coordenadora e entidades externas contratada

SI_PME_B3 - Efeitos de demonstração e de disseminação dos resultados a outras empresas em sectores

SI_PME_B4 - Grau de integração e homogeneidade das PME participantes na cadeia de valor

SI_PME_B5 - Grau de Integração dos investimentos previstos no projecto, tendo em vista a melhoria da qualificação e competitividade da empresa

SI_PME_B6 - Grau de abordagem aos mercados internacionais, com o objectivo de avaliar o impacto do projecto na orientação das PME para os mercados externos

SI INOVAÇÃO - Todas as Tipologias

SI_INOV_1 - Qualidade do Projecto

SI_INOV_2 - Impacto do projecto na competitividade da empresa

SI_INOV_3 - Contributo do projecto para a competitividade nacional

SI_INOV_4 - Contributo do projecto para a competitividade regional e para a coesão económica territorial

SI I&DT - Projectos Individuais e em Co-promoção

SI_IDT_C1 - Qualidade do projecto

SI_IDT_C2 - Contributo para a competitividade da(s) empresas promotor(as) (efeitos e resultados)

SI_IDT_C3 - Contributo para a política nacional/ regional de I&DT

SI_IDT_C4 - Grau de inovação do projecto

SI_IDT_C5 - Inserção em redes e Programas europeus e internacionais de I&DT

SI I&DT - Projectos Mobilizadores (apresentados na Fase de Pré-qualificação)

SI_IDT_D1 - Carácter inovador do projecto

SI_IDT_D2 - Qualidade da rede de competências

SI_IDT_D3 - Dimensão do potencial de disseminação e de valorização económica dos resultados (existência de mercado)

SI_IDT_D4 - Efeito mobilizador do projecto

SI I&DT - Projectos Mobilizadores (apresentados na Fase de candidatura)

SI_IDT_E1 - Qualidade do projecto

SI_IDT_E2 - Efeito mobilizador do projecto

SI_IDT_E3 - Contributo para a competitividade dos promotores (efeitos e resultados)

SI_IDT_E4 - Contributo para a política nacional/ regional de I&DT

SI I&DT - Projectos de I&DT Colectiva (na fase de Pré-qualificação)

SI_IDT_F1 - Qualidade do projecto

SI_IDT_F2 - Contributo potencial para a competitividade das empresas alvo

SI_IDT_F3 - Contributo para a política nacional/regional de I&DT, medido através do grau de adequação às prioridades nacionais/regionais em matéria de I&DT e inovação, nomeadamente a sua integração em *clusters* sectoriais e ou territoriais e pólos de competitividade e tecnologia

SI I&DT - projectos de I&DT Colectiva (na fase de Candidatura)

SI_IDT_G1 - Qualidade do projecto

SI_IDT_G2 - Contributo para a competitividade das empresas alvo (efeitos e resultados)

SI_IDT_G3 - Contributo para a política nacional/ regional de I&DT, medido através do grau de adequação às prioridades nacionais/ regionais em matéria de I&DT e inovação, nomeadamente a sua integração em *clusters* sectoriais e/ou territoriais e pólos de competitividade e tecnologia

SI I&DT - Núcleos de I&DT

SI_IDT_H1 - Qualidade do Plano de Actividades do Núcleo de I&DT

SI_IDT_H2 - Contributo para a competitividade do promotor (efeitos e resultados)

SI_IDT_H3 - Aumento da participação em redes e programas internacionais de I&DT

SI_IDT_H4 - Contributo para a política nacional/regional de I&DT, medido através do grau de adequação às prioridades nacionais/regionais em matéria de I&DT e inovação, nomeadamente a sua integração em *clusters* sectoriais e ou territoriais e pólos de competitividade e tecnologia

SI I&DT - Centros de I&DT

SI_IDT_I1 - Qualidade do Programa Estratégico do Centro de I&DT

SI_IDT_I2 - Contributo para a competitividade do promotor (efeitos e resultados)

SI_IDT_I3 - Aumento da participação em redes e programas internacionais de I&DT, incluindo a liderança de projectos de I&DT

SI_IDT_I4 - Contributo para a política nacional/regional de I&DT, medido através do grau de adequação às prioridades nacionais/regionais em matéria de I&DT e inovação, nomeadamente o contributo para o crescimento da I&D empresarial nacional e dinamização de *clusters* sectoriais e ou territoriais e pólos de competitividade e tecnologia

SI I&DT - Projectos Demonstradores

SI_IDT_J1 - Qualidade do projecto

SI_IDT_J2 - Efeito de demonstração

SI_IDT_J3 - Contributo para o reforço da competitividade

SI_IDT_J4 - Contributo para a política nacional/ regional de I&DT, incluindo o impacto induzido na competitividade do sistema socioeconómico, visando a melhoria da especialização internacional da economia portuguesa e a melhoria da articulação e competitividade dos *clusters* ou pólos de competitividade

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			Ações Colectivas (AAC)				Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (PCT)				Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (ICT)				Energia (EN)		
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	AC1	AC2	AC3	AC4	PCT1	PCT2	PCT3	PCT4	ICT1	ICT2	ICT3	ICT4	EN1	EN2	EN3
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo as lógicas de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência															
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia					++	++	+		++						
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia															
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inv.activs.orientadas para a export. e sectores intensivos conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável															
		Orientação para mercados internacionais	+	+	+		++	++	++		+						
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia															
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	Empresas com actividades inovadoras															
		% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior													++	++	++
		Emprego criado em SI/TIC															
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)				+											
		N.º PME envolvidas em acções de eficiência colectiva															
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação				++		++									
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas									+		+				
		Investimento em I&DT das empresas															
		Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades I&DT e a sua ligação às empresas					++	++	++	++	++	++	++	++			

EIXO I - Competitividade, Inovação e Conhecimento			Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)									Promoção da Cultura Científica e Tecnológica (CCT)						Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (AAEL)		
Objectivo geral	Objectivos Específicos do Eixo	Indicadores de resultado	EDSC1	EDSC2	EDSC3	EDSC4	EDSC5	EDSC6	EDSC7	EDSC8	EDSC9	CCT1 (infra)	CCT2 (infra)	CCT3 (infra)	CCT4 (conteúd)	CCT5 (conteúd)	CCT6 (conteúd)	AAEL1	AAEL2	AAEL3
Renovar o padrão de especialização, dinamizando a estrutura produtiva e a produção bens e serviços em sectores de alta e média tecnologia ou com procura internacional, promovendo o upgrading dos actuais modelos de negócios e favorecendo as lógicas de eficiência colectiva	Promover o empreendedorismo em sectores com potencial de crescimento	Índice de sobrevivência																		
		Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia																	++	
		Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia																		
	Promover a competitividade e a inovação tecnológica, organizacional e comercial das micro e pequenas empresas (inv.activs.orientadas para a export. e sectores intensivos conhecimento e de alta e média tecnologia)	Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável																		
		Orientação para mercados internacionais																		
		VAB gerado em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia																		
	Explorar o potencial energético da Região, promovendo o desenvolvimento de energias renováveis	Empresas com actividades inovadoras																		
		% de projectos-piloto com desenvolvimento industrial posterior																		
		Emprego criado em SI/TIC	++	++	++		+	+		++	++									
	Desenvolver a sociedade da informação, através da instalação de sistemas de telecomunicações em rede, aumento da penetração da Internet de banda larga e da utilização generalizada das TIC	População suplementar com acesso à banda larga (acréscimo %)																		
		N.º PME envolvidas em acções de eficiência colectiva																		
		N.º PME envolvidas em projectos de cooperação																		
	Promover as redes de logística, as infraestruturas e os serviços de apoio à inovação e à competitividade empresarial	Investimento em novas infraestruturas										++	++	++				++	++	++
		Investimento em I&DT das empresas																		
		Reforçar a rede C&T, estimulando as actividades I&DT e a sua ligação às empresas										+	+	+	+		+			

Ações Colectivas (AAC)

- AAC1 - Relevância e qualidade do projecto
- AAC2 - Grau de inovação da abordagem
- AAC3 - Abordagem e potencial de demonstração e disseminação
- AAC4 - Grau de relevância dos resultados e efeitos comuns ou públicos

Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (PCT)

- PCT1 - Qualidade intrínseca do projecto
- PCT2 - Contributo para a competitividade nacional
- PCT3 - Contributo para a competitividade regional
- PCT4 - Grau de abrangência do projecto

Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (ICT)

- ICT1 - Qualidade intrínseca da Operação
- ICT2 - Contributo para a competitividade nacional
- ICT3 - Contributo para a competitividade regional
- ICT4 - Grau de inovação e abrangência do projecto

Energia (EN)

- EN1 - Qualidade do projecto
- EN2 - Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional
- EN3 - Contributo de cada projecto para os objectivos nacionais e comunitários de redução das emissões de CO₂, de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB num quadro de *benchmarking* do estado da arte e das melhores práticas

Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC)

- EDSC1 - Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos Programas Operacionais Regionais
- EDSC2 - Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento
- EDSC3 - Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem
- EDSC4 - Qualidade e carácter inovador do projecto
- EDSC5 - Impacto socioeconómico dos projectos, atendendo designadamente à satisfação de necessidades sociais
- EDSC6 - Contributo para a dinamização, divulgação e difusão de conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa
- EDSC7 - Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades
- EDSC8 - Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais
- EDSC9 - Capacidade de potencializar as intervenções financiadas no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

Promoção da Cultura Científica e Tecnológica (CCT)

- CCT1 - Qualidade do projecto
- CCT2 - Caracterização do impacto e abrangência do projecto
- CCT3 - Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional
- CCT4 - Qualidade do projecto
- CCT5 - Caracterização do impacto
- CCT6 - Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional

Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (AAEL)

- AAEL1 - Qualidade intrínseca da operação
- AAEL2 - Contributo para a criação e instalação de empresas na região
- AAEL3 - Contributo para a política de coesão regional e ordenamento do território

EIXO 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos			Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)							Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU)							
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	RUCI1	RUCI2	RUCI3	RUCI4	RUCI5	RUCI6	RUCI7	PRU1	PRU2	PRU3	PRU4	PRU5	PRU6	PRU7	PRU8
Promover a competitividade das cidades através da requalificação urbana e da criação de redes e de novas actividades do terciário superior	Promoção de iniciativas de requalificação e regeneração intra-urbana dirigidas a espaços distintos das cidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e o ambiente urbano	% população abrangida por intervenções de requalificação urbana								++	++	++					
	Reforço da competitividade das cidades, tendo em vista a necessidade de ganhar massa crítica, potenciar economias de aglomeração e estruturar os aglomerados populacionais no contexto dos respectivos sistemas urbanos e espaços sub-regionais	% população abrangida por programas estratégicos de competitividade	++	++	++												
	Consolidação do sistema urbano, por via do apoio à mobilidade intra e inter-urbana e a melhoria da eficiência dos transportes nos principais núcleos do sistema urbano	Redução do tempo percurso aos centros urbanos 1.º nível			++						+						

EIXO 2 - Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos			Mobilidade Territorial (MT)									
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	MT1	MT2	MT3	MT4	MT5	MT6	MT7	MT8	MT9	MT10
Promover a competitividade das cidades através da requalificação urbana e da criação de redes e de novas actividades do terciário superior	Promoção de iniciativas de requalificação e regeneração intra-urbana dirigidas a espaços distintos das cidades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e o ambiente urbano	% população abrangida por intervenções de requalificação urbana										
	Reforço da competitividade das cidades, tendo em vista a necessidade de ganhar massa crítica, potenciar economias de aglomeração e estruturar os aglomerados populacionais no contexto dos respectivos sistemas urbanos e espaços sub-regionais	% população abrangida por programas estratégicos de competitividade										
	Consolidação do sistema urbano, por via do apoio à mobilidade intra e inter-urbana e a melhoria da eficiência dos transportes nos principais núcleos do sistema urbano	Redução do tempo percurso aos centros urbanos 1.º nível	++	++	++	++	++	+	++	+	++	++

Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI)

RUCI1 - Potencial e Coerência do Programa Estratégico

RUCI2 - Articulação com as políticas de desenvolvimento territorial

RUCI3 - Natureza e qualidade das parcerias

RUCI4 - Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa Estratégico

RUCI5 - Custos da operação face às metas objecto de compromisso

RUCI6 - Maturação da estratégia e rapidez de arranque das acções

RUCI7 - Capacidade da estrutura proposta para a gestão e animação da intervenção

Mobilidade Territorial (MT)

MT1 - Melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT

MT2 - Reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT

MT3 - Condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes

MT4 - Acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural

MT5 - Reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intra-urbanos

MT6 - Reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações

MT7 - Ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável

MT8 - Soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica

MT9 - Qualificação da mobilidade em meio urbano

MT10 - Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados

Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU)

PRU1 - Qualidade do Programa de Acção

PRU2 - Articulação com as políticas de desenvolvimento territorial

PRU3 - População directamente beneficiada pela intervenção

PRU4 - Custos da intervenção face às metas objecto de compromisso

PRU5 - Grau de envolvimento dos parceiros e populações locais na preparação do Programa de Acção e na sua implementação

PRU6 - Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa de Acção

PRU7 - Maturação da estratégia e rapidez de arranque das operações

PRU8 - Capacidade das estruturas propostas para a gestão e animação da intervenção

EIXO 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais			Património Cultural (PC)				Equipamentos para a Coesão Local (ECL)				
Objectivos gerais	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	PC1	PC2	PC3	PC4	ECL1	ECL2	ECL3	ECL4	ECL5
Valorizar os recursos específicos do território (naturais, patrimoniais e culturais) para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local	Dinamização dos territórios de baixa densidade	Emprego criado				+		+			
	Consolidação das redes de aldeias com papel estruturante no território	Acréscimo % população rural abrangida	++	++		+		+			
Consolidar e qualificar os sistemas urbanos territoriais através da melhoria das acessibilidades e da oferta de serviços polivalentes de nível supra-municipal	Assegurar, numa perspectiva de coesão, o acesso à educação (rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar), à saúde (requalificação dos serviços de urgência, dos cuidados de saúde primários, do acesso à consulta e cirurgia), à cultura (salvaguarda, valorização e animação do património cultural) e aos serviços de inclusão social, com especial atenção a grupos sociais ou etários específicos	Rede escolar: Alunos abrangidos pela construção/remodelação da rede escolar					++	++		++	
		Rede saúde: Nº de consultas externas hospitalares/hab									

EIXO 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais			Saúde (SAU)					Rede de Equipamentos Culturais (REC)				Requalificação Rede Escolar 1º Ciclo EB e Educação Pré-Escolar (RRE)		
Objectivos gerais	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SAU1	SAU2	SAU3	SAU4	SAU5	REC1	REC2	REC3	REC4	RRE1	RRE2	RRE3
Valorizar os recursos específicos do território (naturais, patrimoniais e culturais) para o desenvolvimento turístico, diversificação da economia regional e dinamização da base económica local	Dinamização dos territórios de baixa densidade	Emprego criado												
	Consolidação das redes de aldeias com papel estruturante no território	Acréscimo % população rural abrangida						++	++	+	++			
Consolidar e qualificar os sistemas urbanos territoriais através da melhoria das acessibilidades e da oferta de serviços polivalentes de nível supra-municipal	Assegurar, numa perspectiva de coesão, o acesso à educação (rede escolar do 1º ciclo do ensino básico e de educação pré-escolar), à saúde (requalificação dos serviços de urgência, dos cuidados de saúde primários, do acesso à consulta e cirurgia), à cultura (salvaguarda, valorização e animação do património cultural) e aos serviços de inclusão social, com especial atenção a grupos sociais ou etários específicos	Rede escolar: Alunos abrangidos pela construção/remodelação da rede escolar	++	++		++						++		+
		Rede saúde: Nº de consultas externas hospitalares/hab												

Património Cultural (PC)

PC1 - Valia patrimonial

PC2 - Prioridade para a política nacional do património

PC3 - Valia específica da operação

PC4 - Impacte da operação no desenvolvimento regional

Equipamentos para a Coesão Local (ECL)

ECL1 - Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstos no Programa Operacional

ECL2 - Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos

ECL3 - Valorização do âmbito supra-concelhio e existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projecto

ECL4 - Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais

ECL5 - Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais

Saúde (SAU)

SAU1 - Enquadramento nas orientações estratégicas da política sectorial em causa e estar em consonância com as políticas de desenvolvimento regional/local prosseguidas

SAU2 - Articulação com outros tipos de operações desenvolvidas no âmbito do acesso das populações a serviços básicos

SAU3 - Evidência de uma inegável qualidade através de: Concepção geral, consistência, viabilidade técnica e sustentabilidade financeira; Monitorização e controlo de execução; Metodologia prevista para a sua avaliação; Plano de informação e publicidade

SAU4 - Demonstração da sua mais-valia para as populações, em termos de: melhoria do acesso; ganhos em saúde; redução de desigualdades, nomeadamente em razão do sexo

SAU5 - Compromisso de níveis de desempenho e de rentabilização dos equipamentos nos anos seguintes à implementação do(s) projecto(s)

Rede de Equipamentos Culturais (REC)

REC1 - Valia patrimonial

REC2 - Prioridade para a política sectorial

REC3 - Valia específica da operação

REC4 - Impacte da operação no desenvolvimento regional

Requalificação Rede Escolar 1º Ciclo EB e Educação Pré-Escolar (RRE)

RRE1 - Promoção do aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal

RRE2 - Grau de maturidade do procedimento concursal/obral

RRE3 - Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos

EIXO 4 - Protecção e Valorização Ambiental			Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas (LCZE)					Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verticalizado (CUA)						
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	LCZE1	LCZE2	LCZE3	LCZE4	LCZE5	CUA1	CUA2	CUA3	CUA4	CUA5	CUA6	CUA7
Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrográfica, orla marítima, áreas de valia ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica	km de linhas de água intervenionados												
	Protecção e valorização de áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)	Áreas sensíveis reabilitadas (%)												
		N.º entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)	++	++	+		++							
	Intervenção no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais	População suplementar servida por sistemas de abastecimento de água intervenionados												
		População suplementar servida por sistemas drenagem esgotos intervenionados						++	++	++	++	++	++	++
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	População abrangida por sistemas de protecção de riscos												

EIXO 4 - Protecção e Valorização Ambiental			Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC)										Optimização da Gestão de Resíduos (OGR)			
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	GAEPC1	GAEPC2	GAEPC3	GAEPC4	GAEPC5	GAEPC6	GAEPC7	GAEPC8	GAEPC9	GAEPC10	OGR1	OGR2	OGR3	OGR4
Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrográfica, orla marítima, áreas de valia ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica	km de linhas de água intervenionados														
	Protecção e valorização de áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)	Áreas sensíveis reabilitadas (%)														
		N.º entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)	++	++	++	++	++	++								
	Intervenção no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais	População suplementar servida por sistemas de abastecimento de água intervenionados														
		População suplementar servida por sistemas drenagem esgotos intervenionados														
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	População abrangida por sistemas de protecção de riscos														

EIXO 4 - Protecção e Valorização Ambiental			Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais (RNTim)								Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (VQA)						
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	RNTim1	RNTim2	RNTim3	RNTim4	RNTim5	RNTim6	RNTim7	RNTim8	VQA1	VQA2	VQA3	VQA4	VQA5	VQA6	VQA7
Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrográfica, orla marítima, áreas de valia ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica	km de linhas de água intervenionados															
	Protecção e valorização de áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)	Áreas sensíveis reabilitadas (%)															
		N.º entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)															
	Intervenção no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais	População suplementar servida por sistemas de abastecimento de água intervenionados									++	++					
		População suplementar servida por sistemas drenagem esgotos intervenionados															
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	População abrangida por sistemas de protecção de riscos	++	++		++	++	++	++	++							

EIXO 4 - Protecção e Valorização Ambiental			Acções de Valorização do Litoral (AVL)										Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais (RNTm)				
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	AVL1	AVL2	AVL3	AVL4	AVL5	AVL6	AVL7	AVL8	AVL9	AVL10	RNTm1	RNTm2	RNTm3	RNTm4	RNTm5
Proteger e valorizar os recursos naturais (rede hidrográfica, orla marítima, áreas de valor ambiental classificadas) e minorar os efeitos de poluição existentes	Reabilitação e conservação da rede hidrográfica	km de linhas de água interveniçionados															
	Protecção e valorização de áreas sensíveis (rede natura, biodiversidade, orla costeira)	Áreas sensíveis reabilitadas (%) N.º entidades licenciadas pelo ICN com actividade nas áreas protegidas no âmbito do programa Turismo da Natureza (acréscimo %)	++	++	++	++	++	++									
	Intervenção no domínio do ciclo urbano da água, com vista a completar redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais	População suplementar servida por sistemas de abastecimento de água interveniçionados População suplementar servida por sistemas drenagem esgotos interveniçionados															
	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos	População abrangida por sistemas de protecção de riscos											++	+	++	++	++

Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas (LCZE)

LCZE1 - Enquadramento em planos ou programas que, comprovadamente, prossigam objectivos de reabilitação de sítios e solos contaminados ou de áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou, em casos de comprovada situação de risco, se enquadrem em medidas de prevenção, protecção e salvaguarda de risco

LCZE2 - Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a interveniçionar, traduzido na adequação de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento

LCZE3 - Complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários, a apreciar em "grupo de articulação temática" previsto no regulamento específico "recuperação do passivo ambiental" do Programa Operacional Temático da Valorização do Território

LCZE4 - Carácter inovador e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento

LCZE5 - Carácter prioritário assegurado pela CCDR territorialmente competente, tendo por base documento orientador, elaborado em complementaridade com o documento enquadrador de âmbito nacional da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que contemple os investimentos e a estratégia de actuação no domínio da reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados que constituem passivos ambientais

Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verticalizado (CUA)

CUA1 - Contributo para o cumprimento da Directiva Águas Residuais Urbanas (Directiva 91/271/CEE, do Conselho de 21 de Maio)

CUA2 - Contributo para o cumprimento da Directiva da Qualidade da Água destinada ao consumo humano (Directiva n.º 98/83/CE do Conselho de 3 de Novembro)

CUA3 - Contributo para o cumprimento do PNUA nomeadamente através do, i) contributo para o uso eficiente da água, pela optimização da gestão das disponibilidades e reservas e/ou pela optimização da sua utilização, ii) contributo para o uso eficiente da água, pela sensibilização e/ou informação, iii) contributo para a reutilização da água residual tratada e/ou eco-eficiência energética

CUA4 - Contributo para os objectivos previstos no PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas *earmarking* ou para os objectivos estratégicos e operacionais do PEAASAR

CUA5 - Enquadramento em municípios onde se verificam baixos níveis de atendimento em abastecimento público de água ou em saneamento de águas residuais

CUA6 - Enquadramento em zonas de intervenção prioritária tendo em vista a eliminação de focos poluidores junto a captações para o abastecimento público ou a zonas balneares

CUA7 - Contributo para a articulação com outros projectos relevantes na área territorial onde a intervenção se enquadra, nomeadamente através da articulação com a vertente em "alta" que serve o sistema garantindo-se, desse modo, a viabilização de investimentos já realizados e/ou a complementaridade com acções a co-financiar por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários

Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados (GAEPC)

GAEPC1 - Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesas *earmarking*

GAEPC2 - Contribuição para a promoção da conservação dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem directamente com a integridade daquelas áreas e com o estado de conservação dos valores naturais delas dependentes

GAEPC3 - Conservação ou recuperação de espécies e habitats prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional

GAEPC4 - Incidência em áreas classificadas, num contexto transfronteiriço, com destaque para aquelas com bacias hidrográficas partilhadas

GAEPC5 - Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas

GAEPC6 - Acções que materializem os objectivos do "Programa de visitaçao e comunicaçao na Rede Nacional de Áreas Protegidas"

GAEPC7 - Acções com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstração

GAEPC8 - Acções de âmbito regional ou multi-regional e cujo impacto de execuçao exiba um valor acrescentado à escala nacional ou supra-nacional

GAEPC9 - Acções que resultem de parcerias público-privadas entre a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas

GAEPC10 - Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante

Optimização da Gestão de Resíduos (OGR)

OGR1 - Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstas no Programa Operacional, no PERSU II e nos Planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção aplicáveis

OGR2 - Incidência em áreas deficitárias em infra-estruturas e equipamentos de gestão de resíduos sólidos urbanos

OGR3 - Grau de inovação e/ou de adopção das melhores tecnologias disponíveis

OGR4 - Número e diversidade de entidades que participam como parceiros ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções imateriais (RNTim)

RNTim- Estudos, inventariação e cartografia das zonas de risco relevantes, à escala adequada ao planeamento de emergência; Elaboração de planos de emergência de protecção civil; Acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil

RNTim1 - Relevância regional do tipo de perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadro I do regulamento específico (Tipologias de perigos por regiões NUTS II)

RNTim2 - Relevância sub-regional do perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadros II do regulamento específico (Matriz de prioridades de inventariação por tipologia de perigo por regiões NUT III)

RNTim3 - Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios

RNTim4- Operações que contribuam para o reforço da capacidade de previsão e que incluam instrumentos fiáveis de planeamento de emergência

RNTim5 - Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficiência e eficácia dos serviços

RNTim6 - Operações que privilegiem a análise multi-risco, seja na inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade, vulnerabilidade e riscos, seja nas acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil

RNTim7 - Operações de inventariação e cartografia de zonas de riscos relevantes, de apoio ao ordenamento do território ou ao planeamento de emergência, que contemplem a realização de estudos detalhados, compatíveis com a elaboração de cartas temáticas, na escala 1:10.000, ou excepcionalmente outra, que se mostre mais adequada ao âmbito espacial da carta ou do estudo e à natureza do risco

RNTim8 - Operações de inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade ou risco que prevejam a definição dos respectivos usos compatíveis

Acções de Valorização e Qualificação Ambiental (VQA)

VQA1 - Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa *earmarking*

VQA2 - Acção prevista em Plano Sectorial ou Especial ou outro documento estratégico de enquadramento ambiental

VQA3 - Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários

VQA4 - Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento

VQA5 - Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a interencionar, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento

VQA6 - Âmbito territorial, com prioridade para projectos supramunicipais

VQA7 - Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público

Acções de Valorização do Litoral (AVL)

AVL1 - Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira, nos planos de ordenamento de estuários, em programas de acção plurianuais para a Valorização do Litoral ou em planos e programas que comprovadamente prossigam objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais

AVL2 - Enquadramento em operações de natureza integrada de requalificação do litoral

AVL3 - Enquadramento nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral e das Coordenações Operacionais dos diferentes planos de ordenamento da orla costeira

AVL4 - Incidência em zonas designadas como balneares no âmbito da Directiva 76/160/CEE

AVL5 - Impacte do projecto/acção na melhoria da segurança das pessoas e na prevenção da degradação dos ecossistemas costeiros

AVL6 - Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa *earmarking*

AVL7 - Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento

AVL8 - Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público

AVL9 - Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a interencionar, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento, com prioridade para projectos supramunicipais

AVL10 - Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários.

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções materiais (RNTm)

RNTm1 - Contribuição para os objectivos e metas do Programa Operacional

RNTm2 - Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios ou de várias associações humanitárias de bombeiros, respectivamente a centros municipais de protecção civil e correspondentes sistemas de gestão e a equipamentos dos agentes de protecção civil

RNTm3 - Operações que contemplem a resolução das vulnerabilidades do território em termos de infra-estruturas e equipamentos de protecção civil

RNTm4 - Operações que contemplem o aumento da capacidade de intervenção e a rapidez da resposta

RNTm5 - Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficácia e de eficiência dos serviços

EIXO 5 - Governação e Capacitação Institucional			Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)					Promoção e Capacitação Institucional (PCI)		
Objectivo geral	Objectivos específicos do Eixo	Indicadores de resultado	SAMA1	SAMA2	SAMA3	SAMA4	SAMA5	PCI1	PCI2	PCI3
Promover a região no exterior e reduzir os custos internos de contexto, facilitando as relações dos cidadãos e das empresas com a administração pública e fomentando a cooperação territorial europeia e internacional e a captação de IDE	Promoção institucional da região e cooperação territorial europeia e internacional	% organizações regionais envolvidas em redes de cooperação internacional								
		% municípios com gemação centrada no desenvolvimento económico								++
	Facilitação da relação das empresas e dos cidadãos com a administração desconcentrada e local, através do recurso ao governo electrónico regional e local	N.º serviços da administração pública online em % do total serviços AP	++	++	++			++	++	++

Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA)

SAMA1 - Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas

SAMA2 - Contributo para a modernização da entidade beneficiária - efeitos e resultados

SAMA3 - Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa e administração electrónica

SAMA4 - Grau de inovação ou de utilização de "boas práticas" da operação

SAMA5 - Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional

Promoção e Capacitação Institucional (PCI)

PCI1 - Avaliação do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura, valorizando, quando aplicável: (i) os níveis de integração e coerência da abordagem proposta face ao diagnóstico sintético efectuado; (ii) a coerência interna do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura; (iii) a pertinência e exequibilidade das metas assumidas; (iv) as condições de durabilidade dos resultados após a conclusão; (v) a articulação com outros instrumentos de financiamento; (vi) a inovação e efeito demonstrativo; (vii) a credibilidade e razoabilidade da estrutura de custos; (viii) relação custo-benefício do programa de acção, candidatura ou pré-candidatura

PCI2 - Avaliação do(s) Beneficiário(s), valorizando, nomeadamente, quando aplicável, os níveis (i) de capacidade técnica, financeira e de gestão, (ii) de adequação institucional do modelo de governação e de (iii) constituição ou reforço de parcerias

PCI3 - Impacto regional do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura, valorizando, nomeadamente, quando aplicável, (i) contributo para os objectivos do PO Regional, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas *earmarking*; (ii) âmbito territorial; (iii) contributo para a visão, prioridades estratégicas e agendas prioritárias regionais

ANEXO VIII. NATUREZA (OBJECTIVA/SUBJECTIVA) DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO ASSOCIADOS AOS VÁRIOS REGULAMENTOS ESPECÍFICOS

Eixo Prioritário 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Ações Colectivas	A	Relevância e qualidade do projecto	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são definidos os critérios/sub-critérios a aplicar e as respectivas ponderações na fórmula de cálculo do mérito, bem como a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (em que: 1-Muito reduzido, 3-Aceitável e 5-Muito satisfatório). A conjugação de sub-critérios de natureza subjectiva e objectiva (alguns de natureza booleana, como por exemplo " <i>Existência de um plano de divulgação de resultados</i> " ou " <i>Existência de uma ou mais iniciativas no domínio do benchmarking</i> ") gera alguma indefinição quanto à classificação dos critérios no que toca à sua natureza. Alguns dos sub-critérios revelam potencial para serem considerados como objectivos, uma vez facultado um racional/uma matriz de correspondência ou de leitura, como por exemplo, " <i>Adequação da equipa de projecto envolvida</i> ", onde poderiam ser especificados, <i>a priori</i> , as qualificações/os graus académicos requeridos para determinadas funções ou áreas de intervenção do projecto. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza subjectiva.
	B	Grau de inovação da abordagem	S	
	C	Abordagem e potencial de demonstração e disseminação	O	
	D	Grau de relevância dos resultados e efeitos comuns ou públicos	S	
Parques de C&T e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	A	Qualidade Intrínseca da Operação	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso, são definidos os critérios /sub-critérios a aplicar e as respectivas ponderações na fórmula de cálculo do mérito, bem como a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5), sendo os três primeiros critérios avaliados por um painel de peritos. Quer os critérios, quer os sub-critérios, assumem uma natureza marcadamente subjectiva. Contudo, alguns sub-critérios revelam potencial para serem considerados como objectivos, uma vez facultado um racional/uma matriz de correspondência, como por exemplo, " <i>Reunião de massa crítica relevante em termos de competências científicas</i> ", onde seriam especificados, <i>a priori</i> , as qualificações/os graus académicos requeridos para determinadas funções ou áreas de intervenção do projecto.
	B	Contributo para a Competitividade Nacional	S	
	C	Contributo para a Competitividade Regional	S	
	D	Grau de Abrangência do Projecto	S	
Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	A	Qualidade intrínseca da operação (<i>Infra-estruturas tecnológicas</i>)	S	Os critérios adoptados nos avisos de abertura de concurso correspondem aos especificados em sede de regulamentação específica, muito embora a descrição dos sub-critérios não corresponda inteiramente ao enunciado em sede regulamentar. Nos avisos são também definidas as ponderações atribuídas aos vários critérios, bem como a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5). É ainda efectuada uma distinção entre os critérios/sub-critérios a adoptar no caso de se tratar "Infra-estruturas tecnológicas" ou de "Infra-estruturas científicas", sendo que a sua grande maioria assume uma natureza subjectiva. Alguns sub-critérios, como o "Mérito científico da equipa responsável", poderiam assumir uma natureza mais objectiva, caso lhes fosse associado um racional/uma matriz de correspondência para apreciação do mérito. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza subjectiva.
		Qualidade do projecto (<i>Infra-estruturas científicas</i>)	S	
	B	Contributo para a competitividade nacional (<i>Infra-estruturas tecnológicas</i>)	S	
		Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento nacional (<i>Infra-estruturas científicas</i>)	S	
	C	Contributo para a competitividade regional (<i>Infra-estruturas tecnológicas</i>)	S	
		Contributo para a competitividade regional (<i>Infra-estruturas científicas</i>)	S	
	D	Grau de abrangência do projecto (<i>Infra-estruturas tecnológicas</i>)	S	
		Grau de abrangência do projecto (<i>Infra-estruturas científicas</i>)	S	
Energia	A	Qualidade do projecto, ponderando, nomeadamente, quando aplicável, a coerência e razoabilidade do projecto para alcançar os resultados previstos com eficácia e eficiência	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios estabelecidos em sede de regulamentação específica, é definida a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5, sendo 1-Muito reduzido e 5-Muito significativo/Muito satisfatório), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. No caso específico do critério C, os sub-critérios, tal como estão redigidos, são considerados como subjectivos, muito embora revelem potencial para serem quantificáveis e, logo, assumir uma natureza mais objectiva. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza subjectiva.
	B	Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional, ponderando, nomeadamente, quando aplicável, o grau de adequação do projecto nas prioridades estratégicas regionais/nacionais e o contributo do projecto para a concretização dos objectivos e metas dos respectivos Programas Operacionais	S	
	C	Contributo de cada projecto para os objectivos nacionais e comunitários de redução das emissões de CO ₂ , de aumento da penetração das energias renováveis e da diminuição da intensidade energética do PIB num quadro de <i>benchmarking</i> do estado da arte e das melhores práticas	S	

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	A	Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos Programas Operacionais Regionais	S	São aplicados os critérios estabelecidos em sede regulamentar, é definida a escala de valoração a atribuir aos vários critérios (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Com excepção dos critérios adicionais - previstos para a tipologia de operações "Projectos de expansão da rede de espaços Internet" - que adoptam um cariz objectivo, os critérios são claramente de natureza subjectiva e, portanto, passíveis de interpretações e valorações diferenciadas por parte das equipas técnicas que procedem à análise das candidaturas. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza subjectiva.
	B	Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento	S	
	C	Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem	S	
	D	Qualidade e carácter inovador do projecto	S	
	E	Impacto socioeconómico dos projectos, atendendo designadamente à satisfação de necessidades sociais	S	
	F	Contributo para a dinamização, divulgação e difusão de conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa	S	
	G	Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades	S	
	H	Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais	S	
	I	Capacidade de potencializar as intervenções financiadas no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	S	
Promoção Cultura Científica e Tecnológica	A	Qualidade do projecto (<i>Infra-estruturas e equipamentos</i>)	O	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no RE, é definida a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Os critérios/sub-critérios adoptados são diferenciados consoante a tipologia de projectos (<i>Infra-estruturas e equipamentos</i> versus <i>Produção de recursos e conteúdos</i>), mas assumem, regra geral, uma natureza objectiva, dada a prevalência de sub-critérios objectivos no total de sub-critérios listados.
		Qualidade do projecto (<i>Produção de recursos e conteúdos</i>)	S	
	B	Caracterização do impacto e abrangência do projecto (<i>Infra-estruturas e equipamentos</i>)	O	
		Caracterização do impacto (<i>Produção de recursos e conteúdos</i>)	S	
	C	Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional/nacional (<i>Infra-estruturas e equipamentos</i>)	O	
		Contributo do projecto para a estratégia de desenvolvimento regional (<i>Produção de recursos e conteúdos</i>)	O	
Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	A	Qualidade intrínseca da operação	S	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos em sede regulamentar, com algumas variantes/alguma selectividade em termos de sub-critérios entre avisos, é definida a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Os critérios/sub-critérios são maioritariamente de natureza subjectiva, com excepção dos sub-critérios que visam especificamente o " <i>Contributo do projecto para a concretização das metas quantificadas do Programa</i> " ou " <i>Volume de emprego técnico qualificado que se prevê criar</i> ".
	B	Contributo para a criação e instalação de empresas na região	S	
	C	Contributo para a política de coesão regional e ordenamento do território	S	

Eixo Prioritário 2. Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	A	Potencial e Coerência do Programa Estratégico	S	Os critérios/sub-critérios adoptados nos avisos de abertura de concurso são os constantes no RE, é definida a metodologia de cálculo para avaliação do mérito do Programa Estratégico, bem como a escala de valorização a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 10). Para alguns critérios são ainda divulgadas tabelas de operacionalização, onde são apresentadas as pontuações a atribuir de acordo com as características evidenciadas pela operação candidatada, ou seja, tabelas de classificação e pontuação a atribuir para as dimensões que se pretendem valorizar. São nomeadamente os casos dos critérios: i) D, para as dimensões "Peso do investimento elegível dos projectos privados no investimento total elegível da rede", "Nº actores urbanos que integram a rede", "Peso do investimento realizado pelos outros actores" e "Peso da comparticipação FEDER no investimento total elegível da rede"; ii) E, nas dimensões "Investimento per capita", "Peso do investimento earmarking", "Nº centros estruturantes da rede territorial" e "Nº centros estruturantes da rede temática"; iii) F, em que é apresentada uma tabela de classificação do estado da operação à data de encerramento do aviso e pontuação a atribuir; iv) G, em relação ao qual é apresentada uma tabela de classificação entre a capacidade da estrutura e a pontuação a atribuir. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza objectiva.
	B	Articulação com as políticas de desenvolvimento territorial	S	
	C	Natureza e qualidade das parcerias	S	
	D	Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa Estratégico	O	
	E	Custos da operação face às metas objecto de compromisso	O	
	F	Maturação da estratégia e rapidez de arranque das acções	O	
	G	Capacidade da estrutura proposta para a gestão e animação da intervenção	O	
Mobilidade Territorial	A	Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT	S	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos no Regulamento Específico, é definida a escala de valorização a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. A especificação dos critérios é, regra geral, desenvolvida sob a forma de contribuição dos projectos para objectivos expressos, o que desde logo permite alguma flexibilidade na interpretação e na análise das candidaturas. Em consequência, os critérios são essencialmente de natureza subjectiva.
	B	Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT	S	
	C	Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes	S	
	D	Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural	S	
	E	Contribuam para o reforço da inter-modalidade, quer em termos interurbanos como intra-urbanos	S	
	F	Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações	S	
	G	Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável	S	
	H	Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica	S	
	I	Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano	S	
	J	Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO designadamente para os indicadores de realização e resultado aprovados	O	

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	A1	Qualidade do Programa de Acção (<i>Programas de Acção</i>)	S	Os critérios/sub-critérios adoptados divergem consoante a tipologia lançada a concurso (Programas de Acção ou Pequenos Centros). Para obstar ao potencial de subjectividade intrínseco aos vários sub-critérios são adoptadas tabelas de valoração/classificação, as quais atingem níveis de eficácia distintos. Por exemplo, a tabela de classificação adoptada no caso do sub-critério " <i>Coerência interna dos investimentos propostos no âmbito da operação candidata</i> " cinge-se à consideração de duas dimensões apenas (" <i>Qualidade do diagnóstico prospectivo</i> " e " <i>Lógica e justificação da intervenção</i> "), para as quais deverão ser atribuídos os níveis Baixo/Médio/Alto, ambas revelando uma eficácia limitada na tentativa de reduzir a menor objectividade do sub-critério. Pelo contrário, as tabelas de valoração adoptadas para os critérios " <i>Grau de envolvimento dos parceiros e populações locais na preparação do Programa de Acção/Operação e na sua implementação</i> " ou " <i>Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa de Acção</i> " são bastante mais eficazes, ao estabelecerem a classificação a atribuir em face das características evidenciadas pelas candidaturas. Os critérios assumem, na generalidade, uma natureza objectiva, muito por efeito dos referenciais utilizados na sua operacionalização.
		Qualidade da Operação (<i>Pequenos Centros</i>)	S	
	A2	Durabilidade dos resultados após o fim da operação (<i>Programas de Acção e Pequenos Centros</i>)	S	
	B	Articulação com a política de desenvolvimento territorial (<i>Programas de Acção e Pequenos Centros</i>)	S	
	C	População directamente beneficiada pela intervenção (<i>Programas de Acção e Pequenos Centros</i>)	O	
	D	Custos da intervenção face às metas objecto de compromisso (<i>Programas de Acção e Pequenos Centros</i>)	O	
	E	Grau de envolvimento dos parceiros e populações locais na preparação do Programa de Acção/Operação e na sua implementação (<i>Programas de Acção e Pequenos Centros</i>)	O	
	F	Efeito multiplicador dos fundos comunitários envolvidos e participação dos parceiros privados na execução do Programa de Acção (<i>Programas de Acção</i>)	O	
		Maturação da estratégia proposta na Operação e rapidez de arranque das operações (<i>Pequenos Centros</i>)	O	
	G	Maturação da estratégia e rapidez de arranque das operações (<i>Programas de Acção</i>)	O	
	H	Capacidade das estruturas propostas para a gestão e animação da intervenção (<i>Programas de Acção</i>)	O	

Eixo Prioritário 3. Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Património cultural	A	Valia patrimonial	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios estabelecidos em sede de regulamentação específica, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Os sub-critérios e, por inerência, os critérios assumem uma natureza essencialmente subjectiva, constituindo uma excepção o sub-critério " <i>Inserção em itinerários ou circuitos turístico-culturais</i> ", o qual é claramente objectivo, de natureza booleana.
	B	Prioridade para a política nacional do património	S	
	C	Valia específica da operação	S	
	D	Impacte da operação no desenvolvimento regional	S	
Equipamentos Coesão Local	A	Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstos no Programa Operacional	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos no RE, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Quanto à sua natureza, a classificação dos critérios evidencia uma relativa prevalência de critérios objectivos sobre os de natureza subjectiva.
	B	Inserção em municípios com níveis de cobertura mais reduzidos	O	
	C	Âmbito supra-concelhio e existência de parcerias que garantam a sustentabilidade do projecto	O	
	D	Adequação do equipamento à pertinência das necessidades locais (identificadas pelas plataformas supra-concelhias das redes sociais, no caso dos sociais)	S	
	E	Adopção das melhores tecnologias e boas práticas, nomeadamente, em termos de eficiência energética e utilização sustentável dos recursos naturais	S	
Mobilidade Territorial	A	Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT	S	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos no Regulamento Específico, é definida a escala de valoração a atribuir aos vários critérios/sub-critérios (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. A especificação dos critérios é, regra geral, desenvolvida sob a forma de contribuição dos projectos para objectivos expressos, o que desde logo permite alguma flexibilidade na interpretação e na análise das candidaturas. Em consequência, os critérios são essencialmente de natureza subjectiva.
	B	Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT	S	
	C	Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes	S	
	D	Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural	S	
	E	Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos	S	
	F	Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações	S	
	G	Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável	S	
	H	Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica	S	
	I	Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano	S	
	J	Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados	O	
Saúde	A	Enquadramento nas orientações estratégicas da política sectorial e estar em consonância com as políticas de desenvolvimento regional / local prosseguidas	S	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no Regulamento Específico, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Sendo uma área de política sectorial específica e que deve assumir as directrizes das entidades competentes, a especificação dos critérios de apreciação de mérito dos projectos assume, neste contexto, uma relevância relativa. Neste sentido, é manifesta a sobre-representatividade de critérios de natureza subjectiva, no conjunto de critérios seleccionados para a apreciação do mérito dos projectos.
	B	Articulação com outros tipos de operações desenvolvidas no âmbito do acesso das populações a serviços básicos	S	
	C	Qualidade da operação/projecto	S	
	D	Mais-valia para as populações	S	
	E	Compromisso de níveis de desempenho e de rentabilização dos equipamentos nos anos seguintes à implementação do(s) projecto(s)	S	

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Rede de Equipamentos Culturais	A	Valia patrimonial	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos em sede regulamentar, é definida escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Em paralelo, é divulgada uma tabela com a especificação dos vários itens/temas a abordar no âmbito de cada sub-critério, retirando, assim, alguma da subjectividade/eventual discricionariedade na apreciação das candidaturas. Contudo, a tabela carece de quantificação nalguns dos sub-critérios facilmente quantificáveis, como sejam, por exemplo, " <i>População servida</i> " ou " <i>Inserção em municípios com níveis de cobertura reduzidos</i> ".
	B	Prioridade para a política sectorial	S	
	C	Valia específica da operação	S	
	D	Impacte da operação no desenvolvimento regional	S	
Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar	A	Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal (<i>Centros Escolares</i>)	O	Os critérios utilizados na apreciação do mérito dos projectos divergem consoante a tipologia a concurso (Centros Escolares ou EB 2,3 e Escolas Básicas Integradas), mas são todos de natureza objectiva. Em paralelo, é divulgada uma tabela de operacionalização de critérios, onde são apresentadas as pontuações a atribuir de acordo com as características evidenciadas pela operação candidata, tornando assim mais objectiva a apreciação de cada projecto apresentado. A assinalar o facto de o Regulamento Específico que tem, à partida, um leque de beneficiários mais (de)limitado ser um dos que especifica, de forma mais clara, os critérios e a respectiva pontuação.
		São considerados projectos prioritários os referentes a escolas objecto de acordo de colaboração celebrado entre o respectivo município e o ME (<i>EB 2,3 e Escolas Básicas Integradas</i>)	O	
	B	Grau de maturidade do procedimento concursal/obra (<i>Centros Escolares</i>)	O	
		Existência de contrato de execução, de acordo com o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho (transferência de competências para o município) (<i>EB 2,3 e Escolas Básicas Integradas</i>)	O	
	C	Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos (<i>Centros Escolares</i>)	O	
		Grau de degradação dos edifícios escolares a requalificar ou substituir (<i>EB 2,3 e Escolas Básicas Integradas</i>)	O	
	D	População estudantil servida pelo estabelecimento de ensino intervencionado (<i>EB 2,3 e Escolas Básicas Integradas</i>)	O	

Eixo Prioritário 4. Protecção e Valorização Ambiental

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	A	Enquadramento em planos ou programas que, comprovadamente, prossigam objectivos de reabilitação de sítios e solos contaminados ou de áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou, em casos de comprovada situação de risco, se enquadrem em medidas de prevenção, protecção e salvaguarda de risco	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos em sede regulamentar, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Em paralelo, é divulgada uma tabela onde são especificados sub-critérios e apresentada a metodologia de valoração a aplicar aos vários sub-critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os sub-critérios de natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização e constituindo-se como uma boa prática nesta matéria.
	B	Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervir, traduzido na adequação de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento	O	
	C	Complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários, a apreciar em "grupo de articulação temática" previsto no regulamento específico "recuperação do passivo ambiental" do Programa Operacional Temático da Valorização do Território	O	
	D	Carácter inovador e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento	O	
	E	Carácter prioritário assegurado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR territorialmente competente, tendo por base documento orientador, elaborado em complementaridade com o documento enquadrador de âmbito nacional da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que contemple os investimentos e a estratégia de actuação no domínio da reabilitação de áreas degradadas afectas à indústria extractiva e de sítios e solos contaminados que constituem passivos ambientais	O	
Ciclo Urbano da Água - vertentes em baixa - modelo não verificado	<i>De enquadramento sectorial:</i>			No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no RE, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação para cada uma das tipologias abrangidas. A apreciação do mérito das candidaturas é efectuada com base na combinação de critérios e sub-critérios de natureza objectiva e subjectiva. Nestes últimos, a adopção de critérios baseados no contributo dos projectos para objectivos específicos confere-lhes um carácter de subjectividade acrescido.
	A	Contributo para o cumprimento da Directiva Águas Residuais Urbanas (Directiva 91/271/CEE, do Conselho de 21 de Maio)	S	
	B	Contributo para o cumprimento da Directiva da Qualidade de Água destinada ao consumo humano (Directiva n.º 98/83/CE do Conselho de 3 de Novembro)	S	
	C	Contributo para o cumprimento do PNUA (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água)	S	
	<i>De enquadramento territorial:</i>			
	D	Contributo para os objectivos previstos no PO Regional do Centro, respectivos indicadores de realização e de resultado e categorização de despesas earmarking ou para os objectivos estratégicos e operacionais do PEAASAR (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais)	O	
	E	Enquadramento em municípios onde se verificam baixos níveis de atendimento em abastecimento público de água ou em saneamento de águas residuais	O	
	F	Enquadramento em zonas de intervenção prioritária tendo em vista a eliminação de focos poluidores junto a captações para o abastecimento público ou a zonas balneares	O	
	G	Contributo para a articulação com outros projectos relevantes na área territorial onde a intervenção se enquadra, nomeadamente através da articulação com a vertente am "alta" que serve o sistema garantindo-se, deste modo, a viabilização de investimentos já realizados e/ou a complementariedade com acções a co-financiar por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	S	

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	A	Contribuição para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa <i>earmarking</i>	O	Nos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos em sede regulamentar, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operacção. Num dos avisos mais recentemente publicados é, em paralelo, divulgada uma tabela onde é apresentada a metodologia de valoração a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização e constituindo-se como uma boa prática nesta matéria.
	B	Contribuição para a promoção da conservação dos valores naturais em áreas classificadas ou em territórios que interferem com a integridade daquelas áreas e com o estado de conservação dos valores naturais delas dependentes	O	
	C	Conservação de Espécies e/ou <i>Habitats</i> prioritários e/ou com estatuto de conservação desfavorável no contexto nacional	O	
	D	Incidência em áreas classificadas, num contexto transfronteiriço, com destaque para aquelas com bacias hidrográficas partilhadas	O	
	E	Acções com carácter de integração visando, nomeadamente, iniciativas comuns a várias áreas classificadas	O	
	F	Acções que materializem os objectivos do "Programa de visitação e comunicação na Rede Nacional de Áreas Protegidas"	O	
	G	Acções com carácter de auto-sustentabilidade ou de demonstração	O	
	H	Acções de âmbito regional ou multiregional e cujo impacto de execução exiba um valor acrescentado à escala nacional ou supra-nacional	O	
	I	Acções que resultem de parcerias público-privadas entre a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, instituições da administração central e local e organizações privadas	O	
	J	Acções que agreguem uma dimensão social e económica relevante	O	
Optimização da Gestão de Resíduos	A	Contributo para o cumprimento dos objectivos e metas previstas no Programa Operacional, no PERSU II e nos Planos municipais, intermunicipais e municipais de acção aplicáveis	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no RE, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operacção. Em paralelo, é divulgada uma tabela onde é apresentada a metodologia de valoração a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização e constituindo-se como uma boa prática nesta matéria.
	B	Incidência em áreas deficitárias em infra-estruturas e equipamentos de gestão de resíduos sólidos urbanos	O	
	C	Grau de inovação e/ou de adopção das melhores tecnologias disponíveis	O	
	D	Número e diversidade de entidades que participam como parceiros ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento	O	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	A	Relevância regional do tipo de perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadro I do regulamento específico	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos em sede regulamentar, é definida a escala de valoração a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operacção. Em paralelo, é divulgada uma tabela onde é apresentada a metodologia de valoração a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização. Nos casos específicos dos critérios que visam aferir o grau de relevância regional/sub-regional do tipo de perigo considerado, seria ainda interessante considerar uma tabela de conversão dos níveis de perigo em pontuação.
	B	Relevância sub-regional do perigo considerado, de acordo com o estabelecido no Quadros II do regulamento específico	O	
	C	Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios	O	
	D	Operações que contribuam para o reforço da capacidade de previsão e que incluam instrumentos fiáveis de planeamento de emergência	O	
	E	Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficiência e eficácia dos serviços	S	
	F	Operações que privilegiem a análise multi-risco, seja na inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade, vulnerabilidade e riscos, seja nas acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil	O	
	G	Operações de inventariação e cartografia de zonas de riscos relevantes, de apoio ao ordenamento do território ou ao planeamento de emergência, que contemplem a realização de estudos detalhados, compatíveis com a elaboração de cartas temáticas, na escala 1	O	
	H	Operações de inventariação e cartografia de zonas de susceptibilidade, perigosidade ou risco que prevejam a definição dos respectivos usos compatíveis	O	

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	A	Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa <i>earmarking</i>	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no RE, é definida a escala de valorização a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Num dos avisos, é também divulgada uma tabela onde é especificada a metodologia de valorização a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização e constituindo-se como um instrumento a promover.
	B	Ação prevista em Plano Sectorial ou Especial ou outro documento estratégico de enquadramento ambiental	O	
	C	Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	O	
	D	Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento	S	
	E	Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervir, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento	O	
	F	Âmbito territorial, com prioridade para projectos supramunicipais	O	
	G	Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público	O	
Acções Valorização do Litoral	A	Enquadramento na Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, nos planos de ordenamento da orla costeira, nos planos de ordenamento de estuários, em programas de acção plurianuais para a Valorização do Litoral ou em planos e programas que comprovadamente prossigam objectivos de valorização e requalificação das áreas litorais	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos em sede regulamentar, é definida a escala de valorização a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Num dos avisos, é também divulgada uma tabela onde é especificada a metodologia de valorização a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas classificações a atribuir consoante as características das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacionalização e constituindo-se como um instrumento a promover.
	B	Enquadramento em operações de natureza integrada de requalificação do litoral	S	
	C	Enquadramento nos documentos produzidos pelo Grupo de Coordenação Estratégica para o Litoral e das Coordenações Operacionais dos diferentes planos de ordenamento da orla costeira	O	
	D	Incidência em zonas designadas como balneares no âmbito da Directiva 76/160/CEE	O	
	E	Impacte do projecto/acção na melhoria da segurança das pessoas e na prevenção da degradação dos ecossistemas costeiros	O	
	F	Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa <i>earmarking</i>	O	
	G	Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento	S	
	H	Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público	O	
	I	Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervir, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento, com prioridade para projectos supramunicipais	O	
	J	Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	O	
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	A	Contribuição para os objectivos e metas do PO	O	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios previstos no RE, é definida a escala de val. a atribuir a cada critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. É também divulgada uma tabela onde é especificada a met. de val. a aplicar aos vários critérios, com indicação das respectivas class. a atribuir consoante as carac. das propostas (incluindo os critérios que, à partida, indicariam uma natureza booleana). Embora sendo originalmente de natureza subjectiva, os critérios adquirem, por esta via, um carácter mais objectivo, facilitando assim a sua operacion. e constituindo-se como um inst. a promover. Constitui excepção, neste domínio, o critério "Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficácia e de eficiência dos serviços" onde a tabela adoptada é muito limitada.
	B	Operações que contemplem a candidatura conjunta de vários municípios ou de várias associações humanitárias de bombeiros, respectivamente a centros municipais de protecção civil e correspondentes sistemas de gestão e a equipamentos dos agentes de protecção	O	
	C	Operações que contemplem a resolução das vulnerabilidades do território em termos de infra-estruturas e equipamentos de protecção civil	O	
	D	Operações que contemplem o aumento da capacidade de intervenção e a rapidez da resposta	O	
	E	Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficácia e de eficiência dos serviços	S	

Eixo Prioritário 5 . Governação e Capacitação Institucional

RE	Critérios de Selecção		Natureza (Obj/Sub)	Observações
Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	A	Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no Regulamento Específico, adoptando-se algumas variantes e procedendo-se a alguma selectividade em termos de sub-critérios utilizados entre os vários avisos. São também definidos os respectivos ponderadores, a escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 10), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Alguns dos avisos lançados sob este Regulamento Específico assumem a forma de convite público (às CIM, à CCDR Centro, etc.).
	B	Contributo para a modernização da entidade beneficiária (efeitos e resultados)	S	
	C	Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa e administração electrónica	S	
	D	Grau de inovação ou de utilização de boas práticas da operação	S	
	E	Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional	S	
Promoção e Capacitação Institucional	A	Avaliação do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura	S	No âmbito dos avisos de abertura de concurso são aplicados os critérios/sub-critérios previstos no Regulamento Específico, adoptando-se algumas variantes e procedendo-se a alguma selectividade em termos de sub-critérios entre os vários avisos. São também definidos os respectivos ponderadores, a escala de valoração a atribuir a cada critério/sub-critério (entre 1 e 5), bem como a fórmula de cálculo do mérito da candidatura/operação. Alguns avisos assumem a forma de convite público (no PROVERE, às entidades-líder dos consórcios constituídos no âmbito do reconhecimento formal; a organismos da Administração Pública Central, outras entidades públicas; às CIM; etc.).
		Qualidade da ideia PROVERE proposta	S	
	B	Avaliação do(s) Beneficiário(s)	S	
		Qualidade da parceria de actores	S	
	C	Impacto regional do Programa de Acção, Candidatura ou Pré-candidatura	S	
		Impacto territorial esperado da ideia PROVERE proposta	S	

ANEXO IX. ALTERAÇÕES REGISTADAS NOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E NAS PONDERAÇÕES QUE LHES SÃO ATRIBUÍDAS

Eixo	Regulamento	Alteração de Critérios	Alteração de Ponderações
1	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	Registaram-se alterações no aviso CENTRO-AAE-2009-03-DL, no critério qualidade da operação que passa a considerar ao nível dos subcritérios a adequação das competências da equipa de direcção e do modelo institucional e de gestão e ligações à envolvente.	
2	Mobilidade Territorial		O aviso CENTRO-MOU-2009-05-BV, reforça – face aos restantes avisos do regulamento -, a valorização do critério relacionado com ganhos ambientais que contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável, e que promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica, sobretudo em detrimento de projectos que promovam melhores condições de acesso aos centros urbanos.
3	Mobilidade Territorial		O aviso CENTRO-MOT-2009-04-DL apresenta dois sistemas de ponderação, um para cada uma das duas tipologias previstas no aviso: a) Construção/beneficiação de troços da rede municipal e de eixos supramunicipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, cujas ponderações dos critérios são semelhantes às dos restantes avisos; e b) Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo, que valorizam sobretudo o critério dos ganhos ambientais, a redução da dependência energética e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável e da promoção soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica.
3	Rede de Equipamentos Culturais		No aviso CENTRO-REC-2009-04 o critério de valia patrimonial assume ponderação nula.
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	Após o primeiro aviso (CENTRO-EDU-2008-01) as alterações introduzidas vão no sentido de valorizar os critérios e subcritérios que contribuem para o aumento do número de alunos por escola e o grau de maturidade do projecto, em detrimento da valorização de Projectos que visem a construção e a remodelação/ampliação de estab. de ensino existentes com vista à requalificação da rede escolar, através do melhoramento das suas condições de funcionamento.	As alterações nas ponderações ocorrem simultaneamente à eliminação de um critério, reforçando sobretudo a ponderação dada aos projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola.
4	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental		Após o primeiro aviso (CENTRO-VQA-2008-01) procedeu-se a uma redução significativa do peso do critério de valorização do âmbito territorial, com prioridade para projectos supramunicipais.
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais		No segundo aviso (CENTRO-PRM-2009-02-MT/PIS) ocorrem alterações na ponderação de todos os critérios, dando-se maior peso à contribuição para os objectivos e metas do PO e às Operações com carácter inovador para a protecção civil, numa lógica de eficácia e de eficiência dos serviços, com prejuízo dos restantes critérios, para dar maior ponderação a "Acção prevista em documentos estratégicos de enquadramento ambiental e ao impacto na despesa pública".
5	Sistemas de Apoio à Modernização administrativa		Nos avisos CENTRO-SAM-2008-02 e CENTRO-SAM-2008-03, o critério Contributo para a modernização da entidade beneficiária, assume ponderação nula, adaptando os avisos à tipologia de projectos visada nesse concurso.
	Promoção e Capacitação Institucional	Os critérios são diferentes nos dois avisos, pois estes correspondem a tipologias distintas, num caso Acções preparatórias PROVERE (CENTRO-PCI-2008-01) e no outro a Planos de Acção (CENTRO-PCI-2009-05)	
6	Acções de Assistência Técnica		O critério relativo ao Contributo para assegurar o cumprimento dos objectivos e atribuições contratualizadas, passa de uma ponderação nula no primeiro aviso, para 10%, 30% e 30% do mérito do projecto nos segundo, terceiro e quarto avisos, reduzindo-se o peso do critério associado à disseminação de boas práticas.

ANEXO X. FICHAS DE SÍNTESE DA ANÁLISE ESTATÍSTICA APLICADA AOS RE SAMA E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR

REDE ESCOLAR

Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)

Enquadramento

No SAMA foram analisados em particular os avisos CENTRO-SAM-2007-01 e CENTRO-SAM-2009-04, por serem os que aplicando os mesmos critérios (ambos incidem sobre as operações enquadradas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento) apresentam maior densidade de operações sujeitas a análise de mérito e permitem, por isso, a aplicação da metodologia estatística adoptada.

O SAMA apresenta no final de 2009 uma taxa de aprovação líquida de 23%, apesar de 63% dos projectos analisados em termos de mérito terem obtido parecer favorável. Tal situação resulta do facto da dotação colocada a concurso no 1º aviso se ter revelado insuficiente para acomodar todas as candidaturas com parecer favorável (28), tendo sido efectivamente aprovadas apenas 3. No 2º aviso desta tipologia, lançado em 2009, verifica-se um aumento do grau de selectividade associado à análise de mérito.

Avisos no Âmbito do RE

Aviso	Entidade responsável	Projectos c/ Análise de mérito	Projectos com parecer favorável	Taxa de Aprovação líquida	Taxa de selecção	Pontuação mínima	Pontuação média	Mérito do projecto (desvio padrão)	Quartis		
									1º	2º	3º
Regulamento	AG	62	39	23%	63%	0,0	5,6	2,4	4,9	6,3	7,0
CENTRO-SAM-2007-01	AG	45	28	7%	62%	0,0	5,8	1,5	5,0	6,0	6,8
CENTRO-SAM-2008-02	AG	1	1	100%	100%	8,9	8,9	-	8,9	8,9	8,9
CENTRO-SAM-2008-03	AG	6	6	100%	100%	8,5	8,7	0,1	8,7	8,8	8,8
CENTRO-SAM-2009-04	AG	10	4	40%	40%	0,0	2,8	3,6	0,0	0,0	6,8
Avisos em análise	AG	55	32	13%	58%	0,0	5,3	2,2	4,8	5,8	6,8
Restantes Avisos	AG	7	7	100%	100%	8,5	8,8	0,1	8,7	8,8	8,8

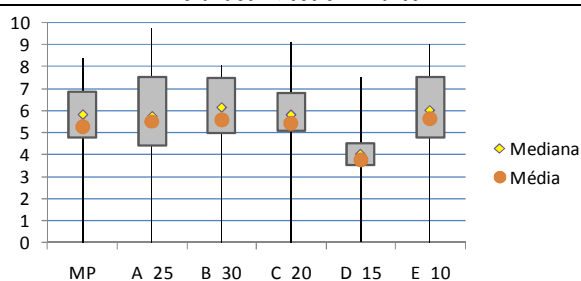
Critérios Utilizados nos Avisos em Análise

A	Contributo para a melhoria da prestação do serviço aos cidadãos e às empresas
B	Contributo para a modernização da entidade beneficiária (efeitos e resultados)
C	Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa electrónica
D	Grau de inovação ou de utilização de boas práticas da operação
E	Grau de envolvimento dos parceiros relevantes ou representatividade à escala nacional/regional

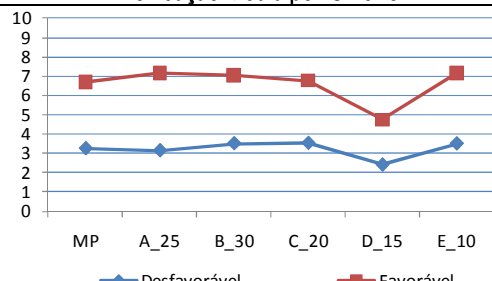
AVISOS EM ANÁLISE

Pontuações Atribuídas na Análise de Mérito: Valores Médios e Variabilidade

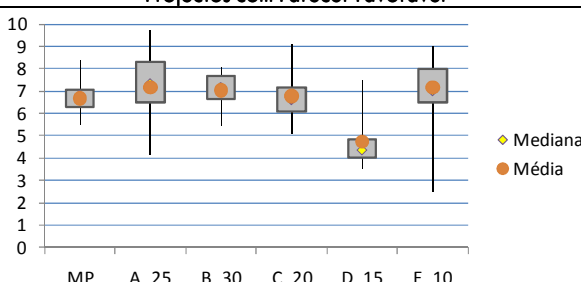
Total dos Avisos em Análise



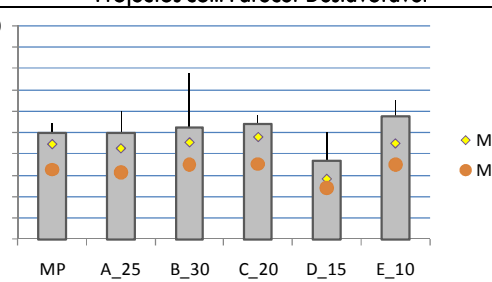
Pontuação Média por Critério



Projectos com Parecer Favorável



Projectos com Parecer Desfavorável



Legenda:

No eixo das abcissas encontram-se referenciados o Mérito global dos projectos (MP) e cada um dos critérios, indicando a ponderação que lhes foi atribuída no(s) aviso(s) em análise.

Os rectângulos representados delimitam os 1º e 3º quartis das pontuações atribuídas ao Mérito global dos Projectos e a cada um dos critérios.

A linha vertical varia entre o máximo e o mínimo das pontuações atribuídas.

Correlação entre critérios e entre estes e o Mérito dos Projectos

	MP	A	B	C	D	E
MP	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9
A		1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
B			1,0	0,9	0,8	0,9
C				1,0	0,9	0,8
D					1,0	0,8
E						1,0

Análise

A evidência estatística demonstra uma elevada concordância nos resultados da análise do mérito em todos os critérios e uma forte correlação entre eles, facto que, associado à inexistência de escalas de referência claramente definidas nos respectivos normativos, indicia a existência de redundâncias.

Os critérios revelam grande eficácia em distinguir os projectos com mérito dos projectos que não atingem o limiar mínimo requerido pelos referenciais adoptados. Verifica-se contudo que a capacidade de discriminar a valia dos projectos com mérito é mais reduzida (a média e a mediana são praticamente coincidentes em todos os critérios e o critério D- Grau de inovação é aquele em que os projectos têm menor pontuação). Esta situação, que condiciona sobretudo a análise de mérito relativo dos projectos (quando ocorre, por insuficiência da dotação colocada a concurso), pode encontrar justificação no facto do critério C (Contributo para a estratégia e objectivos da política nacional para a modernização administrativa e administração electrónica) se assumir como um critério de espectro mais lato, que se pode sobrepor a alguns subcritérios que integram o A e B. Com efeito, quer a Estratégia Nacional para a Modernização Administrativa e Administração Electrónica quer o SIMPLEX Autárquico possuem objectivos e prioridades que são também analisados no âmbito dos critérios A e B (por ex. nos subcritérios a2, b3 e b5).

Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (A)

Enquadramento

A Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação pré-escolar assume no PO um compromisso importante seja em termos de apoio concedido seja em nº de projectos apoiados, reflectindo as opções assumidas pelo Governo e pelo QREN no sentido de valorizar o investimento neste domínio.

O elevado número de candidaturas apresentadas neste regulamento permitiu a aplicação da análise estatística, a qual foi segmentada em dois grupos de avisos de abertura de concurso: (A) antes das alterações (CENTRO-EDU-2008-01), analisado nesta ficha e (B) após as alterações ocorridas nos critérios (restantes avisos), analisados na ficha seguinte.

Todas as candidaturas apresentadas no aviso em análise foram aprovadas na análise de mérito.

Avisos no Âmbito do RE

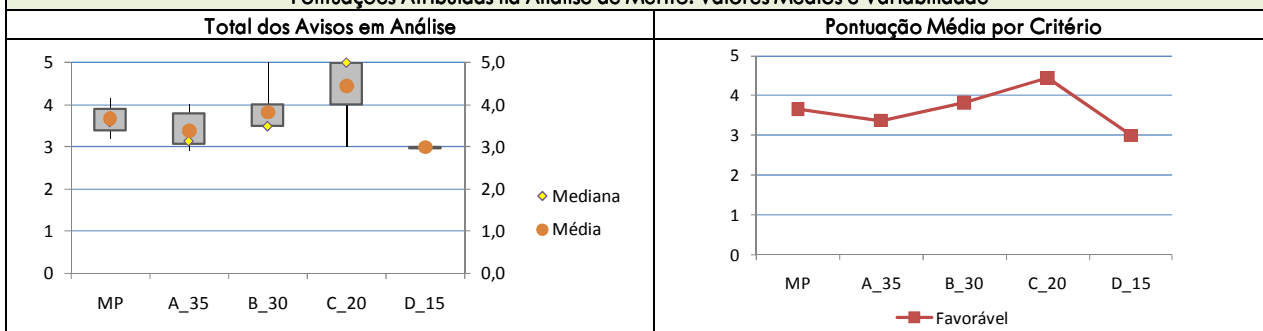
Aviso	Entidade responsável	Projectos c/ Análise de mérito	Projectos c/ parecer favorável	Taxa de Aprovação líquida	Taxa de selecção	Pontuação mínima	Pontuação média	Mérito do projecto (desvio padrão)	Quartis		
									1º	2º	3º
Regulamento	AG	140	120	100%	86%	2,4	3,4	0,4	3,2	3,4	3,7
CENTRO-EDU-2008-01	AG	20	20	100%	100%	3,2	3,7	0,3	3,4	3,6	3,9
CENTRO-EDU-2008-02	AG	30	30	100%	100%	3,0	3,4	0,3	3,2	3,4	3,7
CENTRO-EDU-2008-03	AG	4	4	100%	100%	3,3	3,4	0,1	3,3	3,4	3,5
CENTRO-EDU-2008-04	AG	67	47	100%	70%	2,4	3,2	0,5	2,9	3,2	3,5
CENTRO-EDU-2009-02	AG	19	19	100%	100%	3,1	3,5	0,4	3,2	3,4	3,8
Avisos em análise	AG	20	20	100%	100%	3,2	3,7	0,3	3,4	3,6	3,9
Restantes Avisos	AG	120	100	100%	83%	2,4	3,3	0,4	3,2	3,3	3,6

CrITÉRIOS Utilizados nos Avisos em Análise

A	Projectos que visem a construção e a remodelação/ampliação de estabelecimentos de ensino existentes com vista à requalificação da rede escolar, através do melhoramento das suas condições de funcionamento
B	Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal
C	O orçamento proposto apresentar maior proximidade aos custos-referência definidos nos termos dos Anexos I e II do Regulamento específico
D	Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos

AVISOS EM ANÁLISE

Pontuações Atribuídas na Análise de Mérito: Valores Médios e Variabilidade



Legenda:

No eixo das abcissas encontram-se referenciados o Mérito global dos projectos (MP) e cada um dos critérios, indicando a ponderação que lhes foi atribuída no(s) aviso(s) em análise.

Os rectângulos representados delimitam os 1º e 3º quartis das pontuações atribuídas ao Mérito global dos Projectos e a cada um dos critérios.

A linha vertical varia entre o máximo e o mínimo das pontuações atribuídas.

Correlação entre Critérios e entre Estes e o Mérito dos Projectos

	MP	A	B	C
MP	1,0	0,6	0,8	0,7
A		1,0	0,2	0,1
B			1,0	0,4
C				1,0
D				

Análise

A análise estatística permite concluir que todos os projectos tiveram pontuações positivas em todos os critérios, apresentando variabilidades pouco significativas (no caso do critério D – Contributo para a eficiência energética dos estabelecimentos todos os projectos analisados tiveram pontuação de 3).

Globalmente os critérios revelam-se ajustados, na medida em que permitem avaliar factores distintos e relevantes para os objectivos do regulamento. A objectividade e independência dos critérios adoptados são corroboradas pelo facto de todos os critérios apresentarem correlações elevadas com o mérito global do projecto e, simultaneamente, correlações baixas entre si.

Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (B)

Enquadramento

Após o primeiro AAC foram introduzidas alterações nos critérios de selecção: (i) inserção do critério "Grau de maturidade do procedimento concursal/obra", (ii) eliminação dos critérios A e C ("Projectos que visem a construção e a remodelação/ampliação de estabelecimentos de ensino existentes com vista à requalificação da rede escolar, através do melhoramento das suas condições de funcionamento" e "O orçamento proposto apresentar maior proximidade aos custos-referência definidos nos termos dos Anexos I e II do RE"), (iii) reforço da ponderação (de 30% para 50%) atribuída ao critério "Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola".

É nos 4 avisos em que as alterações referidas foram adoptadas que se foca a análise efectuada na presente ficha.

As alterações introduzidas aumentaram a selectividade dos avisos em análise, em particular no aviso CENTRO-EDU-2008-04, em que a taxa de selecção se situou nos 70%. Contudo, o aumento de selectividade registado não se repercutiu no nível de aprovação das candidaturas admitidas, uma vez que todas foram aprovadas, ainda que algumas o tivessem sido com condicionantes. A análise de mérito efectuada não produziu, neste sentido qualquer efeito de selecção.

Avisos no Âmbito do RE

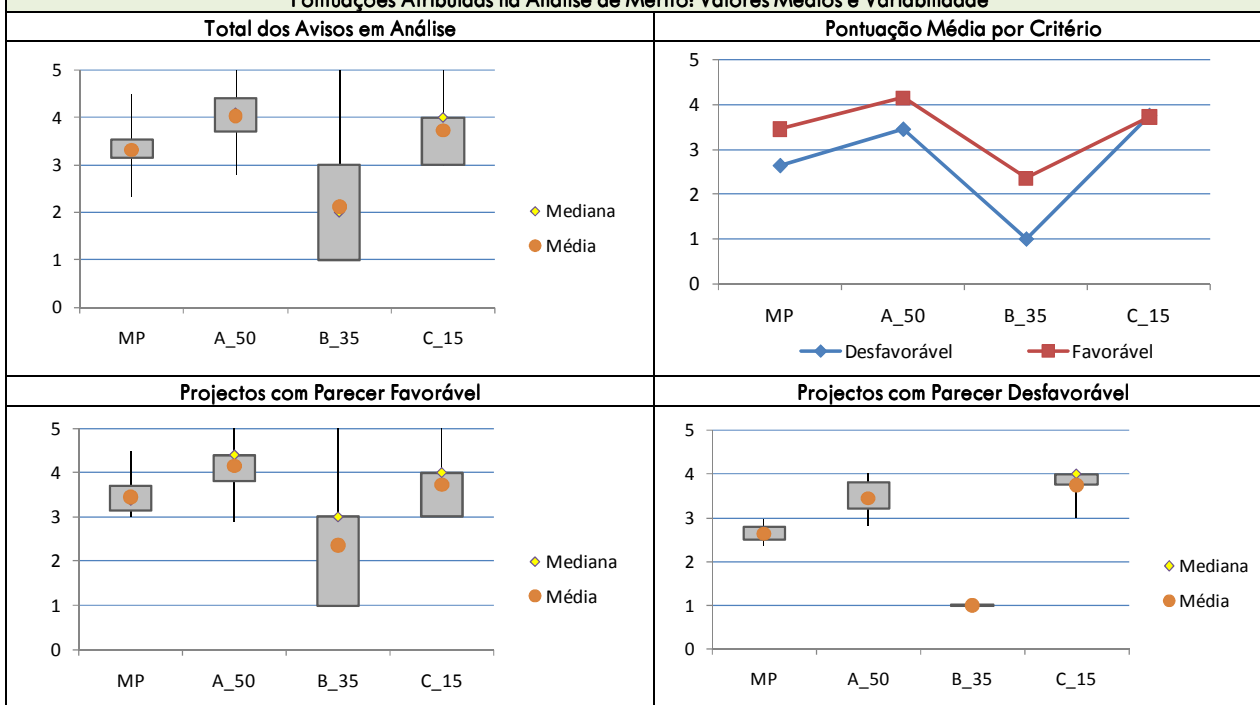
Aviso	Entidade responsável	Nº projectos c/ Análise de mérito	Nº projectos c/ parecer favorável	Taxa de Aprovação líquida	Taxa de selecção	Pontuação mínima	Pontuação média	Mérito do projecto (desvio padrão)	Quartis		
									1º	2º	3º
Regulamento	AG	140	120	100%	86%	2,4	3,4	0,4	3,2	3,4	3,7
CENTRO-EDU-2008-01	AG	20	20	100%	100%	3,2	3,7	0,3	3,4	3,6	3,9
CENTRO-EDU-2008-02	AG	30	30	100%	100%	3,0	3,4	0,3	3,2	3,4	3,7
CENTRO-EDU-2008-03	AG	4	4	100%	100%	3,3	3,4	0,1	3,3	3,4	3,5
CENTRO-EDU-2008-04	AG	67	47	100%	70%	2,4	3,2	0,5	2,9	3,2	3,5
CENTRO-EDU-2009-09	AG	19	19	100%	100%	3,1	3,5	0,4	3,2	3,4	3,8
Avisos em análise	AG	120	100	100%	83%	2,4	3,3	0,4	3,2	3,3	3,6
Restantes Avisos	AG	20	20	100%	100%	3,2	3,7	0,3	3,4	3,6	3,9

Critérios Utilizados nos Avisos em análise

A	Projectos que promovam o aumento do número de alunos por escola, tendo em conta as necessidades identificadas na respectiva Carta Educativa Municipal
B	Grau de maturidade do procedimento concursal/ obra
C	Projectos de construção/ampliação/requalificação que integrem o desenvolvimento de investimentos que contribuam para a eficiência energética dos estabelecimentos

AVISOS EM ANÁLISE

Pontuações Atribuídas na Análise de Mérito: Valores Médios e Variabilidade



Legenda:

No eixo das abcissas encontram-se referenciados o Mérito global dos projectos (MP) e cada um dos critérios, indicando a ponderação que lhes foi atribuída no(s) aviso(s) em análise.

Os rectângulos representados delimitam os 1º e 3º quartis das pontuações atribuídas ao Mérito global dos Projectos e a cada um dos critérios.

A linha vertical varia entre o máximo e o mínimo das pontuações atribuídas.

Correlação entre Critérios e entre Estes e o Mérito dos Projectos

	MP	A	B	C
MP	1,0	0,5	0,8	0,1
A		1,0	-0,1	-0,1
B			1,0	-0,1
C				1,0

Análise

O critério B assume-se como o mais relevante para a selectividade em termos de mérito, sendo o que mais discrimina e o que apresenta maior variabilidade. Refira-se, a este propósito, que todos os projectos que não obtiveram mérito favorável têm pontuação de 1 neste critério (existem outros que, tendo esta pontuação no critério B, são aprovados porque têm valores mais elevados nos critérios A e C). A relevância deste critério é visível também na análise das correlações, apresentando uma correlação muito forte com o Mérito Global do Projecto.

Por outro lado, a análise estatística aponta para a pouca eficácia em termos de distinção de mérito dos projectos do critério C, apresentando uma média semelhante quer para projectos com mérito positivo ou negativo (tal como no 1º aviso), também patente na baixa correlação entre este critério e o mérito do projecto.

RE Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

Enquadramento

A análise estatística foca-se apenas no primeiro aviso de abertura de concurso (CENTRO-VQA-2008-01), após o qual ocorreram alterações nas ponderações dos critérios de selecção, contudo os restantes avisos, mesmo tomados globalmente, apresentam um número muito reduzido de projectos não permitindo a aplicação da metodologia desenvolvida.

A taxa de aprovação líquida do RE é de 100%, contudo a taxa de selecção é de apenas 26% no primeiro aviso, passando para 100% nos avisos subsequentes, após as alterações ocorridas nos critérios de selecção. Após as alterações nos ponderadores foram apenas analisados 8 projectos, contudo, não obstante as limitações associadas a esta baixa densidade de candidaturas, é possível afirmar que as alterações ocorridas tiveram efeitos ao nível do aumento da taxa de selecção.

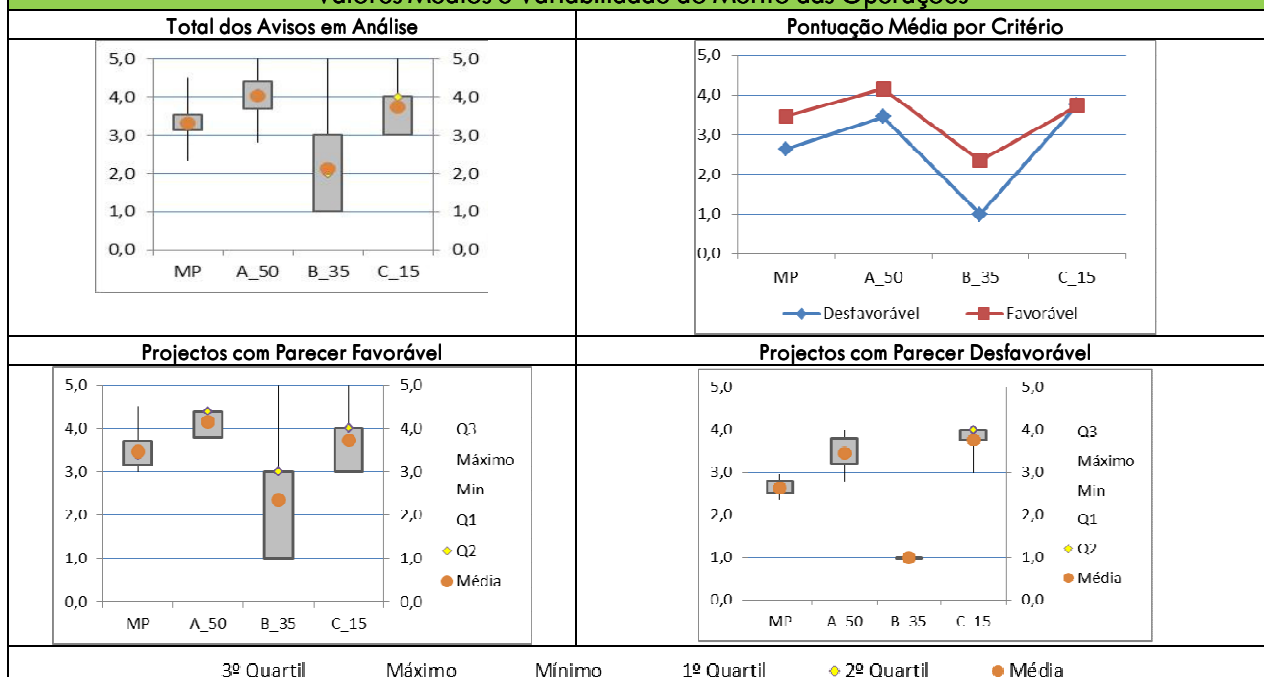
Avisos no Âmbito do Regulamento

Aviso	Entidade responsável	Projectos c/ Análise de mérito	Projectos com parecer favorável	Taxa de Aprovação líquida	Taxa de selecção	Pontuação mínima	Pontuação média	Mérito do projecto (desvio padrão)	Quartis		
									1º	2º	3º
Regulamento	AG / CIM	58	21	100%	36%	1,9	2,7	0,7	2,1	2,3	3,3
CENTRO-VQA-2008-01	AG	50	13	100%	26%	1,9	2,6	0,7	2,1	2,3	3,0
CENTRO-VQA-2008-02	AG	2	2	100%	100%	3,1	3,2	0,0	3,1	3,2	3,2
CENTRO-VQA-2009-04-MT/PIS	MT/PIS	2	2	100%	100%	3,1	3,1	0,0	3,1	3,1	3,1
CENTRO-VQA-2009-05-BM	BM	1	1	100%	100%	4,4	4,4	-	4,4	4,4	4,4
CENTRO-VQA-2009-10-BV	BV	3	3	100%	100%	4,0	4,0	0,1	4,0	4,0	4,1
Avisos em análise	AG	50	13	100%	36%	1,9	2,6	0,7	2,1	2,3	3,0
Restantes Avisos	AG/CIM	8	8	100%	100%	3,1	3,4	0,3	3,1	3,4	4,0

CrITÉRIOS

	Tipologia
A Contributo para os objectivos do PO, respectivos indicadores e categorização de despesa earmarking	Objectivo
B Acção prevista em Plano Sectorial ou Especial ou outro documento estratégico de enquadramento ambiental	Objectivo
C Nível de complementaridade com acções co-financiadas por outros instrumentos de financiamento, nacionais e comunitários	Objectivo
D Grau de inovação e de demonstração das acções candidatas a co-financiamento	Subjectivo
E Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervir, traduzido no número de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou se revelem beneficiários das acções candidatas a co-financiamento	Objectivo
F Âmbito territorial, com prioridade para projectos supramunicipais	Objectivo
G Nível do impacto actual e futuro sobre a despesa pública, resultantes da manutenção dos efeitos pretendidos com a execução das acções candidatas a co-financiamento, tendo em consideração a satisfação do interesse público	Objectivo

Valores Médios e Variabilidade do Mérito das Operações



Correlação entre critérios

	MP	A	B	C	D	E	F	G
MP	1,00	0,5	0,5	0,7	0,7	0,7	0,7	0,1
A		1,0	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	-0,2
B			1,0	0,3	0,4	0,0	0,3	0,1
C				1,0	0,4	0,3	0,4	0,0
D					1,0	0,2	0,5	0,1
E						1,0	0,4	-0,2
F							1,0	-0,2
G								1,0

Análise

A evidência sugere que os critérios CDEF são os que mais contribuem para a avaliação de mérito, devendo salientar-se: i) os critérios E e F são os que mais discriminam em relação à média, em resultado da sua maior ponderação; ii) o critério A é pouco relevante para a análise de mérito, pois a pontuação média registada para projectos com análise de mérito positiva ou negativa é muito semelhante; são os critérios E (embora com menor peso) e F que puxam mais a média para cima nos projectos com mérito positivo, sugerindo serem mais determinantes; iii) O critério G é irrelevante para o mérito do projecto

Por outro lado, a análise revela que o critério F é determinante na não aprovação de projectos (refira-se a este propósito que é o critério que apresenta maior correlação com o mérito global do projecto), com efeito todos os projectos não seleccionados através de análise de mérito têm pontuação de 1 neste critério, cujo peso é de 20%.

Uma redução do peso do critério F é potencialmente positiva, pois poderá permitir que projectos de âmbito territorial limitado, e portanto com baixa pontuação neste critério, mas bem pontuados ao nível dos restantes possam alcançar um mérito global positivo. Esta observação é particularmente relevante, e vista como positiva, para os avisos de abertura de concurso da responsabilidade das CIM, onde as possibilidades de apresentação de projectos supramunicipais poderão eventualmente ser reduzidas. Finalmente, as alterações apontam também uma direcção correcta no sentido de valorizar a sustentabilidade financeira dos projectos bem como o seu enquadramento em documentos estratégicos, não podendo, contudo, deixar se referir que esses critérios têm evidenciado um potencial discriminador relativamente limitado.

ANEXO XI. COMPETÊNCIAS DELEGADAS PELA AG NOS OI

Competências Delegadas pela AG nos OI-SI

- a. Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO;
- b. Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- c. Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO;
- d. Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- e. Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com a decisão de concessão do financiamento e o respeito pelos normativos aplicáveis;
- f. Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- g. Verificar a elegibilidade das despesas;
- h. Assegurar que as despesas declaradas pelos Beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- i. Assegurar que os Beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- j. Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema informatizado de recolha e tratamento dos registos contabilísticos de cada operação financiada pelo PO, bem como uma recolha dos dados sobre a execução necessários para a gestão financeira, o acompanhamento, as verificações, as auditorias e a avaliação, bem como para a monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN;
- k. Criar e garantir o funcionamento de um sistema adequado e fiável de validação das despesas, e assegurar que a autoridade de certificação recebe todas as informações necessárias sobre os procedimentos e verificações levados a cabo em relação às despesas com vista à certificação;
- l. Participar na elaboração do plano global de avaliação do QREN e dos PO referido na alínea f) do n.º 1 do artigo 8.º e elaborar o plano de avaliação do PO;
- m. Assegurar que as avaliações operacionais do PO são realizadas em conformidade com as disposições comunitárias e com as orientações nacionais aplicáveis;
- n. Assegurar a criação e o funcionamento de um sistema de controlo interno que previna e detecte as situações de irregularidade e permita a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas;
- o. Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- p. Elaborar a descrição do sistema de gestão e controlo interno do PO;
- q. Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos;
- r. Transmitir os relatórios referidos na alínea f) do n.º 1, após aprovação, à Assembleia da República e ao Conselho Económico e Social;
- s. Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do PO.

Competências Delegadas no Contrato de Delegação de Competências (Cláusula 2.ª)¹

- a. Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- b. Apreçar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são seleccionadas em conformidade com os critérios aplicáveis aos PO;
- c. Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- d. Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO;
- e. Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- f. Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com decisão de concessão do financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- g. Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- h. Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- i. Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efectuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 2.ª do Contrato de Delegação de Competências;
- j. Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou a um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação sem prejuízo nas normas contabilísticas nacionais;
- k. Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- l. Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

¹ As competências delegadas foram revistas na "Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global". A AG considerou não estarem reunidas as condições necessárias para o exercício das competências previstas no contrato e avocou a si — de acordo com o previsto no n.º 2 da Cláusula 3.ª do Contrato —, o exercício da competência para a prática dos actos relacionados com a aprovação de projectos e a validação de despesa. Em termos práticos, foram especificamente avocadas as competências dispostas nas alíneas a), e), f) e l) da cláusula 2.ª e no n.º 2 da Cláusula 20.ª do Contrato a todos os OI-CIM e as competências dispostas nas alíneas g), h), i), j), k) da cláusula 2.ª do Contrato aos OI-CIM Beira Interior Sul (BIS) e Serra da Estrela (SE).

ANEXO XII. VALIDAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO QREN RELATIVAS AO PO REGIONAL DO CENTRO

Eixo	Recomendações AAE QREN	Comentário	Validação do Cumprimento
1	Respeitar "toda a legislação ambiental e os instrumentos de ordenamento e planeamento existentes e sejam adoptados critérios ambientais exigentes na prossecução das acções a financiar no âmbito deste PO."	<p>Segundo o Relatório de Execução de 2009 <i>"Todos os Regulamentos aplicados no PO Centro prevêem a aplicação, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território. A verificação é registada nas ferramentas de análise de admissibilidade, técnico e de mérito (quando aplicável) e esta prevista para fase de encerramento das operações.</i></p> <p><i>A aplicação explícita de critérios ambientais na selecção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 60% dos Regulamentos".</i></p> <p>É também referido que: <i>"os SI estabelecem procedimentos verificados pelos OI em sede de admissibilidade dos projectos. Em sede de candidatura, os promotores dos projectos de investimento enquadrados no sector do Turismo terão que demonstrar que os seus projectos de arquitectura estão previamente aprovados pelos organismos competentes, nomeadamente pelos Municípios e, obviamente, pelo Turismo de Portugal. Já no caso dos restantes sectores, o IAPMEI, em termos de admissibilidade, obriga os promotores a comprovarem o licenciamento dos projectos, ou como tenham entregue na DGE todos os requerimentos de licenciamento necessários para o efeito".</i></p>	Sim
	"Os regulamentos dos Programas devem explicitar que será dada prioridade a projectos e iniciativas que contemplem aspectos de inovação ambiental, eco-eficiência e eficiência energética, bem como definir as exigências a cumprir em matéria de AIA das propostas apresentadas. Os projectos de energias renováveis a financiar devem ser criteriosamente seleccionados, sendo prioritário o apoio a projectos-piloto, com opções inovadoras e em energias renováveis de elevado potencial endógeno."		
	"Deve ser garantida a articulação da localização de novas instalações empresariais com a disponibilidade de equipamentos, infra-estruturas e serviços de suporte, evitando o desperdício de recursos e permitindo uma melhor gestão da ocupação e uso do solo."		
	"...é importante que os regulamentos contemplem de forma clara a vertente ambiental, nomeadamente dando prioridade a iniciativas e projectos com preocupações de eco-eficiência, adopção de tecnologias mais limpas e pouco intensivas na utilização de recursos naturais, minimização das emissões de GEE associadas, redução das pressões humanas sobre a biodiversidade, de adopção de práticas adequadas de gestão ambiental, e de respeito pelos instrumentos de ordenamento do território e de plan. ambiental (e.g. RAN e REN)."		
3	"Recomenda-se ainda a necessidade de assegurar uma abordagem integrada dos projectos, inseridos neste eixo, de forma a maximizar sinergias e evitar potenciais conflitos de ordenamento territorial, incluindo a necessidade de otimizar a distribuição territorial, evitando a duplicação e sobreposição de serviços, equipamentos e infra-estruturas."		
	"Recomenda-se que esta aposta no Turismo, tenha em consideração o desenvolvimento e envolvimento das comunidades locais e a valorização do património natural e cultural da Região evitando situações conflituantes entre o esperado desenvolvimento turístico e a conservação da natureza."		
4	"Refere-se, no entanto, que a construção de infra-estruturas (embora no domínio da qualificação ambiental e dependendo da sua localização) pode ter impactes negativos ao nível da biodiversidade e outros domínios ambientais, dependentes da localização e características operacionais das infra-estruturas preconizadas, devendo ser sujeitas a processos de AIA, sempre que tal seja justificado."		
1	"Deve procurar-se desenvolver I&DT que tenha efeitos directos positivos na competitividade e no desempenho ambiental das PME, designadamente para criação de patentes e <i>spin-offs</i> , devendo o processo ser sujeito a uma rigorosa avaliação e acompanhamento. Os regulamentos dos Programas devem explicitar estas orientações."	n.a.	n.a.
	"Os apoios dirigidos à competitividade, empreendedorismo, inovação e conhecimento devem ser canalizados para micro e pequenas empresas que sustentem a especialização da economia regional num conjunto de <i>clusters</i> que além da viabilidade económica, com prioridade para a produção de bens e serviços que permitam aumentar as exportações ou reduzir as importações, garantam simultaneamente, capacidade para adoptarem estratégias de eco-eficiência e de aumento da produtividade de recursos."	n.a.	n.a.
	"...garantir uma adequada articulação entre o POC, que dirigirá os apoios para as micro e pequenas empresas, com o POFC, que enquadrará os apoios às médias e grandes empresas, e o POPH. Assim, os regulamentos dos programas devem ser articulados previamente à sua aplicação."	n.a.	n.a.
1	"...importa desenvolver acções de sensibilização junto dessas empresas para as oportunidades de introdução de melhorias no seu desempenho ambiental, e para as oportunidades que daí decorrem para a sua	No âmbito do SI QI de PME, entre outras tipologias são apoiados <i>"Investimentos associados a controlo</i>	Sim

Eixo	Recomendações AAE QREN	Comentário	Validação do Cumprimento
	competitividade e sustentabilidade a médio e longo prazo. Devem ser afectos recursos financeiros para este tipo de acções, de modo a potenciar o efeito ambiental positivo deste eixo."	<i>de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rotulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS) "</i>	
	"Importa ainda incentivar a contratação de recursos humanos qualificados na área do ambiente, ou a compra de serviços a entidades especializadas, de modo a garantir a existência de competência para lidar com estes aspectos na gestão empresarial."		
	No que respeita às TIC e à aposta numa sociedade do conhecimento "Recomenda-se implementação faseada, articulação com a formação, informação, apoio e divulgação."	n.a.	n.a.
	"Os incentivos poderão potenciar a criação de novos empregos em áreas até agora pouco representativas e mais qualificadas, o que exigirá a qualificação da população e uma articulação próxima com os programas vocacionados para o potencial humano."	n.a.	n.a.
2	"Estas intervenções devem ser articuladas com políticas de transportes que promovam a mobilidade e uma melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas."	No RE Mobilidade Territorial, enquanto critério de selecção, devem ser apoiados projectos que <i>"Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável".</i>	Sim
	"Os regulamentos dos programas de apoio devem explicitar uma clara orientação para a melhoria da eficiência energética nos sistemas urbanos, contemplando, designadamente os sistemas de transporte."		
	"Deve ser incentivada a aplicação de medidas com melhor relação custo-eficácia para a melhoria da eficiência energética nos sistemas urbanos da Região Centro."	No RE Parcerias para a Regeneração Urbana, constitui critério de selecção a <i>"coerência da abordagem proposta face à natureza do espaço urbano em referência, em particular a adequação à superação das dificuldades e problemas (urbanísticos, ambientais, sociais, culturais e económicos) e ao aproveitamento das potencialidades do território abrangido".</i>	Sim
	"A região apresenta uma organização polinucleada dos sistemas urbanos assente numa rede equilibrada de cidades de média dimensão, o que constitui um aspecto positivo. Assim, as intervenções devem ter a preocupação de manter este equilíbrio evitando um crescimento desarticulado de umas cidades em detrimento de outras."	n.a.	n.a.
	"Deve ainda ser aproveitada a oportunidade para fomentar uma maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento das cidades onde vivem."	n.a.	n.a.
3	"Os eventuais impactes negativos associados à ocupação do território e qualidade do ambiente poderão ser significativamente atenuados através da promoção da requalificação e aproveitamento de infra-estruturas e equipamentos já existentes, ou da recuperação de áreas anteriormente ocupadas por outras actividades, em detrimento da expansão para novas áreas, bem como da adopção de boas práticas ambientais na selecção das localizações e no desenvolvimento dos projectos."	Segundo o Relatório de Execução de 2009 <i>"As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 75% do total elegível, incluem 89 operações constituindo 22,2% do número de operações e 7,6% do valor elegível total (excluindo Sistemas de Incentivos). Encontram-se neste grupo projectos relativos a prevenção e minimização de riscos, outros estudos e planos, operações de demonstração e promoção, bem como acções de monitorização ambiental e de protecção de espaços protegidos"</i>	Sim

Eixo	Recomendações AAE QREN	Comentário	Validação do Cumprimento
4	"...a intervenção na recuperação dos principais passivos ambientais da Região Centro requer a elaboração de planos de acção que integrem a protecção e valorização ambiental com o desenvolvimento sustentado de actividades sócio-económicas, dando prioridade a acções que envolvam os interessados e que se apoiem no co-financiamento público e privado."	No RE Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas, constitui critério de selecção o <i>"Nível de envolvimento dos diferentes agentes relevantes na gestão da área territorial a intervir, traduzido na adequação de entidades que participam como parceiros, contribuintes ou beneficiários das acções candidatas a co-financiamento"</i> .	Sim
	"Os recursos financeiros disponíveis neste eixo devem ser utilizados no desenvolvimento de acções em parceria com outras entidades (e.g. associações, promotores privados)."	n.a.	n.a.
	"...recomenda-se que seja adequadamente justificada a necessidade e prioridade de cada projecto, bem com a sua localização, nomeadamente atendendo à escassez de recursos financeiros."	n.a.	n.a.
	"No desenvolvimento e gestão de cada projecto devem ser adoptadas as boas práticas ambientais."	Segundo o Relatório de Execução de 2009 os investimentos com construção sustentável ou gestão ambiental em infra-estruturas a partir de um montante total de € 5.000.000, (nomeadamente hospitalares) representam 75% dos aprovados. Por outro lado, todos os Regulamentos prevêem a aplicação, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território.	Sim
	"...importa que os projectos de intervenção não sejam maioritariamente alicerçados em soluções exclusiva ou eminentemente curativas ou de fim de linha, que além de não resolverem a componente estrutural dos problemas, podem contribuir para que se gerem impactos negativos decorrentes dessas intervenções.... as acções integradas de defesa e reabilitação costeira previstas devem seguir esta filosofia de prevenção com efeitos a longo prazo."	Segundo o Relatório de Execução de 2009, não há informação a disponibilizar relativamente a esta recomendação.	Não
5	"Importa assegurar uma adequada articulação das acções de protecção e valorização ambiental com as restantes intervenções do PO Centro e outras intervenções, designadamente dos PO temáticos, bem como com a política de OT, evitando-se uma abordagem reactiva e ineficiente."	Por um lado, todos os Regulamentos prevêem a aplicação, em sede de apreciação de candidaturas, da legislação ambiental e de ordenamento do território. Por sua vez, a articulação com o POVT neste domínio tem sido concretizada através de Grupos de Articulação Temática.	Sim
	"A promoção institucional da região será mais um incentivo da parte da administração para o desenvolvimento económico, mas espera-se que esta promoção esteja também associada a uma imagem de aposta na componente ambiental da região. Sabendo que a qualidade do ambiente potencia a qualidade de vida e a atracção turística espera-se que os investimentos sejam orientados nesse sentido."	No âmbito da implementação da estratégia de comunicação do Mais Centro, têm-se realizado diversas acções de divulgação de projectos de qualificação e valorização ambiental e dos seus respectivos resultados.	Sim
	"A afectação dos recursos adequados para a articulação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do PO, é fundamental para o seu sucesso."		

ANEXO XIII. SINOPSE SESSÃO *FOCUS GROUP* COM AS CIM

A sessão *Focus Group* com as CIM realizou-se no dia 2010.07.06, na CCDRC, na qual participaram todas as CIM da Região Centro com a excepção da CIM da Região Dão-Lafões:

- CIM Oeste – Luísa Maria Barata (Jurista);
- CIM Oeste – Sérgio Bogalho (Técnico);
- CIM Baixo Mondego – Nuno Pomar (Técnico);
- CIM Região de Aveiro – Olga Cravo (Técnica);
- CIM Região de Aveiro – Rogério Pais (Técnico);
- CIM Beira Interior Sul – Pedro Dias (Coordenador da EAT);
- CIM Beira Interior Sul – Rita Silva (Técnica);
- CIM Serra da Estrela – José Manuel Sancho (Coordenador da EAT);
- CIM COMURBEIRAS – Jorge Galhardo Vieira (Coordenador da EAT);
- CIM COMURBEIRAS – António Meirelles (Técnico);
- CIM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – Sónia Santos (Coordenadora da EAT);
- CIM Médio Tejo e Pinhal Interior Sul – José Bicacro (Técnico);
- CIM Pinhal Interior Norte – Vítor Baltasar (Secretário Executivo).

As figuras seguintes correspondem à apresentação efectuada pela Equipa de Avaliação em formato *powerpoint*, na qual são referidos os objectivos e modo de funcionamento e os temas seleccionados para debate.



1. OBJECTIVOS E MODO DE FUNCIONAMENTO

Quais os Objectivos ?

Recolher a avaliação das CIM acerca de dois aspectos da operacionalização do Mais Centro:

1. Concepção do modelo de contratualização;
2. Operacionalização do modelo de delegação de competências.

Quem são os Participantes ?

Todas as Comunidades Intermunicipais (CIM) da Região Centro

1. OBJECTIVOS E MODO DE FUNCIONAMENTO

Qual o Modo de Funcionamento ?

1. Introdução do Tema (Equipa de Avaliação).
2. Identificação dos aspectos positivos (3 minutos por CIM).
3. Identificação dos aspectos negativos (3 minutos por CIM).
4. Síntese conclusiva (Equipa de Avaliação).

> No final da sessão, as CIM deverão devolver as folhas verdes e as folhas vermelhas com as suas notas, nas quais poderão adicionar outros comentários que não referiram na sua intervenção.

2 TEMAS PARA DEBATE

2. TEMAS PARA DEBATE

Concepção do Modelo de Contratualização

Como avalia o contributo do modelo de contratualização para a definição e concretização de uma visão estratégica de âmbito sub-regional (NUTS III)?

Quais os aspectos positivos?
Quais os aspectos negativos?

2. TEMAS PARA DEBATE

Operacionalização do Modelo de Delegação de Competências

Como avalia a implementação dos mecanismos de articulação entre o Mais Centro e as CIM estipulados nos Contratos de Delegação de Competências com Subvenção Global?

Que aspectos positivos?
Que aspectos negativos?

mais
CENTRO

Programa Operacional Regional do Centro

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO
DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 2007-2013

Focus Group | Coimbra | 2010.07.06



Para a resposta à questão: "Como avalia o contributo do modelo de contratualização para a definição e concretização de uma visão estratégica de âmbito sub-regional (NUTS III)", foi solicitado o preenchimento de uma matriz com os aspectos positivos e negativos relativamente à concepção do modelo de contratualização. Sintetizam-se os aspectos mais relevantes:

ASPECTOS POSITIVOS

- Quadro de delegação de competências nas CIM, contribuindo para a consolidação de uma malha institucional de nível sub-regional (NUTS III) e estimulando a capacitação técnica deste tipo de entidades públicas;
- Ganhos de eficácia e de eficiência na gestão dos recursos comunitários disponibilizados pelo QREN no exercício das competências conferidas;
- Definição de uma visão estratégica de âmbito sub-regional com um plano de investimentos associado (PTD) para o período de implementação do Mais Centro, descentralizando responsabilidades de concepção e de realização integradas.

ASPECTOS NEGATIVOS:

- Os PTD resultam de uma conformação tardia dos processos de planeamento sub-regional efectuados pelas CIM às especificações regulamentares do Mais Centro, não estando garantido que constituam um corpo de projectos sólido, integrado e sinérgico;
- Não é evidente o alcance de uma lógica de investimento com abrangência inter e/ou supramunicipal, dado o carácter "municipalizado" que o perfil das operações evidencia;
- Investimentos encarados como de âmbito municipal (ainda que o modelo de contratualização estabelecido tenha associado um pacote de investimentos global para um território NUTS III – identificado no PTD), a que corresponde um envelope financeiro municipalizado considerado como definido desde o início do processo e, deste modo, não susceptível a alterações;
- Atraso significativo no arranque efectivo das competências delegadas, resultando das dificuldades de estabilização do modelo de contratualização a adoptar;
- Alterações processuais decorrentes da avocação de competências são contrárias aos objectivos do modelo de contratualização desenhado.

Para a resposta à questão: "*Como avalia a implementação dos mecanismos de articulação entre o Mais Centro e os OI-CIM?*", foi solicitado o preenchimento de uma matriz com os aspectos positivos e negativos relativos à implementação desses mecanismos para responder aos procedimentos estabelecidos. Sintetizam-se os aspectos mais relevantes:

ASPECTOS POSITIVOS

- Criação da Equipa de Projecto de Coordenação das Relações com as CIM, facilitando a articulação com a AG e possibilitando um acompanhamento formal e informal de maior proximidade na execução das tarefas objecto de delegação;
- Mecanismos de articulação informais estabelecidos, em particular com a Equipa de Projecto de Coordenação das Relações com as CIM, agilizando processos e tornando mais célere o esclarecimento de dúvidas e a resolução de desconformidades;
- Esforço constante da AG para melhorar os mecanismos de articulação com os OI-CIM;
- Utilização de uma plataforma electrónica comum como suporte de trabalho;
- SI como importante ferramenta de acompanhamento e articulação (na sua concepção).

ASPECTOS NEGATIVOS:

- Procedimentos de gestão associados às competências delegadas complexos e “burocráticos”, dificultando a articulação;
- Duplicação desnecessária de alguns procedimentos de verificações entre os OI-CIM e a AG, resultando em atrasos em prazos estipulados;
- Falta de articulação interna na AG (entre UO), visível na diferente interpretação relativamente aos mesmos procedimentos nos esclarecimentos prestados aos OI-CIM;
- Morosidade da AG a prestar os esclarecimentos formais solicitados pelos OI-CIM, resultando em significativos atrasos processuais;
- Reduzida formação prestada às EAT dos OI-CIM, insuficiente para uma boa preparação na resposta adequada aos procedimentos definidos nos documentos elaborados pela AG;
- Sessões de formação globalmente pouco esclarecedoras nos procedimentos necessários a adoptar pelos OI-CIM;
- Atrasos na implementação do SI, designadamente do módulo de validação de despesas;
- SI com problemas de acesso e de carregamento de informação em vários módulos, obrigando a repetições de procedimentos;
- Aprovação tardia do “Manual de Procedimentos - AG e Organismos Intermédios com Subvenção Global” (Versão 001);
- Inexistência de uma nova versão do *Compliance Assessment* “*Descrição do Sistema de Gestão e de Controlo Mais Centro*”, que possibilite uma maior clarificação das funções e tarefas a realizar pela EAT dos OI-CIM resultantes da entrada em vigor da Adenda ao contrato.
- Alterações processuais decorrentes da avocação de competências estão a resultar numa menor interacção com a AG; os OI-CIM encaram a avocação de competências um retrocesso nos princípios que nortearam a contratualização intermunicipal, comparando-se institucionalmente aos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT) que vigoraram durante o período do QCA III.